

REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE LAGOA

Arade

Ano I ▶ N.º 1 ▶ 2022



REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE **LAGOA**

Arade

Ficha técnica

Título: Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa

Propriedade e edição: Município de Lagoa
Largo do Município | 8401-851 Lagoa (Algarve)
Telf. 282 380 400 | E-mail: expediente@cm-lagoa.pt

Direção: Diogo Vivas

Colaboradores: Ana Margarida Dias da Silva; Andreia Fidalgo; António Ventura; Artur Barracosa Mendonça; Carlos A. Moreira Azevedo; Carlos Manuel Faisca; David Roque; Ismael Estevens Medeiros; João Costa; João Vasco Reis; Joaquim Saial; Jorge Fonseca; José Carlos Vilhena Mesquita; José Luís dos Santos Barbosa; Marco Sousa Santos; Teresa Fonseca.

Capa: Vista aérea do Rio Arade. Troço do rio a montante do Sítio das Fontes com perspetiva do estuário. 2016.

Fotografia da capa: Município de Lagoa – Gabinete de Comunicação e Imagem

Paginação e artes gráficas: Sersilito

Impressão e acabamento: Sersilito – Empresa gráfica, Lda.

Periodicidade: Anual

Depósito legal: 503748/22

ISSN: 2795-5761

Tiragem: 300 exemplares

Data de publicação: Setembro de 2022

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade do(s) seus(s) autor(es).

Solicita-se permuta; Se solicita canje; On prie bien de vouloir établir l'échange; Sollicitiamo scambio; We would like Exchange; Tauschverkehr erwünscht.

Endereço/ Address:

Arquivo Municipal de Lagoa
Largo dos Combatentes da Grande Guerra, s/n | 8400-338 Lagoa (Algarve)
Telf. 282 380 435 | E-mail: revista.arquivomunicipal@cm-lagoa.pt

REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE **LAGOA**

Arade

Ano I ▶ N.º 1 ▶ 2022



Arade

Sumário

- 7/7 **Luís António Alves da Encarnação**
Nota de abertura
- 9/11 **Diogo Vivas**
Editorial
- 13/25 **João Costa**
Lagoa (Algarve) na História dos Reinos de Portugal e dos Algarves: os testemunhos da Chancelaria Régia
- 27/41 **Jorge Fonseca**
Escravos e donos de escravos em Lagoa (1591-1700)
- 43/67 **João Vasco Reis**
Azenhas e Moinhos de Maré do Rio Arade: novos elementos para o estudo do Património Histórico-Cultural do Concelho de Lagoa
- 69/97 **Carlos A. Moreira Azevedo**
Controvérsia jurídica do cardeal José Pereira de Lacerda (1661-1738), bispo do Algarve, com os cistercienses, por causa do Mosteiro feminino de Tavira
- 99/123 **Marco Sousa Santos**
Contributos para um dicionário dos pedreiros e canteiros com atividade em Lagoa no século XVIII
- 125/160 **Teresa Fonseca**
Posturas do concelho de Lagoa (1750-1779)
- 161/180 **David Roque**
O Terramoto de 1755 em Lagoa
- 181/202 **Andreia Fidalgo**
Nascer *exposto* em Lagoa: da criação do concelho ao liberalismo
- 203/227 **José Luís dos Santos Barbosa**
O modelo de financiamento da Câmara Municipal de Lagoa (1773-1832)
- 229/249 **Artur Barracosa Mendonça**
A propaganda republicana em Lagoa, no final da Monarquia Constitucional
- 251/266 **António Ventura**
Lagoa e a Maçonaria
- 267/288 **Ismael Estevens Medeiros**
Do Sacro ao Profano: vivências e vicissitudes do antigo Recolhimento de São José de Lagoa (1910-1959)
- 289/350 **José Carlos Vilhena Mesquita**
A imprensa periódica do concelho de Lagoa, no Algarve
- 351/369 **Carlos Manuel Faísca | Ana Margarida Dias da Silva**
O Mediterrâneo no litoral algarvio: estrutura e evolução da produção agrícola alimentar em Lagoa, 1940-1980
- 371/382 **Joaquim Saial**
Francisco Bronze: dois tópicos para a sua biografia e estudo de obra
- 383/392 **Notas biográficas dos autores**

A imprensa periódica do concelho de Lagoa, no Algarve
The periodical press of the municipality of Lagoa, in the Algarve

José Carlos Vilhena Mesquita



◀ **Lagoa antiga. Rua principal.**

A vila e concelho de Lagoa, instituída por alvará do rei D. José I, de 16-01-1773, sempre dependeu da fertilidade da terra, produzindo em abundância, cereais, figo, citrinos e vinho. A sua economia foi até hoje ligada ao sector agrário, embora a sua dócil costa marítima lhe permitisse desenvolver uma indústria conserveira de grande sucesso e com visíveis vantagens no progresso social e demográfico. Nesta foto, do início do século XX, vê-se o local da praça, onde se fazia o mercado semanal e onde se localizavam as principais casas comerciais, assim como a residência de algumas das famílias mais distintas da burguesia local, com suas casas nobres de dois e mais pisos. À esquerda vêm-se dois carros aguadeiros, abastecendo-se no fontanário municipal, com destino à distribuição pública. O que distingue materialmente o passado do presente, são as condições de vida, de conforto e higiene. A rede pública de distribuição da água e da eletricidade, o saneamento básico, a rede viária e os transportes, proporcionando aos lagoenses a aquisição, ou melhoramento, dos meios sociais de progresso: o ensino, a saúde, a indústria, a habitação, e, por fim, o turismo.

Fonte: Postal do autor.

A imprensa periódica do concelho de Lagoa, no Algarve

The periodical press of the municipality of Lagoa, in the Algarve

José Carlos Vilhena Mesquita

Universidade do Algarve, Faculdade de Economia

jocavime@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4899-6129>

Resumo

Não existem sociedades modernas sem a disponibilidade de meios de comunicação social que facilitem a informação noticiosa, a divulgação de eventos socioeconómicos e as ideias filosóficas que contribuem para a formação intelectual das suas populações. Neste contexto, a imprensa periódica, sobretudo os jornais locais e regionais, assumiram no passado um papel fundamental na consciencialização dos seus leitores para a defesa dos direitos políticos e de cidadania, para a preservação dos valores culturais e patrimoniais com que melhor se identificam, e para a reivindicação de melhoramentos locais que promovam o desenvolvimento socioeconómico dos municípios. É na promoção dos valores locais, individuais e coletivos, na difusão das características e potencialidades autóctones, tanto económicas e patrimoniais, como ambientais e culturais, que reside a força e importância da imprensa regional.

O concelho de Lagoa, devido à sua recente institucionalização (criado em 16-1-1773), mas também pela sua escassa população, não teve nos últimos cem anos um significativo crescimento no âmbito da imprensa regional. Ainda assim, os lagoenses tiveram ao seu dispor a leitura de diferentes periódicos com distintas ideologias e desiguais opções político-partidárias, defendendo díspares opiniões culturais e religiosas, que serviram sempre com o maior desvelo os seus municípios. Neste artigo relembramos a história da sua imprensa, desde os mais antigos periódicos até à actualidade.

Palavras-chave: Imprensa Regional; Algarve; Lagoa; Jornalismo.

Abstract

Modern societies do not exist without social media, it means written press, who facilitate news information, the dissemination of political-economic events and philosophical ideas, and contribute to the intellectual formation of their populations. In this context, the periodical press, local and regional newspapers, assumed in the past, a fundamental role in raising the awareness of their readers for the defense of their political and citizenship rights. The local newspaper is also important for the preservation of cultural and heritage values, with which identify themselves, and for the demanding local improvements that promote the socio-economic development of the citizens. It is in the promotion of local, individual and collective values, in the dissemination of indigenous characteristics and potential, both economic and heritage, as well as environmental and cultural, that the strength and importance of the regional press lies.

The municipality of Lagoa, due to its recent formation (created on 1-16-1773), and above all due to its sparse population, has not a large number of newspapers in the last hundred years. Even so, the people from Lagoa had at their disposal the reading of different periodicals with different ideologies and unequal political-party options, defending different cultural and religious opinions, which always served their citizens with the greatest care. In this article, we recall the history of your local press, from the oldest periodicals to the present day.

Keywords: Regional Press; Algarve; Lagoa; Journalism.

O princípio fundacional da Imprensa consubstancia-se no desejo e vontade de comunicar, de uma forma abrangente e indiferenciada, com o público. O seu objectivo primacial consiste na transmissão da informação, isto é, a divulgação dos acontecimentos quotidianos, vulgarmente designados por notícias. A noção e consciência do que é notícia, constitui o cerne da comunicação social, porque na verdade, a imprensa quando nasceu e se apresentou aos olhos do público, foi num suporte acessível e maneável, sob a forma de papel estampado em letra de forma, contendo o relato e descrição dos principais eventos que influenciaram e até condicionaram a vida quotidiana das sociedades. O que diferencia os órgãos de imprensa entre si é o seu enquadramento geográfico, a sua periodicidade e o âmbito político-socioeconómico e cultural do seu conteúdo jornalístico.

O conceito ou a interpretação substantiva do jornalismo e do jornalista é muito recente, pois que remonta praticamente ao último quartel do século XIX. Antes disso, o que existia era simplesmente uma imprensa incipiente e especulativa, parca de rigor e objectividade, sem qualidade de estilo no discurso narrativo, noticioso e literário, usando as suas colunas para propagandear ideologias, eventos partidários e até maliciosos boatos, tendentes a denegrir a imagem pública dos seus oponentes políticos. Se os primeiros jornais, de que existe memória, nasceram para descrever os grandes conflitos e as campanhas militares na europa-central, os que se lhe sucederam apenas desenvolveram uma linha narrativa dos principais eventos políticos, nomeadamente das coroas reinantes, a que acrescentaram a fonte vivificadora da sua sobrevivência futura: a publicidade, que se repartia entre dois segmentos, o comercial e o institucional. Será com base na publicidade que a imprensa irá prosperar de uma forma exponencial, surgindo nessa transição de séculos um novo periódico, o “jornal de anúncios”, por vezes unicamente assim designado, que pouco ou nada contém de informação noticiosa.

O jornalismo, porém, é um conceito mais selectivo e exigente, emergente de um plano mais avançado no quadro evolutivo da imprensa. Está relacionado com o surgimento do jornalista profissional e com a veiculação da opinião, emanada pelo punho de autoridade credível nas apreciações e pareceres expendidos publicamente. A vida e sucesso do jornal passou a depender da qualidade dos seus jornalistas, que se ocupavam na elaboração das notícias, reportagens e entrevistas. Todavia, é na figura do director que reside o capital de creditação pública do jornal. Como timoneiro da linha editorial do periódico, o director ergue-se aos olhos do público como figura responsável e credível, na honradez da palavra e no génio literário, que se reflecte nas ideias e argumentos expendidos nos “artigos de fundo” que preenchem as primeiras colunas do jornal. Essa tribuna constitui o tablado em que se expõe e transmite a “posição” do jornal, face às necessidades do progresso e aos desafios do futuro. Cabe, igualmente, ao director do periódico a responsabilidade de alistar nas suas colunas um leque de colaboradores, de creditado mérito e reputação social, para através dos seus artigos convencerem os leitores da veracidade dos seus argumentos. Por isso é que ainda hoje se designam por “fazedores de opinião” [opinion makers].

Por conseguinte, a imprensa periódica, tanto de âmbito nacional como regional, depende muito da credibilidade pública do seu director, mas também do valor intelectual dos seus colaboradores. É nesta dicotomia, director como rosto e colaboradores como mais-valia, que se disputa e arrisca o sucesso do jornal. No início do século XX, quando o periodismo nacional se pautava pelo debate das concepções políticas e o confronto ideológico entre monárquicos e republicanos, pelo enfrentamento das opções partidárias e pela luta de emancipação das forças obreiras – através da sua alfabetização, demonstrou-se quão importante era a imprensa, tanto na afirmação dos direitos cívicos como principalmente na consciencialização ideológica das massas obreiras, operária e

camponesa, que eram, do ponto de vista social e cultural, as mais desfavorecidas. Foi nesse período de acesa luta ideológica, entre o passado elitista e o futuro democrático e popular, que o sector da imprensa evoluiu na senda da especialização e profissionalismo, investindo na aquisição de modernos equipamentos técnicos e na contratação de pessoal habilitado ao desempenho dos exigentes serviços tipográficos, que asseguravam a edição de um jornal.

Remonta, pois, ao início da centúria transacta, a mudança da imprensa e do jornalismo para um novo paradigma, o empresarial, passando a visar a obtenção de lucros através da sujeição do jornal a objectivos estritamente comerciais. O equilíbrio entre os interesses da empresa de comunicação, e a liberdade de opinião dos jornalistas e colaboradores, dependeu em muitos casos da diplomacia do director do jornal, na mediação e equilíbrio entre os proveitos económicos e a independência da informação. Casos houve em que a harmonia desses dois vectores, empresarial e jornalístico, garantiu a subsistência por mais de um século de alguns jornais que ainda hoje se publicam no nosso país, nomeadamente o «Diário de Notícias», em Lisboa, e o «Jornal de Notícias» no Porto, que em tempos idos faziam parte da mesma empresa de comunicação. Outros houve também, que perduraram para além da sua centúria original, como foram exemplo «O Século», «A República», o «Diário de Lisboa», o «Comércio do Porto» e o «Primeiro de Janeiro». O facto desses órgãos de informação estarem sediados nos principais centros populacionais do país, onde o público-alvo é mais instruído e tem maior poder de compra, assegurou-lhes o sucesso nas vendas da publicidade e da informação.

No reverso do cenário da imprensa diária, reflectem-se em contrapartida as dificuldades de sobrevivência da imprensa regional, confinada à periferia das capitais administrativas, e sobretudo às regiões do interior, cada vez mais desertificado e empobrecido, quase votado ao esquecimento pelo poder central. Foi, e continua a ser, nesse quadro de parente pobre da comunicação social, que a imprensa regional portuguesa luta e subsiste, sempre com

enormes dificuldades de subsistência financeira no rácio do deve e do haver. Com o evoluir do tempo, desde o século XIX até aos nossos dias, agudizou-se paulatinamente o rendimento económico da imprensa regional, mercê da escassez dos meios naturais de sobrevivência, isto é, na angariação de publicidade, na falta de captação de novos leitores e na consequente quebra no produto das vendas. Se o governo e as autarquias municipais, nada fizeram para obstar a esta situação de ruína e falência da imprensa regional, tanto no Algarve como no resto do país, o mais certo é que a voz e a memória das nossas vilas e cidades do interior se percam definitivamente, sem deixar rasto. Desenganem-se os que pensam que os actuais meios de comunicação virtual, isto é, jornais *on-line*, internet e redes sociais, são suficientes para informar e educar as populações, garantindo sem custos exorbitantes a edição escrita das notícias, da opinião e até dos estudos científicos, sem falar já na difusão da imagem e do som, para além do tempo e do espaço material, em que essa informação é produzida e veiculada para os bancos de dados inseridos no espaço cibernético. Desenganem-se, repito, porque tudo isso é mentira. O que hoje se publica nas redes sociais, nos jornais *on-line*, nas revistas científicas virtuais e nos acervos de documentação, tem uma duração ou esperança de vida muito limitada: porque os sites em que são inseridos deixam de existir por falta de financiamento, e são apagados; porque os suportes cibernéticos, mesmos os mais famosos, como o JSTOR e SciELO, não garantem absoluta defesa e sobrevivência a um ataque de hackers ou piratas cibernéticos, que por razões diversas podem destruir total ou parcialmente muita da informação acumulada, sobretudo a que é considerada de conservação imprescindível, como é o caso dos bancos de dados relacionados com a banca e a finança, com a segurança e a defesa militar.

1. A imprensa regional e o “jornal da província”

Considerando que somos um país centralizado, tendo por fulcro a capital, Lisboa, antiga capital do império, não admira que tanto os políticos, como os “*opinion makers*” dos principais órgãos de comunicação, tidos por referência nacional (diários, rádios e TVs), considerem a imprensa regional como jornais da província. Na mentalidade e preconceito do centro para a periferia, fácil se torna compreender que “província e provinciano”, são sinónimo de atrasado, camponês, saloio, rude, estúpido, inculto, parolo, em suma de subdesenvolvido. Portanto, a imprensa regional tem por imagem e tradução o “jornal da província”, isto é, o órgão que serve de arauto aos rudes e grosseiros habitantes das vilas e cidades do interior. A realidade e o conceito de apreciação emanado do centro para a periferia é precisamente este, pese embora na Constituição Portuguesa e no Estatuto da Imprensa, os direitos que assistem tanto aos órgãos nacionais como aos regionais sejam no essencial muito semelhantes. Assim, conforme se define na Lei de Imprensa, os jornais regionais são periódicos de informação geral que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais que «dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico»¹.

¹ Veja-se o Decreto Lei n.º 106/88, de 3-03-1988, no qual se integra o Estatuto da Imprensa Regional, publicado no «Diário da República», I série, n.º 76 de 31-3-1988, pp. 1320-1321. Existe uma 2.ª versão deste Estatuto, revisto e aprovado através da Lei n.º 36/2021, de 14-06-2021. Em ambas as versões se conservam inalteráveis as seguintes funções específicas da imprensa regional: «Contribuir para o desenvolvimento da cultura e identidade regional através do conhecimento e compreensão do ambiente social, político e económico das regiões e localidades, bem como para a promoção das suas potencialidades de desenvolvimento;

Por isso é que a imprensa regional ou os periódicos locais tem uma importância e uma abrangência informativa fundamental na divulgação das actividades relativas aos sectores económicos, agrícola e industrial do concelho. Os projectos de fomento promovidos pela administração municipal, passando pela divulgação das actividades desportivas, culturais e artísticas, que envolvem as forças vivas dos concelhos, são também objecto temático preferencial dos órgãos de informação local e regional.

Além disso, o jornal regional pela sua proximidade com o cidadão, incentiva o prazer da leitura e contribui para o reforço e valorização do conceito de cidadania. Estimula o uso e conhecimento da língua, contribuindo especialmente para o estreitamento dos laços identitários, culturais, históricos e etnográficos, do concelho ou da região em que está sediado. Não apenas nos jornais locais, vemos também a difusão de conhecimentos histórico-culturais, que servem para despertar e incentivar no leitor uma consciência de pertença nacional, com base na defesa dos seus padrões etnográficos, e no orgulho dos seus valores culturais, literários, artísticos, filosóficos, e até religiosos. Pode mesmo dizer-se que nas origens da imprensa periódica estiveram implícitos objectivos de propaganda patriótica, e de fomento do espírito nacionalista, que contribuíram largamente para o despertar dos povos oprimidos por governos autocráticos, e sobretudo para a elucidação das nações submetidas ao imperialismo, ou à colonização dos interesses político-económicos internacionalistas.

Ninguém, certamente, se oporá ao meu natural apreço pela imprensa regional e local, cujo papel informativo e cultural considero fulcral no sistema mediático português. Todavia, desde há longos anos que se debate com problemas de carácter

Contribuir para o enriquecimento cultural e informativo das comunidades regionais e locais, bem como para a ocupação dos seus tempos livres;
Proporcionar aos emigrantes portugueses no estrangeiro informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo os laços entre eles e as respectivas localidades e regiões».

estruturalizante para a sua manutenção e independência moral. Desde logo a diminuição da publicidade comercial e sobretudo institucional, proveniente dos organismos públicos (autarquias, notariados, tribunais, etc.), cujas receitas sempre asseguraram a sobrevivência dos órgãos locais de informação. A situação é por demais evidente nos concelhos do interior, onde o fenómeno da desertificação tem vindo a agravar-se, decrescendo por isso a ilustração geral e o índice de leitura, que originou o desaparecimento dos jornais locais, das livrarias, das escolas, e por consequência, o apagamento da vida política, económica, social e cultural.

Não obstante as dificuldades que acabamos de apontar, outras crescem, igualmente perniciosas e impeditivas do sucesso e sobrevivência da imprensa regional. A questão do “porte pago”, tem sido desde há muitos anos, uma espada de Dêmoles que impende de forma ameaçadora sobre as perspectivas de manutenção dos jornais locais, visto que sobrevivem na sua esmagadora maioria dos assinantes, e não das vendas em banca. Além disso, muita da sua expansão exterior, nomeadamente para os nossos emigrantes, tem vindo a diminuir devido aos altos custos de envio do “jornal da terra” para o estrangeiro. Esses custos têm sido apoiados pelo governo, mas cada vez que muda a situação política, ou a economia sofre uma quebra, surge sempre a ameaça de deixar de subsidiar a expedição postal dos órgãos locais. Já não lhes bastavam as perdas, no número de assinantes e na publicidade, como ainda nas ameaças da sua independência perante os poderes locais, que prometem ajudar os jornais locais desde que estes os apoiem, quer na divulgação elogiosa das suas iniciativas, quer na propaganda das suas ideias durante as campanhas eleitorais. Essa tem sido, aliás, a principal causa de morte da nossa imprensa regional.

Nos dias de hoje, os órgãos de informação local têm conseguido sobreviver à custa das novas tecnologias digitais, passando da impressão material em papel para a edição *on-line*. É uma estratégia de sobrevivência, uma forma de garantir a informação de

forma barata. Todavia, exige um público-alvo habituado a usar os modernos meios de comunicação tecnológica, nomeadamente telemóveis de última geração, tablettes e computadores, que tiverem acesso à internet, cujo espaço cibernético difunde uma diversificada panóplia de informação, capaz de prender a atenção do utente durante a maior parte do dia. Todavia, os antigos leitores de jornais não se sentem confortáveis com esse tipo de informação, até porque dominam mal as técnicas de “navegação” na internet, receando os percalços da sua própria ignorância ou inexperiência cibernética. As redes sociais, têm vindo a ocupar o lugar da informação profissional, divulgando notícias dos periódicos mais prestigiados, remetendo os leitores para as edições *on-line* dos jornais, originando a diminuição das compras em “*paper edition*”, isto é, das edições em papel. Por outro lado, as redes sociais têm vindo a crescer de forma exponencial pelo mundo inteiro, aportando a liberdade nos quadrantes onde não existe, o que é muito positivo, embora não raras vezes difunda no mundo livre e capitalista, inúmeras falsidades e alarmismos (*fakenews*), que em muito desacreditam estas novas plataformas cibernéticas. Destaco aqui apenas os casos de maior sucesso mundial, como é o caso do *Facebook* (mais de 2 biliões de utilizadores ativos), o *YouTube* cujos utilizadores diários ultrapassam, em média, mil milhões de horas de vídeos, na sua maioria vídeo-clips de música, desporto, política, humor, etc. O *WhatsApp*, criado em 2009, já ultrapassou todas as perspectivas de crescimento, com mais de 1,5 mil milhões de utentes diários, sendo já a terceira rede social mais usada no mundo, por causa da facilidade das ligações telefónicas e envio de mensagens sem custos. Esta plataforma em breve irá suplantar todas as outras. O *Instagram* é a plataforma preferencial dos amantes da imagem. Os fanáticos das *selfies* e os namorados usam-na diariamente, mas também os artistas da 7ª Arte se aproveitam dela para comunicarem com os seus fans. Tem mais de um bilião de utilizadores ativos, que usam o seu telemóvel para dar uma imagem de sucesso que nem sempre corresponde à realidade. O *Twitter*, que

é a plataforma mais utilizada pelos políticos para efeitos de informação e propaganda, está apenas em décimo segundo lugar na lista das plataformas mais usadas em todo o mundo. Tem pouco mais de trezentos milhões de utilizadores diários, o que apesar de significativo é, contudo, algo desolador para o mundo da informação, que dá muito conceito e preferência a esta rede social, que nos Estados Unidos tem sido o principal veículo de informação política, usado preferencialmente pela Casa Branca.

Gravura 1 – Os pilares da democracia dependem da imprensa livre.



Pillars

Os abusos que têm ocorrido no espaço das redes sociais, descredita em muitos aspectos as novas tecnologias, pela forma descontrolada e desregulada como são utilizadas pelo público. Na maioria dos casos, as notícias difundidas por estes meios devem ser passadas por um crivo de verificação da sua credibilidade, pois caso contrário corre-se o risco de serem falsas, perniciosas e até malélicas para a segurança e paz mundial.

Entre os principais prejuízos causados pelas redes sociais está a perda de qualidade das línguas maternas, que a todos os níveis se rebaixam, sobretudo na sua pureza e erudição. Há até quem fale de uma escrita e linguagem identitária dos utilizadores das redes

sociais, por ser concisa, abreviada, sem sintaxe nem gramática, para ser operada de forma rápida e quase instantânea. É muito peculiar entre os jovens estudantes, de todos os níveis e idades, serem rápidos e concisos a escreverem mensagens nos seus telemóveis, quase em código, tal é a indecifrababilidade da linguagem usada. Para se ter uma ideia do panorama actual das plataformas de comunicação, basta dizer que em 2021, conectaram-se em todo o mundo 3.484 mil milhões de usuários das redes sociais. O nível cultural evidenciado nessas comunicações é do mais básico e elementar. Qualquer texto (*spot*) publicado no *Facebook* com mais de seis linhas, é vítima da chamada “cultura de cancelamento”, resultante da falta de paciência e do défice de leitura dos seus utentes ou frequentadores. Por isso é que o *Twitter* alcançou tanto êxito entre os mais jovens, visto que as mensagens publicadas nessa plataforma não excediam os 140 caracteres, limite que em novembro de 2017 passou para os 280 caracteres. Todavia, apesar desse alargamento de espaço, o certo é que a extensão média das intervenções escritas não ultrapassam os 170 caracteres.

Muito embora o comum cidadão considere que tanto as redes sociais como as plataformas cibernéticas são duas faces do mesmo poliedro, isto é, espaços comuns veiculados pela internet, o certo é que fazem parte daquilo a que hoje designamos por *mídia*, pois que proporcionam entre os seus utentes um meio de comunicação e também de informação. Nesse sentido, ou melhor, nessa perspectiva, a imprensa escrita, quer seja de âmbito nacional ou regional, está a passar por uma mutação, diria que radical, pois que favorece a instantaneidade da comunicação e da informação, desprezando a qualidade da escrita, como até mesmo a genuinidade da língua, visto que muitas das mensagens e notícias difundidas no espaço cibernético serem redigidas em inglês, considerado por isso como o idioma da humanidade.

Cada vez mais nos apercebemos que falar de imprensa escrita é um exercício de retorno ao passado, quase um recordar da história, num esforço revivalista dos grandes arautos da imprensa

diária e do jornalismo português. O crescimento das novas plataformas de informação tem vindo a provocar a decadência e desaparecimento da tradicional imprensa escrita. Apesar disso, a imprensa regional concentra-se em maior número de publicações no distrito do Porto, com 85 títulos, ou seja, 11,7% do total nacional, seguindo-se Aveiro, com 67 jornais (9,2%), e os distritos de Braga e Leiria, num total de 56 órgãos (7,7%). A maior quebra sentiu-se nos distritos de Beja e Faro, com uma média inferior a uma dezena de publicações em papel. Na primeira década do século XXI ainda existiam jornais diários nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Leiria, Porto, Viseu e regiões autónomas.

No que respeita aos diários de expansão nacional o actual panorama é verdadeiramente confrangedor, pois que apenas existem hoje cinco jornais de carácter noticioso, mais dois económicos e três desportivos, num total de dez órgãos informativos com periodicidade diária. Isto é manifestamente indicativo de uma acentuada decadência da nossa imprensa, que no século passado, com um público menos educado e instruído, tinha maior número de publicações e de leitores. No ano 2000 vendia-se cerca de meio milhão de jornais por dia, enquanto em 2020 não chega aos 180 mil, sendo que um único jornal («Correio da Manhã») vende mais de metade desse índice.

Não obstante tudo quanto acabamos de afirmar, importa acrescentar em jeito de resumo que a imprensa regional é, ideológica e culturalmente, conservadora. Possui um espírito resiliente, obstinado, pertinaz e resistente. Todavia, é economicamente frágil porque, em geral, os seus promotores ou empresários não dispõem de capitais próprios, dependendo da publicidade comercial (empresas de venda a retalho ou de produção industrial) e oficial (estatal, autárquica e institucional), o que coloca em risco a sua independência. Por outro lado, os órgãos regionais de imprensa são empresas do tipo familiar e de espírito amador, com dificuldades financeiras e parcos rendimentos, dispondo de equipamento rudimentar e sobrevivendo no limiar da falência. Dependem do

número de assinantes, mas sobretudo da publicidade oficial emitida pelos tribunais, pelos notariados e pelas autarquias, que até há bem poucos anos era de publicação obrigatória nos jornais locais, o que hoje já não acontece, por decisão e vontade política do Estado para extinguir a imprensa regional.

O centralismo político em Lisboa tem sido o carrasco da imprensa regional por absoluta maldade e ignorância dos políticos e dos governos, que vêm nos jornais locais uma caixa de ressonância da contestação popular à opressão do centro para a periferia, da capital contra a província. Esquecem-se, porém, que os órgãos regionais são pequenas escolas de jornalismo amador, instituídas por carolice, mas também pelo fervor regionalista dos seus promotores, apoiados na espontânea e desinteressada cooperação dos seus colaboradores. Os leitores apreciam a dedicação bairrista dos fundadores do jornal local, e confiam nas suas notícias sobre melhoramentos locais, política autárquica, cultura, desporto, etc. A regionalização, secular desiderato autonomista do povo algarvio, tem sido um dos alvos preferenciais da imprensa local, sempre combatido e reprimido pelo centralismo político.

2. O nascimento da Imprensa... e tudo parece começar com Gutenberg

A origem da imprensa remonta à invenção dos caracteres móveis pela mão de Johannes Gutenberg, que adaptando uma velha prensa agrícola conseguiu criar um novo sistema de impressão sobre papel, através do qual revolucionou os processos de transmissão do conhecimento, da informação e da ciência. Estávamos em 1439 e a partir de então o mundo tornou-se diferente, mais próspero, mais próximo e mais pequeno. Por outro lado, a humanidade passou a dispor de um meio de difusão da escrita e da leitura, abrindo as portas a uma nova indústria, a da impressão e artes gráficas. Nasceu assim o comércio universal do livro e a mundialização da imprensa jornalística.

Gravura 2 – Estátua de Johannes Gutenberg, da autoria do famoso escultor David d'Angers, erigida em Estrasburgo.



Em todo o caso, pode dizer-se que o jornalismo e a comunicação social têm origens muito anteriores à invenção de Gutenberg. Com efeito, conhecem-se métodos e procedimentos nas sociedades mais antigas que se podem comparar e equivaler ao jornalismo hodierno. A base de tudo isto é a escrita, e a intenção ou objectivo primacial é a comunicação, o que, em boa verdade, mais não é do que a essência do jornalismo e dos actuais *mass media*. O suporte material da escrita é que foi evoluindo através dos séculos, desde a pedra até ao papel. A intenção é a mesma, gravar, comunicar e preservar. O quê? Os factos, que pela sua grandeza ou urgência de conhecimento público havia premência de registar. Por isso, os acontecimentos hodiernos transformaram-se com o evoluir do tempo na memória do passado. E foi com base no conhecimento dos factos mais relevantes do passado que nasceu a História, como raiz e fundamento do positivismo científico. A escrita transformou-se no crisol da história, abrindo caminho à construção das culturas humanas, baseadas em valores espirituais, e à edificação das civilizações, alicerçadas nos seus valores materiais.

No começo da civilização humana, a informação escrita revelou-se como uma forma de comunicação para além do tempo natural, isto é, como um prolongamento da vida e dos factos na dimensão do futuro, através das inscrições lapidares, nas estátuas e monumentos evocativos dos heróis, no relato das epopeias militares, nos baixos relevos artísticos dos edifícios públicos e nos templos religiosos. A esse tipo de evocação escrita, por demais evidente nos hieróglifos egípcios, sucedeu-se a escrita num suporte mais maleável, ainda que perene, como a argila, o papiro, o pergaminho² e, por fim, o papel, numa marcha evolutiva da civilização. Foi

² É o primeiro suporte maleável, e de durável conservação, usado na gravação escrita. Por ser de material escasso e dispendioso, destinava-se unicamente à escrita de documentos oficiais da cúria papal, embora com o decorrer do tempo passassem a ser usados também pelas cortes régias, na gravação dos diplomas mais importantes. O pergaminho era produzido à base da pele de animais, geralmente de cabra, carneiro ou ovelha. Pensa-se que terá sido na cidade grega de

através da comodidade desses novos suportes da escrita que se transmitiram na praça pública as decisões oficiais do governo e da justiça, através da divulgação das leis, da administração fiscal, dos impostos, e da defesa militar, impondo o recrutamento. Na era do império romano construíram-se vias de comunicação que permitiram criar um sistema de estafetas ou mensageiros oficiais do governo – uma forma primordial de correio – para levar aos diversos quadrantes do seu domínio militar a primeira publicação periódica da civilização ocidental: a *Acta Diurna*. O ano de 59 a.C. marca o início da sua edição, por iniciativa do então cônsul Júlio César. Nela se descrevia em síntese as decisões do Senado, o relato das campanhas militares e os acontecimentos mais importantes, ocorridos em Roma. Dado que essas «Actas Diurnas» eram afixadas na praça pública para serem lidas pelos cidadãos, é óbvio que estamos em presença do primeiro órgão de comunicação social da cultura ocidental. Teve uma periodicidade constante, embora não regular, mantendo-se em publicação até ao ano de 222 d.C., no tempo do imperador Alexandre Severo.

Pouco antes, cerca do ano 220, iniciou-se no Oriente, na China, a mais antiga civilização humana, a edição caligráfica de um órgão de informação designado por *Dìbào*, ou *Tipao*, que se traduz por “Notícias do Palácio”. Consistia numa folha de bambu, escrita à mão, com notícias das províncias chinesas dirigidas à corte imperial. Era já claramente um órgão de informação com periodicidade regular, tendo como público-alvo os ilustrados governadores e agentes administrativos do império.

Pérgamo, hoje território da Turquia, que se inventou uma técnica de curtir a pele de cordeiro, de modo tão fino e maleável que logo se converteu num suporte de gravação da escrita, por ser fácil de transportar e de se conservar inalterável durante séculos. Descobriu-se mais tarde que as peles dos fetos de bezerras e cordeiros proporcionavam um material fino, macio e claro, a que deram o nome de *velino*, que por ser mais raro só era usado na escrita de documentos preciosos e de suma importância, como era o caso dos tratados internacionais. Actualmente imprimem-se em *papel velino*, um material sintético, os documentos mais valiosos, por ser considerado um suporte de difícil falsificação.

Sucedeu-lhe, no ano de 713, na época da dinastia Tang, um outro órgão informativo chinês, designado por *Kaiyuan Za Bao*, que se traduz como “Boletim da Corte”, ou, mais genericamente, “Notícias Diversas”. Serviu para divulgar pelas províncias do império as decisões do governo, e noticiar os principais acontecimentos registados na corte imperial.

Mas o mais antigo periódico da história da imprensa universal, surgiu no ano de 908, sob a designação de *Dàgōng Bào*³, traduzível de uma forma simplista por “Gazeta de Pequim”. A grande diferença entre este órgão e os anteriores é que, em vez de ser manuscrito, era já impresso, num suporte que séculos depois chegaria ao ocidente sob a designação de “papel”⁴.

Curiosamente a edição deste jornal, manteve-se activa e com periodicidade constante até 1911, data em que se extinguiu a monarquia na China, e se encerrou a publicação deste jornal, tido

³ Também se lhe conhecem outras denominações, como *Ta Kung Pao* ou *Jingbào* e ainda *Ching Pao*, mas na verdade todas designam o mesmo periódico e podem simplesmente traduzir-se por “Gazeta de Pequim”.

⁴ O papel passa por ser uma invenção com origem na civilização chinesa. Sabemos que a princípio o papel era feito de seda, de textura leve e brilhante, muito delicado e oneroso, pelo que era considerado como uma preciosidade digna do imperador. No ano de 105 d.C. os chineses passaram a produzir o papel através de uma pasta à base de celulose vegetal, o que permitiu baixar os custos e abrir mão da exclusividade do seu fabrico pelas entidades oficiais. O segredo do fabrico do papel acabaria depois por ser contrabandeado para o mundo ocidental, onde os frades copistas e iluminadores conventuais, desenvolveram a importante arte de difundir o livro através da edição manuscrita. O livro era símbolo de erudição e poder, pois exigia do seu proprietário o conhecimento da leitura e da língua universal, o latim. Possuir um livro era possuir um tesouro, pois que se tratava de um bem mais caro e mais escasso do que o ouro. Foi pela mão dos copistas conventuais que se difundiram pela cristandade não só os textos bíblicos como também as obras dos grandes pensadores da cultura ocidental, nomeadamente o filósofo Aristóteles (384-322 a.C.), e fundamentalmente os teólogos Santo Agostinho (354-430), São Jerónimo (340-420) – o celebrado tradutor para latim da Bíblia, designada por Vulgata, usada desde a Idade Média até ao século XX – e São Tomás de Aquino (1225-1274), considerado como o expoente máximo da filosofia cristã na Idade Média.

Gravura 3 – Réplica da prensa usada na oficina de Gutenberg em 1450.



por órgão oficial da corte manchú⁵. O mais relevante é que a vida pública deste jornal subsistiu ao longo de mil anos, o que devemos considerar como um recorde e um facto quase impensável na vida da imprensa escrita. Podemos, assim, considerar a “Gazeta de Pequim”, como o mais antigo e mais perdurável periódico do mundo.

⁵ A queda da monarquia imperial chinesa teve as suas causas remotas no período designado por “Guerra dos Boxers”, em que participaram as principais nações europeias na defesa dos seus negócios comerciais com o oriente, nomeadamente o tráfico do ópio. Fartos da presença estrangeira e da sua influência cultural, os chineses iniciaram, entre 1899 e 1900, uma rebelião anticristã e antiocidental, de inspiração xenófoba e tradicionalista, que se estendeu a todas as províncias da China. Esta “Guerra dos Boxers”, que teve o apoio da própria imperatriz Tzu-Hsi, saldou-se numa feroz intervenção militar das nações europeias (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Holanda e Itália, além dos Estados Unidos da América, Japão e Rússia), submetendo os chineses e abrindo os seus portos ao comércio internacional. Nos dez anos seguintes, as dissensões políticas e revoltas internas culminaram em 1911 com a Revolução Xinhai, que destituiu a dinastia Manchu (ou Dinastia Qing), encerrando-se o regime monárquico na China.

Por conseguinte, é na China que devemos procurar as origens da imprensa, não só através dos caracteres móveis⁶, originalmente de madeira (xilografuras), como também da tinta de impressão (de cor negra, originária da cidade de Nanquim, celebrizada no ocidente como “tinta da China”), da própria prensa e, sobretudo, do papel. Estes dois elementos, prensa móvel e papel, podem ser considerados como os principais alicerces da civilização moderna, pois permitiram transmitir o pensamento e o conhecimento, através da escrita impressa a baixo custo, e com viabilidade comercial em todos os quadrantes do universo.

Convirá também acrescentar que foi na China que nasceu a imprensa, ou, para não ferir susceptibilidades sobre a primazia gutenberguiana, foi no Oriente que se inventaram as primeiras tecnologias, tanto da arte da impressão como do fabrico do papel, trazidas para a Europa nos remotos anos medievais, certamente através da rota da seda, cujas caravanas oriundas da China, da Índia e da Pérsia, chegavam aos principais portos mediterrânicos

⁶ Consta que foi Bi Sheng (990-1051), um pobre calígrafo, que viveu na vigência da dinastia Song, quem inventou a técnica da “impressão em bloco”, isto é, usava um bloco de madeira no qual entalhava o texto que desejava imprimir. Esculpia os caracteres e desenhos (gravuras) em blocos de madeira antes de imprimi-los com tinta de óleo em tecido ou papel. Pertenceu-lhe também a fundação da primeira tipografia, que designou por “Loja Bi de Impressão com Tipos Móveis”. Na verdade, inventou uma nova tecnologia que consistia no seguinte: cada caractere ou tipo móvel era de argila endurecida por cozimento no fogo. Depois misturava resina de cera e cinzas de papel e colocava-a sobre uma placa de ferro. Depois juntava os caracteres ou tipos móveis que compunham um texto e colocava-os na placa plana de ferro. Por fim, colocava a placa no fogo para afofar a cera, pressionando com uma prensa os tipos que aderiam à placa de ferro plana com a cera amolecida. Desta operação resultavam umas placas entalhadas para serem impressas no papel ou no tecido. Terminada a impressão, a chapa seria aquecida novamente para deixar a cera derreter e remover os tipos móveis, juntando-os em caixas divididas por ordem alfabética (as rimas chinesas), para uso posterior. O princípio básico e a metodologia de impressão foram as mesmas que, séculos mais tarde, inspiraram a invenção da imprensa moderna por Johann Gutenberg.

carregadas das mais preciosas e mirabolantes novidades, tanto matérias como espirituais⁷.

No dealbar da segunda metade do século XV, o alemão Johannes Gutenberg, ourives de profissão e conhecedor das técnicas de gravação e de fusão metálica, inventou o processo tecnológico, para não dizer a máquina, mais importante do segundo milénio, mercê da qual se erigiu a cultura ocidental e a civilização moderna. Falamos da imprensa móvel, baseada em tipos metálicos (designados por caracteres móveis), que se agregavam para compor palavras, dispostas em linhas até formar as páginas do texto. A imprensa móvel teve as suas origens na cidade de Mogúncia, actual Mainz na Alemanha, capital do estado de Renânia-Palatinado, onde se estabeleceram durante os séculos XV e XVI várias outras oficinas semelhantes à de Gutenberg. Nesse primitivo prelo de Mogúncia foi composta e impressa a primeira edição da Bíblia, em latim, que marcou o início da imprensa escrita, como indústria propulsora da comunicação universal⁸.

⁷ Pensa-se que por volta do ano 1041, da era cristã, terá sido inventada a tecnologia da impressão através de composição gráfica, baseada na junção de minúsculos carimbos de madeira esculpidos na face superior com letras em relevo e espelhadas (isto é, as letras estão invertidas, como se fossem vistas ao espelho, para serem depois impressas). A tinta preta, originalmente usada na imprensa, era oriunda de Nanquim, antiga capital chinesa. Cada bloco ou carimbo de madeira, correspondia a um ideograma do alfabeto chinês. Na reprodução da escrita chinesa integram-se cerca de 3500 desses símbolos!!! Na Europa esta tecnologia não teria tanto sucesso porque na composição escrita usam-se caracteres alfabéticos e não ideográficos, sendo essa a principal razão que justifica a invenção do prelo de Gutenberg. Acresce dizer que a tecnologia chinesa usada na produção do papel já incluía fibras de celulose vegetal, tal como hoje fazemos.

⁸ Pensa-se que no início da década de 1450, Johann Gutenberg (1398-1468) associou as tecnologias já conhecidas – dos caracteres móveis, da tinta de óleo (linhaça e azeite) e do papel – a uma outra, que sem ser nova era uma inovadora adaptação: a do prelo. Tendo comprado, numa velha adega da Mogúncia, um prelo de madeira que se usava no fabrico do vinho para esmagar uvas, teve a genial ideia de o transformar naquilo que então se designou por prensa, isto é, uma máquina de imprimir escritos em folhas de papel. E cinco anos depois,

Gravura 4 – Bíblia de Gutenberg, exemplar da Biblioteca Pública de Nova York.



Muito embora o prelo de Gutenberg – como os que se lhe seguiram noutras cidades e noutros países, geralmente pela iniciativa hebraica – se tivesse dedicado unicamente à edição de livros, o

entre 1452 e 1455, imprimia o seu primeiro e único livro, o mais procurado e mais útil à cultura ocidental, que ficou conhecido como a «Bíblia de Gutenberg». A edição príncipes da Bíblia em latim demorou cerca de três anos a ser impressa, no formato de duas colunas com 42 linhas cada, em tamanho grande, num total de 1282 páginas. Pelo seu peso e dimensão, a maioria dos exemplares hoje existentes estão encadernados em dois volumes. Pensa-se que na oficina de Gutenberg devem ter sido impressos 180 exemplares da Bíblia, dos quais sabemos que 45 foram em pergaminho e 135 em papel. Actualmente, dentre todos os exemplares supostamente impressos por Gutenberg, apenas se encontram referenciados 46 exemplares, repartidos por bibliotecas públicas da Europa, do Japão e dos EUA. Mas há quem desconfie da abundância, e afirme que só 21 desses exemplares saíram do prelo Gutenberg, a que se devem acrescentar mais quatro cópias em velino, isto é, um pergaminho feito à base de peles de qualidade, produzindo assim um papel mais compacto, mais liso e acetinado. Portugal possui dois exemplares: um na Biblioteca Nacional de Lisboa e outro na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Os poucos exemplares que ainda hoje subsistem, saídos do prelo de Mogúncia, são considerados como peças insubstituíveis, no património da humanidade. Os livros impressos no século XV, durante a era de Gutenberg, assinalada pela produção em massa de livros no Ocidente, são designados como “incunábulos”.

certo é que foi através da nova técnica da composição e impressão por caracteres móveis, que se publicaram as primeiras folhas volantes de carácter noticioso, literário, artístico e até publicitário. Também não deixa de ser notório e surpreendente que essa evolução da oficina do livro para a oficina da tipografia, tenha demorado cerca de 150 anos a concretizar-se. É que, muito antes dos prelos darem a público as primeiras folhas noticiosas, apareceram em letra de forma umas folhas soltas e volantes que ficaram conhecidas sobre a designação de *pasquins*. Tinham uma origem anónima e clandestina, sem indicação de autor nem do local de origem, escritas em verso ou prosa, de inspiração satírica e jocosa, visando certas figuras públicas, em forma de denúncia ou acusação, com termos por vezes ofensivos e injuriosos, num estilo imoral, ignóbil e cobarde, que ficou relembrado no tempo como “pasquinadas”. O certo é que ainda hoje, certos espíritos vis e aleivosos, recorrem à cobarde estratégia de editarem em tipografias manhosas de vão de escada, uns pasquins clandestinos para enxovalharem as organizações públicas, como o governo, a autarquia, a igreja, a polícia, ou simplesmente para denegrirem a imagem dos seus adversários ou oponentes sociais, quer sejam empresários fabris, dirigentes associativos, etc. Quando se quer atirar a lama do ódio ou a pedra da injúria, escondendo a mão do autor, recorre-se a um qualquer pasquim anónimo. E como essa cobarde atitude era muito frequente no passado, houve um cardeal da igreja, chamado Oliverio Carafa, que no século XV mandou colocar, numa praça de Roma, uns restos de estátua antiga não identificada, que ele recuperara do lixo, em cujo pedestal permitiu que se afixassem todo o tipo de folhas anónimas, sarcásticas e injuriosas, como forma de expiação da crítica social, representativa da *vox populi*, contra os poderosos dominadores da vida pública na cidade. Esses fragmentos de estatuária antiga, compostos desordenadamente, receberam o epíteto popular de *Pasquino*, razão pela qual as folhas soltas se chamarem “pasquins”.

Gravura 5 – Monumento a Pasquino, “estátua falante” de Roma, feita com restos escultóricos encontrados no lixo da cidade.



Esse desordenado conjunto escultórico pertence às chamadas estátuas falantes de Roma⁹.

Aos pasquins anónimos, infames e exprobratórios, sucederam os *libelos*, ou seja, umas folhas impressas e dobradas em duas ou quatro partes, formando uns pequenos in-fólios, geralmente de carácter acusatório, censurando os governantes, os políticos, as instituições e as organizações sociais. Em geral os *libelos* tinham um objectivo político, sendo escritos geralmente por cidadãos esclarecidos e ilustrados, que através de um discurso inflamado de nacionalismo, pretendiam alertar a consciência colectiva e o povo ignaro, contra certas decisões do governo e dos governantes, que consideravam injustas e opressivas. Esses libelos publicavam-se em momentos cruciantes da vida pública, por vezes nas vésperas de motins populares, de levantamentos militares ou de revoluções, sempre firmados sob pseudónimo. Com os libelos publicaram-se também no formato de “dobras” ou fólios, as odes, os poemas heroicos, as farsas e peças de teatro, os almanaques e toda a espécie de publicações fantasiosas, burlescas e epigramáticas, corrosivas e gangrenosas, enfim, uma imensa parafernália de folhas impressas a que vulgarmente designamos por “literatura de cordel”, pela qual se divertia, se moldava e educava a mentalidade popular. E a quantidade dessas publicações, nem sempre legais, maioritariamente clandestinas pela fuga ao *Index* inquisitorial, só não foi mais longe no número de edições nem no sucesso editorial,

⁹ São seis as chamadas “statue parlanti di Roma”, que a partir do século XVI o povo romano converteu em coutos da liberdade de expressão, onde os mais destemidos pronunciavam poemas satíricos, cínicos, jocosos e eróticos, enquanto os mais receosos, cuidando do seu anonimato, afixavam escritos de diversa índole, em folhas manuscritas ou impressas, em verso e prosa, numa verve caustica, mordaz e truculenta contra a Igreja e os nobres, contra os papas e a cúria romana, contra a corrupção das autoridades, dos costumes e da própria sociedade. As “estátuas falantes” correspondiam no passado àquilo que hoje designamos por “placards públicos” para afixação de propaganda política, mas também como espaço de publicitação da livre opinião crítica e da contestação popular sobre diferentes aspectos da vida política e da organização socioeconómica.

porque o índice de analfabetismo era avassaladoramente elevado entre todas as classes.

3. Os jornais, finalmente...

Por falta de instrução e das dificuldades de acesso à leitura, é que só nos meados do século seguinte começaram a chegar às mãos do público as primeiras publicações noticiosas. Na verdade, a imprensa registou uma grande proliferação por toda a Europa¹⁰. Isso deveu-se ao progresso dos meios de transporte, que facilitaram a deslocação dos meios tecnológicos, e à mobilização da mão de obra especializada. Assim, os prelos como as caixas de tipo da imprensa, puderam acomodar-se facilmente tanto no porão dos navios como até no dorso das réguas dos almocreves, viabilizando o estabelecimento da tipografia nas cidades do interior e até nas colónias do Novo Mundo.

A par do movimento Humanista e do Renascimento, períodos impulsionadores das novas ideias reformistas, surgiu o desenvolvimento da educação através das escolas de “aprender a ler, escrever e contar”, que passaram da alçada dos conventos para a protecção das autarquias e das organizações mecenáticas, colocando nas mãos do povo uma arma de libertação, que séculos depois haveria de desencadear os ventos da Revolução Francesa.

¹⁰ Entre 1450 e 1470 a imprensa era ainda um invento técnico muito dispendioso, pelo que de Mogúncia apenas se propagou a nove cidades germânicas. Mas em 1480 já existiam oficinas de impressão em 108 cidades, sendo que nas repúblicas italianas já se estampavam velinos de altíssima qualidade para a cúria romana. Em Paris e, na década seguinte, em Sevilha, também se fundaram imprensas de elevado nível, para o incremento universitário. A par da edição livresca desenvolveu-se também a publicação da cartografia. Em 1500, sabemos da existência de 226 prelos europeus, a imprimir livros de diferentes áreas temáticas, desde a ciência à literatura. Na centúria de quinhentos, a imprensa proliferou nas cidades universitárias, como Paris, mas também nas cidades mercantis, como Veneza, Antuérpia, Frankfurt ou Lyon. É curioso salientar que o movimento da Reforma acompanhou a difusão da imprensa pelos países do Norte da Europa, dando particular relevo e especial acolhimento às ideias de Martinho Lutero.

As primeiras folhas noticiosas, editadas num tamanho superior aos fólhos dos sermões da Igreja, maior que os in-quarto das farsas e poemas jocosos que faziam as delícias do povo, serviam para publicitar as decisões administrativas, a celebração das festas profanas e religiosas, a comemoração dos grandes acontecimentos históricos, os relatos de viagens pelos mares desconhecidos do oriente, enfim tudo quanto pudesse informar as gentes mais ávidas pelo saber e pelas grandes aventuras da humanidade, num tempo marcado pelas novas ideias do Universo Infinito, que enformaram a revolução científica do século XVII iniciada com os astrónomos Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630), até culminar no matemático Isaac Newton (1643-1727)¹¹.

¹¹ A partir das observações astronómicas de Galileu Galilei, o universo perdeu a dimensão da sua distância incomensurável, deixando de ser o misterioso domínio de Deus. A ideia do universo, e das suas origens, poderem ser explicadas, e avaliadas matematicamente, era para a mentalidade da época uma heresia. As suas revolucionárias conclusões obtidas através da observação dos astros, mercê da utilização do telescópio e outros instrumentos técnicos, permitiram-lhe demonstrar o movimento do nosso planeta à volta do sol, tendo por base a lei da inércia e as teses de Copérnico sobre a translação do astro terrestre. A sua teoria heliocêntrica, expurgava e revogava a então vigente teoria geocêntrica adoptada pela Igreja, cujo modelo cosmológico havia sido formulado pelo matemático e astrónomo grego Cláudio Ptolomeu (100-168). Ao contrariar a ciência tradicional através de uma teoria tão radical, fácil se torna compreender a acusação de herege que impendeu sobre Galileu, levando-o às masmorras da Inquisição onde após desumana tortura foi obrigado a abjurar das suas ideias. Em todo o caso, não pôde a Igreja impedir que a partir da teoria heliocêntrica de Galileu se desenvolvesse um novo espírito científico a partir da formulação do método experimental, baseado na observação, na experimentação e na formulação da explicação teórica, para a qual muito contribuiu a quantificação matemática permitindo medir e calcular o fenómeno submetido à análise experimental. A chamada Revolução Científica do século XVII, nascida com Galileu, evoluiu muito com o aporte cultural suscitado pelo contacto com as civilizações asiáticas, mercê das rotas marítimas abertas pelas nações ibéricas, mas também pela tolerância religiosa dos povos do norte europeu que seguiram a Reforma Cristã. Foi no seio das nações protestantes que se desenvolveu a invenção de novos aparelhos tecnológicos capazes de observar e de interagir com os diversos

Há, todavia, quem diga que a origem da imprensa noticiosa e jornalística deve remontar aos “*Avvisi*” escritos por redactores oficiais da administração pública, dos mercadores e até dos agentes diplomáticos estrangeiros, que de Roma, Veneza, e de outras cidades-estado italianas, davam público conhecimento da vida quotidiana aos seus compatriotas. Também há quem diga que, na Era Moderna, a primazia da imprensa periódica remonta à publicação dos primeiros almanaques. Na verdade, essas curiosas publicações anuais registavam e publicitavam não só as principais efemérides astronómicas, como os solstícios e as fases da lua, assim como outras informações relacionadas com os períodos das sementeiras e das colheitas, com a alimentação dos animais, a saúde e remédios caseiros, a que se juntavam pequenas notícias sobre fenómenos naturais, catástrofes, epidemias, pragas agrícolas e muitas outras curiosidades sobre a vida quotidiana dos povos. Entre nós, data de 1496 a primeira publicação deste género, impressa em Leiria no prelo de um judeu chamado Abraão Zacuto. Saiu a público sob a designação de *Almanach Perpetuum*, no formato já usado por Gutenberg, isto é, impresso a duas colunas, num tipo elzeviriano muito do agrado hebraico. Nele constavam, imagine-se, as tábuas logarítmicas que serviam para medir a altura do sol em cada dia do ano, permitindo acompanhar o percurso do astro-rei ao longo das quatro estações. Tendo em ponderação o facto de os almanaques cumprirem a condição da periodicidade, que neste caso era anual, não podemos, porém, considerá-los como sendo a radícula da imprensa, porque descuroavam o requisito da actualidade noticiosa. E a informação actualizada é uma imposição intrínseca à classificação natural da imprensa. Por isso é que as folhas que se publicaram até meados do século XVII não podem ser consideradas como jornais, visto faltar-lhe a repetibilidade

fenómenos naturais, chegando ao ponto de poder manipular a própria natureza. Desde então e até aos nossos dias, a evolução do espírito científico e da própria Ciência tem pontificado a marcha histórica da humanidade.

sequencial de forma periódica, e sobretudo o espírito da actualidade noticiosa.

Em todo o caso, devemos acrescentar que, entre 1597 e 1605, terão surgido na Holanda e na Alemanha os primeiros periódicos, por causa de aí existirem numerosas comunidades hebraicas que possuíam prelos móveis, dos quais saíram diferentes tipos de publicações temáticas (religiosas na sua maioria). Havia nessa altura não só as condições tecnológicas para a edição de periódicos como, sobretudo, existia mercado, isto é, leitores instruídos e com capacidade de aquisição, embora esses primeiros arremedos da imprensa periódica fossem vendidos pelo valor da moeda mais pequena da circulação fiduciária. E como na época essa moeda, a mais baixa e mais pequena, tinha a designação popular de *gazeta*¹², os primeiros jornais adoptaram o título de «Gazeta»¹³.

¹² A moeda *gazzetta* foi cunhada pela primeira vez na “sereníssima república de Veneza” em junho de 1539 pelo Doge Pietro Lando (1539-1545). Tinha o peso aproximado de 0,78 gramas em prata de fraca liga, cunhando-se depois os “grossetto” de valor múltiplo, até chegar à *Gazzetta X*, designada por “Liraza”. A primitiva *gazzetta* de prata apresenta o leão de São Marcos envolvido pela legenda “Sanctvs Marcvsvenetvs”, e no verso a Justiça sentada entre dois leões com espada e balança, e a legenda “Diligite Ivstituum”. Deixou de ser cunhada em 1722, mas circulou em Veneza até ao século XIX.

Importa esclarecer que em 1563 circulava em Veneza uma moeda cunhada em cobre com a efigie de uma gralha, que no dialecto veneziano (o vèneto) se nomeava “gazza”. Era uma moeda fraca e de baixo valor, pelo que não deve ser confundida com o numisma anterior. Porém, ainda hoje é lembrada, devido ao facto de nessa época ser moda a leitura de umas folhas volantes que circulavam impressas, de carácter literário e fantasista, que se vendiam ao preço fixo de uma “gaza”, razão pela qual o vulgo passou a designar por «gazetas» todas as publicações impressas de carácter noticioso.

¹³ A palavra italiana *gazzetta*, teve origem no grego-bizantino, cujo étimo *gaza* se traduz por tesouro. No século XVI, na cidade de Veneza, correspondia à designação popular da mais pequena unidade monetária em circulação. Nessa altura publicavam-se naquele porto umas folhas de anúncios e informações diversas, que custavam apenas uma *gaza* ou *gazetta*. Com o decorrer dos tempos, os venezianos adquiriram o curioso costume de pagar uma *gazetta* pelo aluguer da leitura de panfletos jocosos e de outras folhas periódicas que não desejassem

Gravura 6 – A gazeta era uma moeda veneziana de prata, posteriormente cunhada em metal fraco para uso interno.



Os temas preferenciais dessas folhas relacionavam-se com as diatribes entre católicos e protestantes (luteranos, calvinistas), razão pela qual passaram a incluir também relatos dos conflitos político-religiosos, nomeadamente da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que envolveu a Casa de Habsburgo e as nações do eixo europeu¹⁴. A necessidade de informação sobre este conflito político-religioso

adquirir. A implantação da imprensa adoptou a designação popular de “gazeta” para todas as folhas impressas de carácter narrativo, político, religioso, satírico ou noticioso. A maioria dessas gazetas eram simples folhas impressas, soltas ou agrupadas num barbante, em pequenos fólhos. No século XVII e XVIII generalizou-se o uso da palavra “Gazeta” para identificar uma folha periódica de carácter noticioso, literário, artístico e doutrinário.

¹⁴ A principal consequência da Guerra dos Trinta Anos foi o reordenamento religioso e a reconfiguração do mapa político da Europa. Em boa verdade, com a assinatura o Tratado de Vestefália, que pôs fim à guerra em 24-10-1648, reconheceu-se a soberania de novas nações, sobretudo dos Países Baixos e da Confederação Suíça, para além da redefinição de fronteiras noutros países do eixo europeu. Também se alterou o mapa religioso europeu, fixando-se a norte os luteranos, e a sul os católicos. Mas a mais importante consequência de Vestefália foi o estabelecimento dos princípios que caracterizam o estado moderno, isto é, o direito de cada estado à sua soberania interna, à igualdade jurídica internacional, à integridade territorial e à não intervenção nos assuntos internos de outro Estado. Ainda hoje esses princípios constituem as bases do Direito internacional que consagram as relações externas da Diplomacia mundial.

fez proliferar o número de publicações, cujas edições saíam a público ao ritmo da partida das malas do correio, nascendo assim a periodicidade, principal característica dos meios de informação. Devemos acrescentar que nessa altura, os prelos trabalhavam intensamente, não só na edição de livros religiosos, académicos e literários, como também na publicação de panfletos¹⁵ políticos e de crítica social, a maioria dos quais passaria à condição de publicações clandestinas, mercê da sanha censória que lhes era movida pela Inquisição. A censura foi sempre a arma preferencial do tirano, usada de forma velada tanto pelo autocrata político, como pelo oligarca financeiro, para impedir a liberdade de expressão e de pensamento. A instituição censória pretendia silenciar toda a voz pública que se insurgisse contra os poderes instituídos, fossem eles religiosos, políticos ou financeiros. No passado funcionava de forma visível e descarada, tanto contra os editores livreiros como contra os órgãos de informação. Hoje a censura, e a autocensura, funciona de forma velada e não oficial, contra os média, negando-lhes publicidade ou apoio institucional financeiro.

¹⁵ Designava-se como panfleto todas as publicações (impressas ou manuscritas) com poucas páginas, em folhas soltas ou em forma de livro, com capa de papel. Os temas versados nesses panfletos eram em geral de carácter literário, teatral, poético ou narrativo, mas também se editavam, nem sempre de forma legal, muitos panfletos de inspiração política e de crítica social, contra a igreja e os governantes. Parece que a palavra panfleto teve a sua origem numa comédia satírica em latim, do séc. XII, «Pamphilus de amore», cujo personagem principal, Pamphilus, significa em grego “amado por todos”. Com o tempo a palavra evoluiu para *pamphilet*, que em inglês deu *pamphlet*. A razão do vocábulo está na popularidade desta comédia popular, que se difundiu em pequenos folhetos por todas as nações ocidentais, com tal sucesso que no séc. XIV o seu título passou a designar os impressos em folhas soltas, cadernos ou opúsculos. No formato de panfleto tornaram-se muito populares as edições dos sermões proferidos nas igrejas, em festas religiosas, mas também em solenidades profanas, como nas bodas reais ou no nascimento dos infantes, publicando-se nesse género e no nosso país centenas de opúsculos com um ou dois fólhos, que constituem hoje um curioso manancial de informação histórica, infelizmente pouco estudado.

3.1. Os primeiros periódicos europeus

Pelo atrás expendido, ficou evidente que sob a designação de «Gazeta» vieram a público as primeiras publicações periódicas, hoje vulgarmente designadas por jornais. Os prelos que as deram à estampa tanto foram oficiais, como particulares e até clandestinos. E desde a invenção da imprensa, como fulcro eruptivo da liberdade de expressão e de pensamento, que se lhe opuseram forças de bloqueio e de repressão – a censura e a Inquisição¹⁶. Apesar de todas as dificuldades financeiras e contrariedades políticas, surgiram por toda a Europa vários impressos de carácter noticioso, relatando guerras, epidemias, fenómenos naturais (tempestades, furacões, tremores de terra, cheias, incêndios), pragas agrícolas, que mantinham as populações e o público mais ilustrado, a par do que mais relevante se passava no Velho Mundo. Essas publicações, a grande diferença que apresentavam em relação aos panfletos políticos ou aos folhetos literários, é que tinham continuidade, isto é, uma sequência editorial, datada e numerada, que a princípio era semestral, mas que em breve se tornou mensal, melhorando os seus conteúdos temáticos e fidelizando a escrita ao rigor, à imparcialidade e à garantia da veracidade dos factos. Isto fez com que as “gazetas” alargassem a sua circulação e audiência, desde o palácio aristocrático até aos bairros operários. A ilustração e os interesses do leitor, as suas origens sociais e o desempenho profissional, fez com que as próprias “gazetas” se distinguissem conforme o seu público-alvo. Umas dirigiam-se

¹⁶ No nosso país, tivemos durante mais de 250 anos várias instituições oficiais de vigilância e condenação da liberdade de expressão, principalmente o Tribunal do Santo Ofício, mas também o Desembargo do Paço, a Real Mesa Censória e a Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. A perseguição só cessaria a 12-7-1821, quando as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, promulgaram a primeira lei de imprensa, que permitiu «imprimir, publicar, comprar e vender nos estados portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura», reconhecendo aos autores e tradutores o direito de propriedade literária vitalícia e com a duração de dez anos para os seus herdeiros.

aos nobres e aos empresários, outras aos burgueses do comércio e da indústria, outras às classes laborais dos sindicatos, do associativismo social e político. Rapidamente se editaram, sobretudo a partir do séc. XVIII, periódicos informativos para todos os gostos e interesses.

Pensa-se que o primeiro jornal publicado em letra de forma terá surgido na cidade de Praga, em 1597, editado pelo impressor Daniel Sedltchasky, cuja periodicidade, conforme o próprio título indica, terá sido mensal, embora haja dúvidas sobre a sua regularidade¹⁷. Em todo o caso, considera-se que o periódico mais antigo de que temos hoje irrefutáveis evidências, surgiu em 1605, na cidade alemã de Estrasburgo (actualmente integrada na França), impresso em alemão, com a periodicidade semanal, sob a designação de *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*, que se pode traduzir por «Relato de todas as histórias ilustres e memoráveis». O seu editor Johann Carolus, é considerado pela historiografia alemã como o fundador do jornalismo europeu¹⁸. Essa primazia tem sido combatida pela oposição britânica, alicerçada em preceitos formais, que me parecem algo irrelevantes para negar a primazia alemã na imprensa europeia¹⁹.

¹⁷ Tinha por título a seguinte designação: «*Noviny paradné celého mesice zari léta*»; o que traduzido à letra significa «Jornal completo do mês inteiro de setembro de 1597».

¹⁸ Johann Carolus, nasceu a 26-3-1575 em Muhlbach-sur-Munster, e faleceu em 15-8-1634, na cidade de Estrasburgo, então pertencente ao Sacro Império Romano da Nação Germânica. Era filho de um presbítero luterano, que o mandou aprender a arte de encadernação numa oficina artística, razão pela qual se tornaria depois livreiro e proprietário de uma tipografia, onde imprimia também folhetos e outros panfletos com regularidade periódica, nomeadamente o «Relato de todas as histórias ilustres e memoráveis», que passa por ser o primeiro jornal da imprensa europeia. Sabemos que essa publicação teve distribuição pelo correio e que inclusivamente se vendia nos locais de comércio, o que a torna muito semelhante aos actuais jornais.

¹⁹ O historiador britânico, Stanley Morison, considera que formalmente os «Relatos» que Johann Carolus deu à estampa não devem ser considerados como jornais, pois que lhe faltam certas particularidades muito específicas, nomeadamente

Também nesse ano de 1605, consta que terá surgido em Antuérpia pela mão de um judeu, Abraão Verhoeven, o primeiro periódico holandês intitulado «*Nieuwe Tijdinghen*», que se pode traduzir por «Novas Notícias»; impresso em flamengo, no qual se davam notícias sobre a guerra de independência, que os Países Baixos enfrentaram contra a Espanha, sua potência colonial. Com efeito, em 26-7-1581, as sete províncias da Holanda assinaram a «União de Utrecht», através da qual se declararam unidas numa única nação, formalmente independente da Espanha, o que deu início a um conflito bélico, que terminou em 30-1-1648, com a chamada Paz de Vestefália, pela qual a Espanha reconhecia a independência dos Países Baixos²⁰.

As chamadas «Gazetas», que eram publicações semelhantes às acima referidas, tanto no formato e tamanho, como também no conteúdo, que era mais literário do que jornalístico, despontaram por todas as capitais da Europa, nomeadamente em 1615 na cidade de Viena; em Berlim, 1617; em Praga, 1619; em Londres, 1622; em Paris, 1631; e só em 1641 em Lisboa. Os factores com que se identificavam, por ser comum a todas, nos primórdios do séc.

o formato in-4º, impresso a duas colunas, e o seu reduzido tamanho, que era mais comum nos folhetos e livros, do que aquele que foi utilizado nos meados do século XVIII para a edição dos jornais. Além disso, o conteúdo dos «Relatos» de Johann Carolus pouco tinha de noticioso e informativo sobre a vida social quotidiana em Estrasburgo, pelo que não devia ser considerado como um jornal, na verdadeira acepção do conceito.

Veja-se a obra clássica de MORISON, Stanley – *Selected essays on the history of letter-forms in manuscript and print*. 2 vols., Cambridge: Cambridge University Press, 1980-1981.

²⁰ Esta guerra de independência dos Países Baixos correspondeu praticamente ao mesmo período em que Portugal esteve submetido ao domínio espanhol. A armada holandesa, e sobretudo a pirataria, estenderam o campo bélico a todo o império espanhol, inclusive às antigas possessões lusas, anexadas ao domínio dos Habsburgos de Filipe II, senhor do maior império da história ocidental. Era com as notícias deste conflito que o «*Nieuwe Tijdinghen*», popularmente designado como «Gazeta de Antuérpia», enchia as suas colunas, pelo menos desde 1620, ano em que se aceita a sua existência oficial como publicação jornalística.

XVI, era o seu carácter noticioso e a periodicidade. Essa fundamental particularidade constitui a “carta de alforria” da imprensa, no seu período de transição da fantasia para a realidade, ou seja, na sua transformação de folha volante mais ou menos literária, para o periódico noticioso, veículo de transmissão e conhecimento da vida quotidiana.

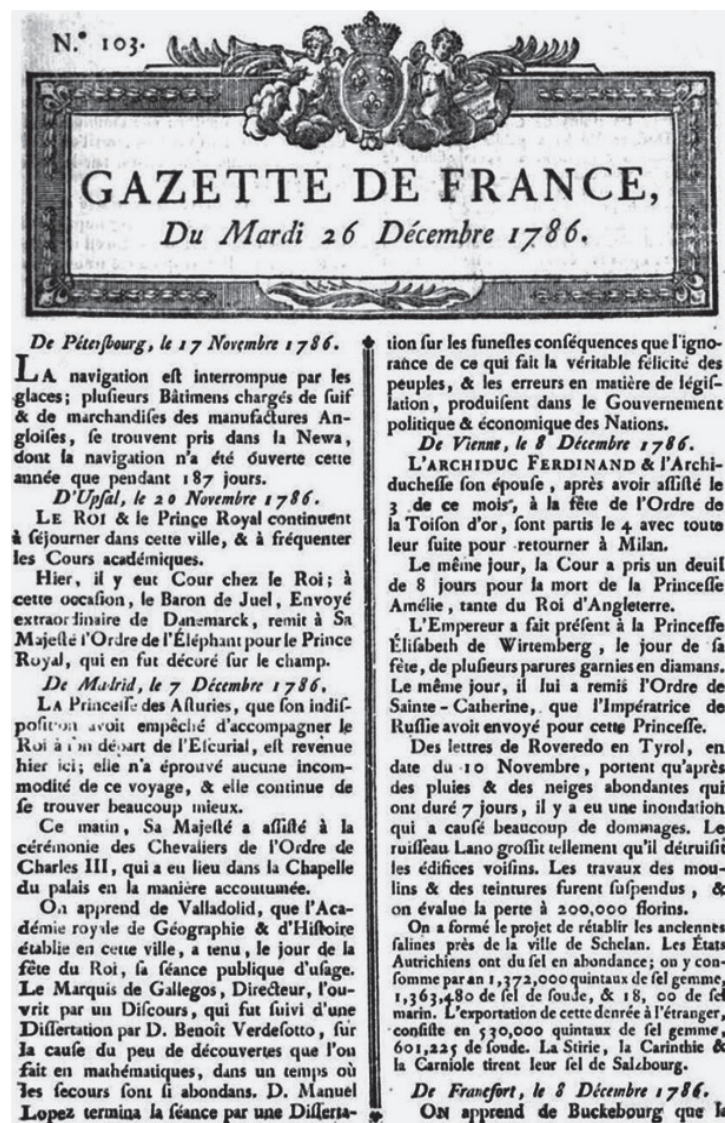
Não vou concentrar a atenção, nem demorar demasiado tempo, na explicação das suas origens históricas. Em todo o caso, acerca das primeiras que viram a luz da estampa, acrescentarei algumas breves palavras.

Assim, foi na França que surgiu, em 30-5-1631, o primeiro jornal da era moderna, sob a popular designação de «La Gazette»²¹. O seu fundador, Théophraste Renaudot²², era na época um conceituado

²¹ Considera-se o semanário «La Gazette» como o órgão fundacional da imprensa periódica francesa. Tinha o tamanho in-4º, e o aspecto de um pequeno folio de 4 a 12 páginas, cuja mancha tipográfica era densa e compacta. Nas primeiras edições publicava informações de emprego e anúncios oficiais e comerciais sobre a cidade de Paris, e outras informações sobre recrutamento militar, o auxílio público aos indigentes, e muito especialmente sobre a actualidade política, económica e cultural nos países europeus. Só após a edição n.º 6 é que inseriu nas suas colunas diversas notícias respeitantes aos assuntos internos da França. Daí por diante, tornou-se numa tribuna privilegiada de apoio à política do governo do Cardeal Richelieu e do rei Luís XIII, que na «Gazeta» inseriam artigos apologeticos da sua política externa, nomeadamente a explicar as razões da sua aliança com os protestantes alemães durante a Guerra dos Trinta Anos. Isso fez com que «La Gazette» fosse considerada como o órgão oficial do governo, cuja tiragem passou rapidamente para uns impensáveis 800 exemplares por cada edição semanal.

²² Théophraste Renaudot, notável médico, jornalista, e historiador, nasceu em 1586, na comunidade francesa de Loudun, e faleceu em Paris, a 25-10-1653. Estudou na Universidade de Montpellier, onde se formou em medicina no ano de 1606. Tratava graciosamente os pobres, amparava os desvalidos e mitigava a miséria dos indigentes, razão pela qual granjeou fama de caritativo e filantropo. Além disso, converteu-se ao catolicismo, abdicando da fé protestante em que fora educado, o que lhe engrandeceu o prestígio social. O Cardeal Richelieu, ciente da sua reputação, chamou-o em 1612 para junto de si em Paris, onde o fez médico da corte e conselheiro de Luís XIII. Na capital francesa organizou um sistema de assistência pública e criou um departamento de auxílio aos pobres.

Gravura 7 – A *Gazeta de França* foi no seu tempo o jornal mais lido do mundo ocidental.



médico e filantropo, cuja carreira teve a protecção e apoio pessoal do Cardeal Richelieu, primeiro ministro e chefe do governo da França, razão pela qual fez do seu hebdomadário um arauto da propaganda e defesa política do poder instituído. Essa vocação da imprensa, como instrumento político ou de propaganda partidária, foi no século XVIII e sobretudo na vigência do Liberalismo oitocentista, uma imagem e uma etiqueta difícil de apagar no conceito do público consumidor. Aliás, ainda hoje em certos países europeus, a imprensa e os órgãos de comunicação social, estão geralmente a soldo dos interesses partidários, na dependência do governo, ou submetidas aos oligarcas do poder financeiro.

Apesar de «La Gazette» ter sido uma espécie de órgão oficial do governo, o certo é que conseguiu resistir, durante quase século e meio, às perseguições e vicissitudes políticas, mantendo-se em publicação ininterrupta até 1762, ano em que o Estado francês adquiriu a propriedade do título, alterando-o para a sua designação popular de «Gazette de France». E assim se manteve até 1915, quando as dificuldades de aquisição de papel, suscitadas pela I Guerra Mundial, ditaram a extinção do mais antigo jornal da cultura ocidental.

3.2. O primeiro Diário, a primeira revista científica, e o jornal em publicação mais antigo do mundo

Depois desta breve referência ao mais antigo, e mais longo, periódico europeu, surgido em França, importa agora mencionar

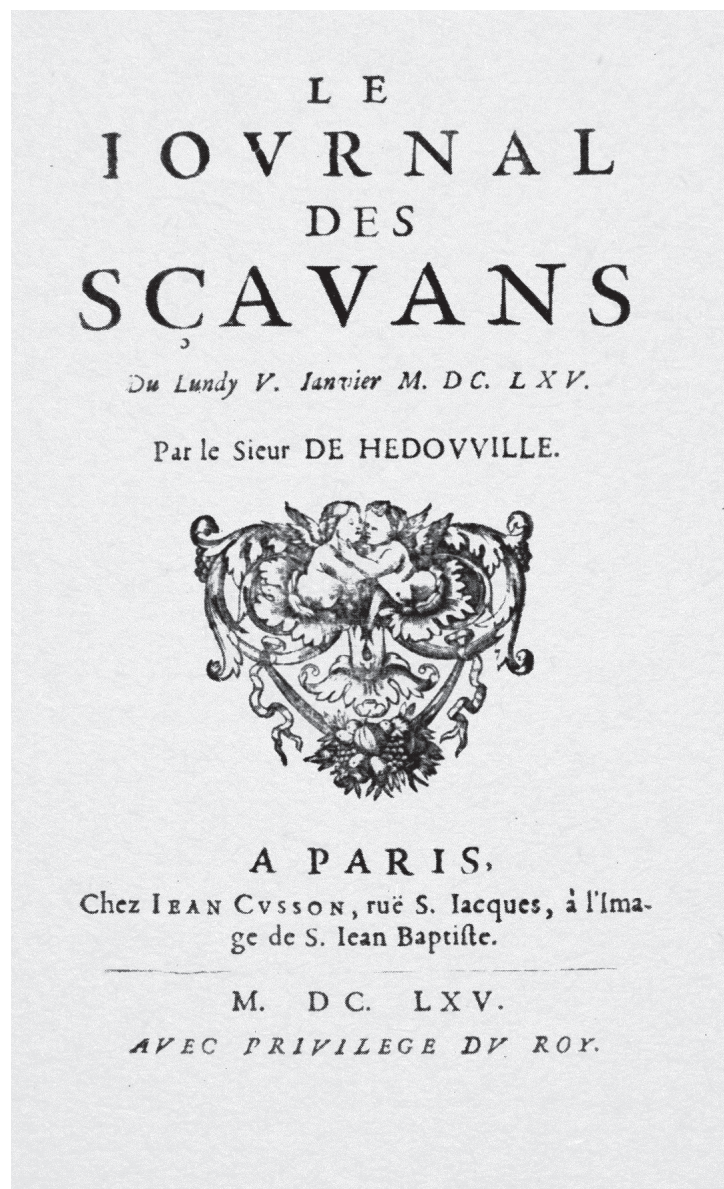
Mas hoje é apenas conhecido por ter fundado em 30-5-1631 o primeiro semanário francês, intitulado «La Gazette», que era o porta-voz da facção legitimista de Richelieu. Em 1633 organizou um programa semanal de conferências públicas sobre diversos temas de interesse cultural, que foi proibido em 1642, logo após a morte de Richelieu, seu protector político. Sabemos hoje que foram proferidas 240 conferências, mais tarde traduzidas para inglês e publicadas em Londres entre 1664 e 1665. Théophraste Renaudot, foi um homem genial e bondoso, a quem a História presta homenagem como fundador da imprensa moderna.

o primeiro jornal diário que se deu à luz da estampa no velho continente. Foi na Alemanha, corria o ano de 1650 quando na cidade de Leipzig saiu a público um jornal intitulado «*Einkommende Zeitungen*». O título, traduzido à letra, significa “Notícias Recebidas”, numa clara alusão à sua vocação estritamente noticiosa, com distribuição por assinatura e venda directa ao público todos os dias. Não tinha grande qualidade, o papel era fraco, a paginação corrida e destitulada, as notícias além de curtas eram mal selecionadas, sem partição de assuntos nem organização lógica, que permitisse destrinçar o particular do geral, e o nacional do internacional. As notícias eram ainda algo incipientes, faltando-lhes a estrutura lógica com que se arquitecta o discurso jornalístico. Em todo o caso, era um jornal porque relatava os principais acontecimentos ocorridos na cidade, no país e no estrangeiro, respeitava a regularidade na edição, isto é, publicava-se com periodicidade, neste caso diária, veiculava informações oficiais e inseria publicidade comercial. Era um jornal periódico na verdadeira acepção da palavra, ficando nos anais da história como o primeiro diário da imprensa europeia.

Como estamos unicamente a referenciar os órgãos de imprensa que pontificaram pela sua primazia no decurso do tempo (desde Gutenberg até à actualidade), então não podemos deixar no olvido que a primeira revista – em formato de livro e não no estilo magazine dos tempos modernos – tinha a pomposa designação de «*Journal des Savants*», (Jornal dos Sábios), cuja edição inaugural saiu em Paris a 5-1-1665.

Os seus artigos eram referenciados nas obras de tese, e na imprensa, como um modelo de rigor no discurso e na objectividade da argumentação. A revista possuía uma indelével qualidade, e tinha como público-alvo as elites do mundo académico, mas também da finança, da política, das artes e das letras. Aliás, no estatuto editorial da edição inaugural, frisava como objetivo primordial dar a conhecer «o que acontece de novo na República das letras». E, nessa altura, as letras significavam o alimento intelectual

Gravura 8 – O «Journal des Savants», foi e continua a ser a revista científica mais antiga do mundo ocidental.



das classes superiores. Mas, em 1792, por causa da Revolução Francesa, cessou a publicação. Muito embora reatasse em 1797, a sua periodicidade foi irregular até 1816, ano em que ressurgiu sob o alto patrocínio do «Institut de France», tornando-se numa das revistas mais conceituadas da cultura ocidental. Em 1908 passou para a alçada da «Académie des Inscriptions et Belles-Lettres», que a manteve sob a sua responsabilidade editorial até ao ano de 2020. No ano seguinte, em 2021, a empresa belga Peeters assumiu a edição daquela que ficou consagrada na história como a mais antiga revista científica da Europa. Ao longo dos seus 350 anos de efectiva publicação, o *Journal des savants* reflecte como um espelho a própria história da França. Ainda hoje é considerada como a primeira revista científica da era moderna²³.

Depois de referenciar a mais antiga revista científica, ainda em publicação, importa agora mencionar o jornal mais antigo do mundo, fundado pela rainha Cristina da Suécia em 1645, sob a designação de «*Post-och Inrikes Tidningar*».

Começou por ser semanário, e assim se manteve por vários anos, até ser entregue à Academia Sueca, que o transformou no diário oficial do governo. Ainda hoje se publica, embora as vicissitudes do progresso tecnológico, acrescidas pela poupança de recursos, e pelas exigências das novas mentalidades, tenham suscitado a cessação da sua edição diária em papel (*print edition*) para uma versão digital (*on-line*). Assim, o jornal diário mais antigo do mundo, «*Post-och Inrikes Tidningar*», popularmente conhecido pela abreviatura «*PolT*», passou em 1-1-2007 a ser editado em versão digital,

²³ O primeiro número saiu a público em Paris, a 5 de janeiro de 1665, com título original de «*Journal des sçavans*», evoluindo posteriormente, em 1797, para a grafia moderna: *Journal des savants*. Quando saiu a edição inaugural tinha apenas doze páginas, formato in-4º, no tamanho de panfleto, inserindo biografias de figuras célebres, a par do elogio fúnebre dos académicos franceses, juntamente com artigos sobre história da igreja, sobre filosofia racional e sobretudo filosofia natural (medicina). Mas, com os anos, cresceu de dimensão e formato, publicando artigos da autoria de escritores consagrados e de investigadores do foro académico.

Gravura 9 – O jornal mais antigo do mundo, «Post-och Inrikes Tidningar», fundado pela rainha Cristina da Suécia em 1645.



por ser mais consentânea com os tempos modernos e os novos hábitos de leitura²⁴.

²⁴ Quando foi fundado em 1645 designava-se como «Ordinari Post Tijdender», (“correio regular”), mas em 1821, fundiu-se com outro órgão, o «Inrikes Tidningar» (“jornal local”) para formar o «Post-och Inrikes Tidningar». Desde a sua fundação que o «PoIT», abreviatura popular do título original, era o jornal mais lido na Suécia. Porém, no século XIX, era do liberalismo e da industrialização, os interesses e as audiências mudaram-se para outros órgãos de imprensa, de cariz político e financeiro. Isso fez com que o «PoIT» se restringisse à divulgação das decisões do governo e à publicidade oficial, sendo uma espécie de diário estatal, desprovido da verve crítica que condimenta o jornalismo. Apesar dessa sua feição, quase anódina, nunca deixou de sair a público, até que a 29-12-2006, com uma tiragem de apenas 1500 cópias, teve de suspender a edição em papel. No início de 2007 reiniciou a publicação, em formato electrónico, mantendo-se na condição de

3.3. A Guerra da Restauração nas origens da imprensa portuguesa

Nos meados do século XVI, como já frisamos atrás, começaram a despontar por toda a Europa Central umas folhas noticiosas, de cariz panfletário, designadas por «Gazetas», que se dedicavam à narração – nem sempre fidedigna por visar a mentalização dos seus leitores – dos sucessos, malogros e desastres, ocorridos nos campos de batalha durante a “Guerra os Trinta Anos”, opondo as potências dominantes (a França contra a Inglaterra), e seus satélites²⁵. Essas primitivas folhas, em forma de folheto narrativo, foram por isso nomeadas como “relações”, isto é, relatos da realidade, faltando-lhes, porém, algumas das principais características da imprensa: a periodicidade, a isenção, o realismo e a sujeição à verdade. O que acontecia é que nessas «relações» confundia-se o discurso literário com o estilo jornalístico, intrinsecamente informativo, noticioso e fidedigno. E como essas primeiras “relações” não tinham continuidade regular, isto é, periodicidade, não podem ser consideradas como o embrião da imprensa portuguesa.

Por isso, o órgão fundacional da nossa imprensa periódica foi também uma gazeta, ao estilo francês, isto é, seguindo o modelo narrativo da história acontecimental. Tinha a pomposa designação de «Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Varias Partes no Mês de Novembro de 1641»,

caixa de ressonância das decisões oficiais do governo, mas de acesso gratuito ao público.

²⁵ Ao mesmo tempo que em Portugal ocorriam as chamadas Guerras da Restauração, em França as “gazetas” e outros folhetos de carácter literário, publicavam-se com grande sucesso junto do público por narrarem as revoltas camponesas contra as nobrezas regionais, durante o violento período conhecido pela Fronda, que eclodiu em 1648. É claro que por razões políticas as gazetas apenas noticiavam os factos que mais interessavam à coroa francesa. Esta atitude, contrariava todos os parâmetros da objectividade e da isenção, que hoje consideramos como essenciais ao discurso jornalístico, sendo em contrapartida mais semelhante com aquilo que hoje designamos como “propaganda política”.

impressa na oficina de Lourenço de Anvers²⁶, cujo êxito comercial da edição estava assegurado através do privilégio real de exclusividade absoluta, concedido ao poeta Manuel de Gallegos, que assim passa por ser o primeiro jornalista português²⁷.

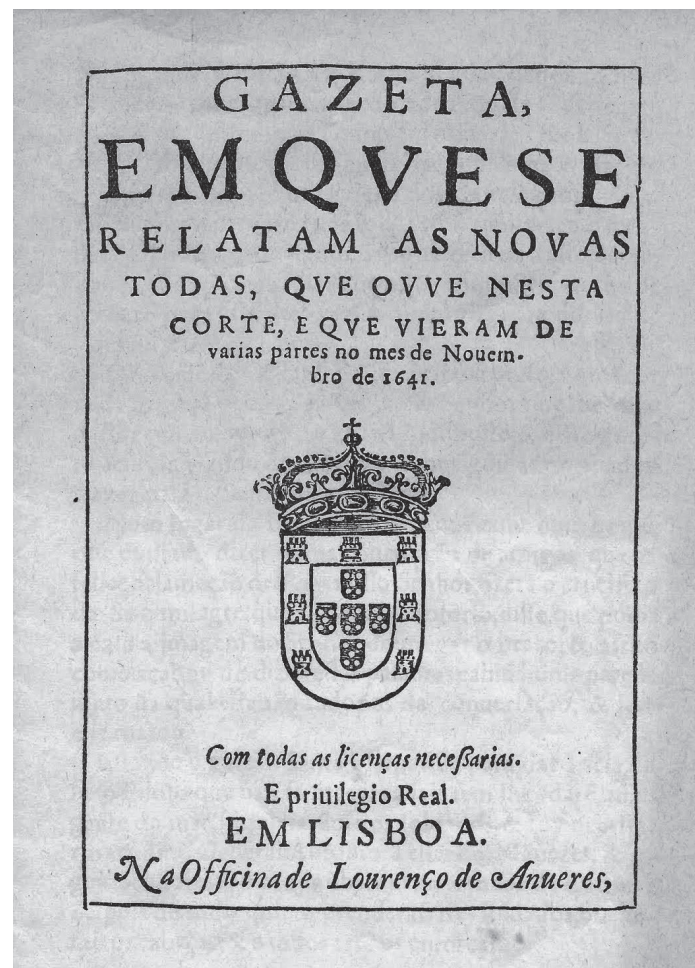
Mas essa foi apenas a primeira das chamadas “Gazetas da Restauração”, que circularam de 1641 até 1647, num período marcado pelo receio e a muita incerteza que envolveu o percurso político e militar da libertação nacional face ao jugo espanhol²⁸. O papel

²⁶ Sabemos pouco sobre Lourenço de Anvers (1606-1679), possivelmente de origem judaica, nascido em Antuérpia, actual Bélgica, que ficou na história como o impressor da «Gazeta», órgão noticioso dos preparativos da corte lusa para as guerras da restauração, cuja periodicidade mensal lhe confere o honroso epíteto de primeiro periódico da imprensa portuguesa. Foi agraciado com a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo, pelo seu trabalho como impressor das chamadas “Gazetas da Restauração”, tendo assumido em 1632 a chefia da célebre oficina tipográfica “Craesbeeckiana”. Com efeito, quando faleceu o conceituado tipógrafo, impressor e editor, Pedro Craesbeeck (Lovaina, c. 1552 – Lisboa, 1-4-1632), que em 1590 fundara a mais famosa casa editora do país, os seus filhos e herdeiros escolheram o tipógrafo Lourenço de Anvers para suceder ao mestre, assegurando assim a liderança daquela casa editora na arte tipográfica em Portugal. Cf. Casimiro Augusto de Moraes – *Lourenço de Anvers, primeiro impressor da “Gazeta” cognominada da “Restauração”. Subsídio para a história da tipografia em Portugal, na passagem do tricentenário da sua publicação 1641-1941*. Lisboa: Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 1941.

²⁷ O poeta Manuel de Gallegos, nasceu em 1597, em Lisboa, onde faleceu a 9-6-1665. Devia ter origens castelhanas porque no período da anexação espanhola foi viver para Madrid, onde poetou com êxito, a ponto de ter acamaradado com o famoso Lope da Veja, que o escutou e apreciou a sua poesia. Apesar de todas as circunstâncias, nunca apoiou a causa dualista da coroa ibérica, colocando-se desde início ao lado do Duque de Bragança e do partido restauracionista. O seu patriotismo ficou demonstrado na autoria da *Relação do que Se Passou na Felice Aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey D. Joam IV*, (Lisboa, 1641), uma ode panfletária em homenagem à família Bragança, justificativa da natural independência da nação lusa. Em recompensa da sua fidelidade recebeu autorização, para editar a «Gazeta de Novas de Fora do Reino» até julho de 1642, na qual advogou a causa restauracionista. Após a morte da sua amada esposa, optou pela vida religiosa.

²⁸ O uso da terminologia “Gazetas da Restauração” é apenas funcional, pois que na realidade corresponde a duas publicações distintas: a primeira, ou seja, a de 1641, «Gazeta em Que Se Relatam as Novas...», e a segunda, «Gazeta de Novas

Gravura 10 – A chamada «Gazeta da Restauração de 1641» foi o órgão fundacional da imprensa periódica portuguesa.



Fora do Reino» que começou a circular em outubro de 1642. Só por razões de facilidade de expressão é que usamos o epíteto de “gazetas da Restauração”, ou simplesmente “Gazetas”, porque o segundo periódico, na verdade, é quase a antítese do primeiro, visto que as notícias publicadas entre 1642 e 1647 são traduções da «*Gazette de France*» e de outras folhas noticiosas das cortes europeias, sendo escassas, senão raras, as informações sobre a realidade nacional.

desempenhado pelas “Gazetas” era controlado pela censura, por forma a que outras notícias não viessem a público, senão as que mais interessariam à edificação de um amplo consenso nacional em torno da nova dinastia bragantina²⁹.

Em suma, a «Gazeta» epitetada da Restauração, editada no formato de caderno de mancha única, publicou-se em Lisboa entre 1641 e 1647, abrindo portas a uma nova dimensão da cultura e da comunicação social: a imprensa e o jornalismo. A sua periodicidade mensal é decisiva, pois assegura junto do público uma continuidade e uma constância informativa, tornando a sua edição num espécime editorial incomparável e singular. É por isso que a cognominada “Gazeta da Restauração” merece e justifica a honra de ser o primeiro órgão de informação oficial do nosso país.

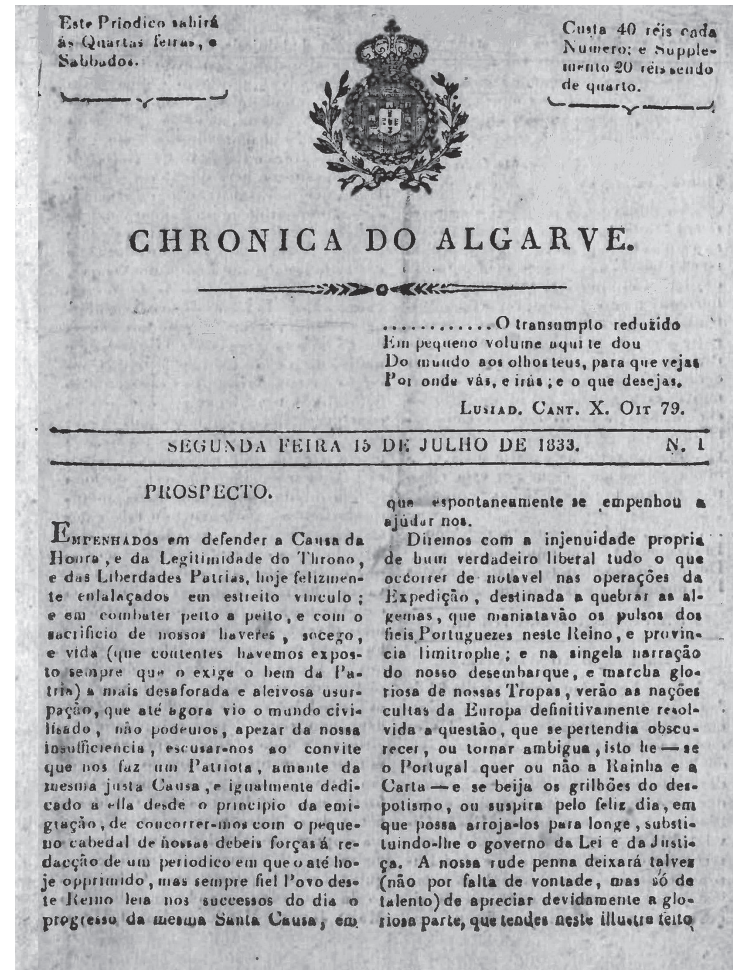
4. As origens da imprensa algarvia

A imprensa algarvia emergiu na esteira do liberalismo e na sequência da implantação do regime parlamentar constitucional. A data da sua fundação é fácil de estabelecer porque se plasma na edição do primeiro periódico sediado no reino do Algarve, ou seja, ao dia 15 de Julho de 1833, correspondente à edição inaugural do jornal intitulado «Chronica do Algarve»³⁰.

²⁹ As «Gazetas» que serviram de arautos do movimento restauracionista, e, por consequência, da Casa de Bragança, tinham o formato in quarto (13,5x19 cm), semelhante ao atual formato A5, com 12 páginas por edição, vendido na rua ao preço unitário de 6 réis. Estava sujeito à censura e as notícias eram ajustadas ou moldadas pelos partidários do trono bragantino, considerado à luz do direito como ilegítimo. É possível que a coroa ao conceder ao poeta Manuel Galhegos a exclusividade do periódico lhe exigisse fidelidade e sujeição. Em Julho de 1642 a sua publicação foi suspensa, e substituído o seu impressor que passou a ser Domingos Lopes Rosa. Infelizmente a imprensa portuguesa nasceu sob os interesses e instrumentalização do poder político. Ontem como hoje, pouco mudou, portanto.

³⁰ Não enjeito a honra, nem o orgulho, de ter sido o primeiro historiador a descobrir e a analisar ao pormenor este órgão inaugural da imprensa regional do Algarve. Devo ainda acrescentar que, em 15 de Julho de 1983, realizei no antigo

Gravura 11 – A «Chronica do Algarve», de 1833, foi o primeiro jornal da imprensa algarvia.



Assumia-se como órgão oficial das forças militares liberais, invasoras do Algarve, comandadas pelo Duque da Terceira, destinadas a

auditório do Círculo Cultural do Algarve, em Faro, uma Conferência-Colóquio intitulada «Os 150 Anos da Imprensa Algarvia», por ser precisamente nesse dia que se comemorava aquela efeméride.

ocupar a linha costeira do Sul, por forma a não só criar um novo núcleo de resistência, em apoio ao cerco do Porto, como sobretudo para vigiar e controlar a porta mediterrânica. A escolha do título surgiu na esteira de anteriores periódicos que serviram a causa liberal na Ilha Terceira e na cidade do Porto. Apresentava-se a «Chronica do Algarve» em tamanho pequeno, semelhante ao que hoje designamos por A5, de 4 páginas, com mancha a duas colunas, na surpreendente periodicidade bissemanal, com saída às 4^{as} e sábados³¹. No interior do jornal anexavam-se cinco ou seis folhas soltas, geralmente impressas numa só face, com leis e portarias, proclamações militares e ordens do dia, servindo de informação às forças ocupantes e de propaganda política aos leitores algarvios. Prevendo-se uma prolongada ocupação da região, é óbvio que a edição deste periódico servia como meio de propaganda ideológica, para a difusão das intenções libertárias dos invasores e, sobretudo, para a divulgação do programa reformista que o governo rebelde de D. Maria II pretendia levar a efeito³². A campa-

³¹ Existe na Biblioteca Nacional de Portugal a edição fundacional, que tive o ensejo de analisar e compulsar para a minha *História da Imprensa do Algarve*, a qual se encontra disponível à leitura pública na Secção dos Periódicos, onde está averbada com a seguinte cota: J.2585 V.

³² Presumo que as razões que justificaram a extinção da «Cronica do Algarve» (de que apenas conheço o n.º 1, de 15-7-1833, e o n.º 3, de 20-7-1833), deverão estar relacionadas com o abandono da cidade de Faro pelas forças liberais comandadas pelo Duque da Terceira, que avançaram em direcção a Lisboa. Digamos que a partir daí mudara-se o palco da guerra. E o Algarve perdera o seu interesse como fulcro da resistência liberal a sul. O jornal «Chronica do Algarve» perdera também o interesse público porque o fulcro da guerra mudara-se para norte, confinando-se as forças miguelistas entre Santarém e Évora. A batalha da Cova da Piedade, travada à vista das tropas defensoras da capital, em 23-7-1833, resultou na perda de Almada e no estraçalhamento do desumano general Teles Jordão. O rápido sucesso das tropas liberais desmoralizou os realistas que, surpreendentemente e sem resistência, abandonaram Lisboa. No dia 24 de Julho as tropas liberais do Duque da Terceira tomaram a capital. Ora, precisamente um mês antes haviam desembarcado na praia da Alagoa, junto a Cacela, o que, pela precipitação dos factos nos leva a supor não ter havido tempo nem disponibilidade ou interesse para dar seguimento à publicação da «Cronica do Algarve».

inha de ocupação acabou por ser curta porque o general Molelos precipitou-se na avaliação das forças beligerantes, e receando o seu desfavorecimento, decidiu evitar o confronto e recuar para Beja, de onde, aliás, acabaria mais tarde por ser afastado, até ao dia em que todo o exército miguelista depôs as armas na Convenção de Évoramonte³³.

Catorze anos depois surgiu um segundo jornal em Faro, igualmente editado num período de guerra civil. Tinha por título «O Popular – Jornal do Algarve». Tratou-se de um órgão de cariz militar, arauto do partido Setembrista e das posições político-militares advogadas pelo general Sá da Bandeira. Saiu a público a 3-3-1847, com uma periodicidade bissemanal, editando-se regularmente às 4^a e 6^a feiras de cada semana, suspendendo a publicação com o n.º 30, de 18-6-1847, certamente porque a Convenção do Gramido, que pôs termo à guerra-civil da Patuleia, foi assinada a 29 de Junho. Este periódico, que é uma fonte histórica de primeira grandeza, encontra-se disponível à leitura pública na Biblioteca Nacional³⁴. O mais curioso é que, à semelhança da «Chronica do Algarve» também este foi um jornal militar, nascido no âmbito das dissensões políticas entre Cartistas e Setembristas, de que resultou a guerra-civil da Patuleia. Aliás, «O Popular» veio a público como arauto da Junta Governativa do Algarve, e do partido setembrista, contra o governo de Costa Cabral, sendo, por isso, uma fonte de insofismável interesse para o estudo desse período histórico.

As origens da imprensa algarvia, não sendo de excepcional importância precederam, em todo o caso, o vizinho Alentejo, onde cidades como Évora ou Beja apenas dispuseram de órgãos de informação muito mais tardios. Não obstante, é justo acrescentar que as origens da Imprensa em Portugal prendem-se à cidade de Évora, visto nela se ter editado em 1628 a «*Segunda Relaçom Universal*

³³ Veja-se MESQUITA, José Carlos Vilhena – Loulé no contexto político e socioeconómico das Lutas Liberais. In *Atas do I Encontro de História de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, 2018, pp. 207-232.

³⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, Secção dos Periódicos, J.1424 P.

do *Que Succedeu em Portugal e mais Provincas do Occidente e Oriente*». A diferença é que não se tratava de um órgão noticioso, como o foram as chamadas “Gazetas da Restauração”, mas tão só um relato dos acontecimentos políticos que grassavam no país durante o domínio filipino. Teve a particularidade de ser desafecto ao partido estrangeiro e por isso ter suscitado o aparecimento da Censura³⁵.

A evolução da imprensa algarvia, após os exemplos supracitados, decorreu durante o período «Fontista», acentuando-se progressivamente até aos nossos dias. E nesse sentido importa destacar a zona barlaventina do Algarve, com particular destaque para a cidade de Lagos, que foi, no século passado, um verdadeiro alfofre de intelectuais e brilhantes jornalistas. Pode até dizer-se que ali se fez escola em torno de alguns títulos e do ideário republicano. Impõe-se, neste caso, salientar que a Lagos pertence a honra de ali ter nascido, em 1868, o primeiro jornal republicano desta província, intitulado «O Echo do Algarve», de vida efémera, é certo, mas de grande impacto político na região³⁶.

Por outro lado, naquela cidade existiu a primeira tipografia algarvia³⁷, pertença de Francisco Xavier Baptista Xula, liberal e revolucionário que em 1828 se refugiou no estrangeiro para escapar aos

torcionários miguelistas³⁸. Nela deu à estampa um órgão intitulado «Verdade Nua», que nunca vimos, mas que temos a plena certeza da sua existência, através de uma acta da Câmara Municipal de Lagos³⁹. Aliás, nesse prelo veio a público, exactamente em 1840, um livrinho, hoje raríssimo, sobre as eleições que ali se iriam realizar para o Senado e para o Parlamento⁴⁰. A respeito da «Verdade Nua», praticamente nada se sabe, cabendo ao Dicionário Portugal a primazia duma ligeira referência⁴¹.

Não foi, certamente, por acaso que a cidade de Lagos no século passado acrescentou aos seus nobres pergaminhos históricos o orgulho de possuir um escol de intelectuais ligados à imprensa. Num breve relance aqui se evoca, em jeito de homenagem, a

que pouco sabia de artes gráficas, embora fosse nessa actividade que agenciou a vida até ao fim dos seus dias. Mas não era algarvio, ao contrário do Francisco Xavier Baptista Xula, radicado em Lagos, proprietário da “Typographia Baptista” sita na rua de Santa Maria, n.º 131 (hoje rua 5 de Outubro).

³⁵ Cf. MESQUITA, José Carlos Vilhena – *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve (1826-1828) – Subsídios para o seu estudo*. Vol. I, Faro: Universidade do Algarve, 1988, p. 303. Exemplar policopiado.

³⁶ Arquivo Municipal de Lagos, Livro das Sessões da Vereação, acta de 19 de Maio de 1840, na qual se agradece a António Marques de Mendonça Ramos a edição do Jornal *A Verdade Nua*. Acrescente-se que Mendonça Ramos foi um prestigiado jurisconsulto lacobrigense, que pelas suas ideias liberais foi preso e pronunciado na devassa de 1828.

Cf. MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da Imprensa do Algarve*. Vol. I, pp. 651-652.

³⁷ Esse livrinho de apenas 14 páginas, impresso na Typographia de F.X. Baptista, tem por título *Actas que Contem As Despoziçoens Tomadas pela Comissão do Circulo de Lagos para dirigirem as Eleiçoens para Senadores, e Deputados ás Cortes que se devião reunir em Lisboa no anno de 1840*. É uma fonte de primordial importância para se perceber como se organizavam as eleições, quem podia ser eleito e quem podia votar, já que se tratava de um sufrágio censitário e não universalista, como se verifica actualmente.

³⁸ Cf. PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme – *Diccionario historico, chorografico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. 7 vols., Lisboa: João Romano Torres Edts., 1904-1915, em cujo artigo sobre «Lagos», e no parágrafo dedicado à imprensa, se refere à edição da «Verdade Nua» no ano de 1840.

³⁵ Vide BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da Censura Intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compreensão do pensamento português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

³⁶ MESQUITA, José Carlos Vilhena – *A Imprensa Republicana no Algarve*. In *José Mendes Cabeçadas Júnior e a Primeira República no Algarve*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé – Museu da Presidência da República, 2010, pp. 130-161.

³⁷ Não está aqui em causa a primazia do prelo hebraico de Samuel Gacon, sediado em Faro, que em 1487 deu à estampa, o *Pentateuco*, incunábulo de espécie única e cimélio da cultura judaica, depositado na British Library. O mesmo se aplica ao prelo do cidadão espanhol D. José Maria Guerrero, sediado em Faro, que se dedicava à impressão de folhas volantes. Ambos eram estrangeiros e faziam da tipografia o seu modo de vida. O prelo que veio com o exército liberal aquando da invasão do Algarve em 1833, no qual se deu à estampa a «Chronica do Algarve», tinha como director um tal Manuel António Ferreira Portugal, militar

memória de Afonso Cañet de Castro, Jeronymo Bicker Cabral, Joaquim João Serpa, Bartolomeu Salazar Moscoso, António Joaquim Correia Júnior, João Pedro Correia Tello, Augusto Feio Soares de Azevedo, António Augusto Lobo de Miranda, José Joaquim Nunes, etc.

Para concluir, devemos acrescentar que os órgãos que compõem a imprensa algarvia, desde 1833 até aos nossos dias, repartem-se pelos mais variados sectores da actividade humana, sendo na sua maioria órgãos de inspiração política, a par de outros afectos a associações culturais, organizações sindicais, escolas, grupos de teatro, igreja católica e protestante, empresas comerciais, unidades hoteleiras e de turismo, clubes desportivos, recreativos, municipalistas, educativos, estudantis, científicos, comemorativos,

publicitários, mutualistas, coleccionistas, humorísticos, etc. Apesar da sua índole, às vezes demasiado especializada e restritiva, o certo é que em todos se constata o propósito de informar o povo algarvio, definindo objectivos e discernindo aquilo em que cada um se distinguiu.

Mercê de uma aturada e minuciosa análise da imprensa regional algarvia, ficamos cientes da sua sensibilidade às conjunturas políticas e económicas que atravessaram, e afectaram, o nosso país desde os meados do século passado. Os mais prejudicados com as alterações políticas são sempre os órgãos que defendem posições partidárias contrárias ou soluções de regime opostas às que se instalavam. Comprova-o a extinção de vários jornais durante as alterações a que esteve sujeito não só o regime monárquico

Quadro 1 – Tendências jornalísticas da imprensa algarvia de 1833 a 1990.

Concelhos	Total Jornais	Noticioso Regional	Político	Sindical Laboral	Desportivo	Religioso	Científico académico	Recreativo Cultural	Publicitário
ALBUFEIRA	13	4	3	2	2	2			
ALJEZUR	4	2	1					1	
CASTRO MARIM	3		2			1			
FARO	167	20	31	11	12	10	37	31	16
LAGOA	15	6	2			5			2
LAGOS	40	7	17			3		7	6
LOULÉ	39	11	14	2	1		2	4	5
MONCHIQUE	8	3	3	1			1		
OLHÃO	38	11	8		2	1	5	7	4
PORTIMÃO	44	9	10		2	4	1	9	9
S. B. ALPORTEL	7	2	2			1		1	1
SILVES	26	7	11	3	1	1	1	1	1
TAVIRA	31	9	10		1	1		3	7
V.R.STO. ANTÓNIO	27	10	6	2	1		1	6	1
ESTRANGEIROS	15	–	–	–	–	–	–		–
TOTAIS	478	101	120	21	22	28	48	70	52

Fonte: MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da Imprensa do Algarve*. 2 vols., Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve e da Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1988-1989.

como o republicano. Uns foram vitimados pelas mudanças governativas ou de sucessão de regime, outros pela ignóbil Censura, ou pela extinção do sistema democrático em 1926. Não deixa de ser curioso que após o «25 de Abril» foi quase insignificante o número de jornais que fecharam portas por incompatibilidade política.

Considerando que o Algarve está hoje quase exclusivamente vocacionado para o Turismo, importa referir, a título de curiosidade, que desde 1918 existem nesta região órgãos de imprensa dedicados à propaganda turística que, por falta de meios ou pelas conjunturas históricas que assolaram a Europa, se extinguíram rapidamente. Assistiu-se, porém, desde os anos oitenta a um recrudescimento deste género jornalístico, imbuído num misto de publicidade e de propaganda das potencialidades naturais da região. A prova desse importante segmento de mercado reside no facto de se editarem, há poucos anos atrás, no Algarve quase uma vintena de órgãos impressos em língua estrangeira, sobretudo em inglês e alemão, o que reflecte um crescente aumento dessas comunidades na região. As rádios estrangeiras, ou os noticiários emitidos em inglês nas estações de maior audiência do litoral algarvio, comprovam o vigor da nossa imprensa turística.

A grande diferença que encontramos na imprensa regional, do passado para o presente, prende-se sobretudo ao foro tecnológico. Hoje os jornais têm melhor apresentação, são mais ilustrados, possuem melhor papel e imprimem-se a cores, fruto dos novos recursos da moderna tipografia. Porém, ao contrário do passado, raramente possuem um parque gráfico autónomo e não dispõem de recursos humanos especializados. São menos criativos e pouco opinativos, raramente críticos e demasiado subservientes ao poder. Não têm colaboradores de prestígio intelectual e dependem do apoio publicitário das autarquias. Em suma, os escassos órgãos da imprensa algarvia, ainda sobreviventes, são demasiado dependentes, dóceis e submissos aos poderes instituídos, não podendo por isso equipararem-se ao espírito combativo dos seus congéneres de outrora.

4.1. As falsas origens da imprensa algarvia

Abro aqui um parêntesis para elucidar, de forma clara e inequívoca, que a imprensa algarvia teve as suas origens em 1833 com a edição do periódico «Chronica do Algarve», porque não se deve confundir imprensa com tipografia ou artes gráficas. É verdade que em Faro existia desde 1808 um prelo, propriedade do cidadão espanhol D. José Maria Guerrero, com a pomposa designação de “Real Imprensa do Governo de Faro”, que se dedicava à impressão de folhas volantes de vários géneros, nomeadamente folhetos e panfletos, de carácter político, literário e religioso. Todavia isso não é imprensa, mas antes tipografia. Sabemos que aqui se imprimiu um jornal espanhol, denominado «Gazeta de Ayamonte», em língua castelhana, mas que apenas se destinava à circulação na vizinha província da Andaluzia. Isso é um facto, porém não se trata de imprensa algarvia, mas tão só, e repito novamente, de tipografia, ou melhor, de um acordo de prestação de serviços.

Não se tratava da edição de um jornal algarvio; não se editava na língua de Camões; não circulava no Algarve; nem se destinava a noticiar a vida política e social do então ainda subsistente Reino do Algarve. Portanto, seria bom que se erradicasse essa ilusão de recuar as origens da imprensa algarvia para o ano de 1810, só porque na cidade de Faro um cidadão espanhol mandou aqui imprimir um periódico em língua castelhana, para servir os seus velados interesses políticos, numa altura em que os andaluzes lutavam contra o assédio e ocupação das tropas napoleónicas. Ora o que aconteceu, com a edição em Faro da «Gazeta de Ayamonte» foi um mero acto comercial, ligado ao sector das artes gráficas, resultante da feliz circunstância de aqui existir uma tipografia, longe da vigilância e perseguição dos esbirros franceses. Perante isto, espero que fique demonstrado que a «Gazeta de Ayamonte», nada tem que ver com a imprensa algarvia, e que a sua edição em Faro constituiu apenas um negócio comercial, integrado na área empresarial das artes gráficas.

Gravura 12 – Vendedor ambulante de livros, finais do séc. XVI (gravura de Annibale Caracci).



Nesse sentido, importa aqui esclarecer de forma concludente o que é, e o que se entende por imprensa. Em primeiro lugar, o conceito de imprensa, embora remonte aos tempos da chamada prensa móvel – inventada no século XV por Johannes Guttenberg, que no século XVIII evoluiu para o protótipo do prelo mecânico destinado à impressão de jornais de grande formato – nada tem que ver com a impressão de livros ou de periódicos, porque isso faz parte do sector industrial da tipografia e das artes gráficas. Ao invés, o conceito de imprensa pretende designar a comunicação através da palavra escrita em letra de forma, através de publicações que chegam à mão do público periodicamente. A esse acto de comunicar através da palavra, escrita ou falada – a que se acrescentou nos meados do século passado a imagem televisiva – dá-se a designação de jornalismo, que na centúria de oitocentos passou a considerar-se como uma actividade profissional, relacionada com a uma nova indústria: a imprensa. A essência, a alma, do jornalismo é a comunicação, informativa e noticiosa, fidedigna e imparcial, realista e isenta, em contraposição à comunicação artística, literária e política, que é recreativa, ficcionista, panfletária e propagandística, as quais não estão sujeitas aos requisitos da independência ideológica, da credibilidade, da ética e integridade moral, nem tão pouco da probidade.

Dá-se a designação de Imprensa a um conjunto de veículos de comunicação que englobam a responsabilidade profissional de exercício do Jornalismo. Acontece que os jornais foram o primeiro suporte, e o mais elevado palco do jornalismo, cuja função social evoluiu com o tempo para outras dimensões e inovadores espaços, nomeadamente a rádio, a televisão, e mais recentemente a internet.

5. A Imprensa regional do concelho de Lagoa

Tendo por fonte a minha *História Imprensa do Algarve*, publicada em 1988-89, posso afirmar que o concelho de Lagoa, com base no quadro acima publicado, registou nos 157 anos aqui em apreço,

quinze títulos periódicos, mais do que em igual período os concelhos de Albufeira, Aljezur, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel, a maioria dos quais sempre foram mais populosos e territorialmente mais extensos.

A principal característica da imprensa regional de Lagoa é o internacionalismo dos seus órgãos de informação, que nos anos oitenta do século XX marcaram uma posição de relevo no contexto nacional, pela diversidade da oferta informativa em língua estrangeira. O turismo e o sector imobiliário, relacionado com a transação de propriedades urbanas, sobretudo vivendas e apartamentos, assim como as actividades de lazer e entretenimento, constituíam o cerne da informação jornalística desses órgãos, cujo público-alvo eram as comunidades estrangeiras radicadas em Lagoa e nos concelhos limítrofes. Nessa altura, o Algarve tornou-se palco de habitação secundária, e na maioria dos casos, de residência sazonal de Verão, para milhares de famílias europeias, oriundas principalmente do Reino Unido, da Holanda e da Alemanha. Daí a razão de terem surgido vários jornais e revistas na região do barlavento algarvio, publicados sobretudo em língua inglesa e, nalguns casos, em alemão.

Vimos, anteriormente, que as origens da imprensa algarvia prendem-se ao foro castrense, não só pelas circunstâncias e envolvências políticas do tempo – as invasões liberais de 1833 e 1847 – como também pelo facto da cidade de Faro ser uma praça forte e capital do então reino do Algarve. Mas, no caso de Lagoa, como de muitas outras localidades do nosso país, a imprensa nasce pela mão da Igreja, ou melhor, por iniciativa da comunidade católica, que publicita através de um pequeno boletim as novidades da paróquia. É assim que surgem os chamados “boletins paroquiais”, por vezes com essa mesma designação, mas na maioria dos casos com um título mais apelativo e de inspiração local. Os jovens foram não só os obreiros desses jornais, como até o seu próprio público-alvo, já que por razões relacionadas com a implantação da República, e a própria laicização do regime, a igreja católica

viu-se perseguida e marginalizada, despojada dos seus bens e acusada de crimes e atrocidades, de que não era verdadeiramente responsável. Após a “revolução do 5 de Outubro”, de 1910, a Igreja Católica por personificar o poder espiritual, em tudo superior ao materialismo político, foi alvo de várias perseguições e vinganças, na ressaca de velhas acusações de domínio do aparelho educativo e da submissão das mentalidades.

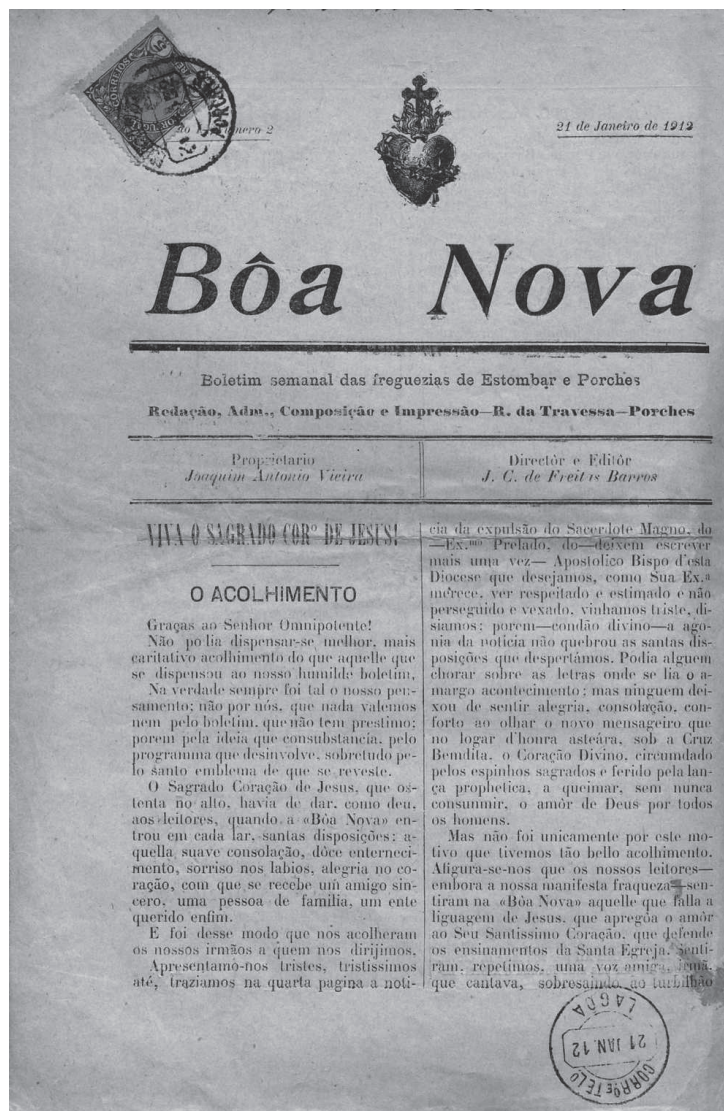
Os revolucionários republicanos desprezaram o valor e importância da Igreja, enquanto instituição de proximidade social – imprescindível na assistência social através das misericórdias, na educação através dos colégios laicos e dos seminários, ignorando a sua utilidade na prestação de serviços religiosos, sobretudo missas, baptizados, casamentos e funerais. Apesar das tentativas de laicização da vida comunitária, o certo é que sem esses serviços religiosos as comunidades sentiam-se desprotegidas. Os anos iniciais do novo regime ficaram marcados pelas perseguições religiosas, sobretudo contra as ordens, apontando como alvo preferencial os jesuítas e os seus colégios educativos, que foram encerrados e os frades inicianos expulsos do país⁴². Não admira, por isso, que a Igreja tenha tentado reverter a situação de uma forma serena e pacífica, mas persistente, através da fundação desses pequenos órgãos de informação destinados às comunidades religiosas locais, aos quais se convencionou chamar “boletins paroquiais”. Eram, de certo modo, uma forma de resistência à laicização republicana.

Ora o primeiro jornal editado no concelho de Lagoa foi precisamente um arauto das comunidades católicas nas freguesias de Estômbar e Porches, denominado «Boa Nova»⁴³.

⁴² Cf. AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *Proscritos, notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*. Valladolid: Florêncio de Lara, Editor, 1911.

⁴³ Assumia-se como órgão católico, tendo por subtítulo “Boletim semanal das freguesias de Estômbar e Porches”, de que apenas se imprimiram 21 edições, entre 14-1-1912 e 7-7-1912. Os republicanos temendo que o pequeno boletim

Gravura 13 – «Boa Nova», órgão fundacional da imprensa de Lagoa, dirigido pelo padre Freitas Barros, seu instituidor e principal obreiro.



Tratou-se de um semanário, com apenas quatro páginas, fundado em 14-1-1912, com sede na Rua da Travessa em Porches, onde o Padre João Chrysostomo de Freitas Barros fixara uma tipografia de rudimentar qualidade. O Padre Joaquim António Vieira, pároco em Estombar, assumia-se oficialmente como proprietário do título. Mas, a iniciativa de abrir em Porches uma gráfica e fundar o jornal partira do Padre Freitas Barros, intelectualmente muito mais evoluído do que o seu colega, pároco beneficiado em Estômbar. As duas máquinas impressoras do tipo “Minerva”, movidas a pedal e electricidade, que equipavam a tipografia, vieram de França, da empresa Bonne Press: uma pequena para trabalhos de reduzidas dimensões, como pagelas religiosas, cartões, “santinhos” e prospectos; e outra do tipo plano-cilíndrica, para trabalhos de impressão mais exigentes como livros, jornais, panfletos e folhetos. Não deveriam ser novas, porque pela qualidade da impressão do «Boa Nova» nota-se que os rolos do prelo estavam gastos, apresentando indisfarçáveis falhas. O papel também não era da melhor qualidade. Os tipos deviam ter sido comprados em segunda mão, porque se vê que estavam delidos e “trincados”. Para a tipografia contrataram dois minervistas⁴⁴, João da Aderneira e José Maria

paroquial se constituísse num fulcro de oposição ao novo regime, destruíram a sede e a tipografia do jornal, banindo os seus promotores do convívio local.

Cf. MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Faro; co-edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e da Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1988-1989, vol. 1, pp. 536-538

⁴⁴ Dava-se a designação de “minervistas” aos antigos tipógrafos que trabalhavam com as máquinas do tipo Minerva, isto é, impressoras de pequeno formato movidas a electricidade ou com o pé. As impressoras classificadas na classe “Minerva” deviam essa designação à marca atribuída pelos inventores americanos Degener e Weller, que na Exposição de Londres, em 1862, apresentaram na Europa o primeiro prelo desse género, inteiramente mecânico, em ferro e aço. As máquinas do tipo “Minerva” constituíram o arranque da moderna indústria tipográfica. As edições em livro, e sobretudo, os jornais, panfletos e folhetos publicitários aumentaram exponencialmente as suas tiragens, ao mesmo tempo que diminuíram os seus custos de edição.

Teodoro⁴⁵, que não possuíam conhecimentos técnicos necessários à produção de trabalhos com qualidade, a ponto do Padre João Crisóstomo de Freitas Barros ter que ajudar na composição manual e a carregar as galés para a impressora. Aliás devia de ser da sua autoria quase tudo o que no jornal se publicava, porque não vi nenhum texto assinado.

Em todo o caso, é bem certo que a base, e o eixo de sustentação daquele humilde periódico, estava na tipografia, onde se imprimiam desde 1910 diversos panfletos e folhetos de propaganda religiosa. A revolução republicana e o espírito da época contrapunham-se aos seus proprietários, sobretudo às ideias difundidas no *Boa Nova*, que se assumia como “Boletim Semanal das Freguesias de Estômbar e Porches”. Apesar de tudo, o jornalinho conseguiu sobreviver até ao n.º 21 de 7-7-1912, altura em que um grupo de republicanos, fanáticos e desordeiros, assaltou a tipografia, partiu a camartelo as máquinas, as caixas e os tipos da composição manual, ateando fogo às instalações e a todo o espólio do padre Freitas Barros, numa espécie de auto de fé inquisitorial⁴⁶.

Tratou-se de um procedimento muito comum na época, já que por todo o país se assistia a episódios de violência não só contra os clérigos, como também contra as propriedades das famílias

⁴⁵ Era ainda muito jovem, este aprendiz de tipógrafo, que sendo natural de Porches, e convivendo na matriz da paróquia com o padre João Crisóstomo de Freitas Barros, aceitou trabalhar na sua tipografia, onde aprendeu a arte, cabendo-lhe os trabalhos de composição manual. Após o encerramento da tipografia de Porches foi aconselhado pelo próprio prior a seguir a vida religiosa, pelo que se matriculou no seminário de São José em Faro, em cuja Sé celebrou os votos sacerdotais.

⁴⁶ «Assaltaram a tipografia, destruíram as máquinas e os tipos tipográficos, queimaram o papel, as colecções e até a biblioteca do prelado (...). Foi um acto selvagem perfeitamente escusado, já que a pequena gazeta paroquial não fazia propaganda contra o novo regime, nem fazia ataques frontais a quem quer que fosse. A razão deste inconcebível acto deverá residir, provavelmente, no facto daquele presbítero não ter anuído à nova lei da Separação do Estado da Igreja, que, no Algarve, poucos aderentes teve no campo religioso». Cf. MESQUITA, José Carlos Vilhena – *Op. cit.*, vol. 1, p. 537.

apontadas como caciques da monarquia. Este caso, ocorrido na pacífica vila de Lagoa, excedeu as expectativas porque a *Boa Nova* era apenas um boletim paroquial inofensivo, «e se algum crime cometeu foi apenas o de constantemente fazer a apologia do Sagrado Coração de Jesus»⁴⁷. O padre Freitas Barros explicitava, no editorial que abria a edição de estreia do jornal, que os seus objectivos eram:

«sustentar e defender, no acanhado das suas forças, os conselhos, regras e preceitos, que constituem o objecto da Religião Católica Apostólica Romana. Não queremos mais nada; nem ganancias materiaes, que colocaremos de lado, nem situações de destaque mais ou menos elevadas, que os nossos ínfimos merecimentos nunca poderiam conseguir, nem mesmo pregaremos especulações políticas, da qual já estamos distanciados (...)»⁴⁸.

Abro aqui um parêntesis para prestar uma merecida vénia ao Padre Freitas Barros (Loulé, 27-1-1883 – Lisboa, 28-10-1958), por ter sido uma figura ímpar, não só como sacerdote, mas também como teólogo e escritor, cujos méritos intelectuais são hoje praticamente ignorados no Algarve.

O segundo órgão da imprensa lagoense intitulava-se «**Ecos do Arade**», e surgiu a 5-12-1919, com sede na aldeia de Ferragudo.

Apresentou-se como quinzenário, para ver a luz da estampa nos dias 5 e 20 de cada mês. Na verdade, saía nos dias 1 e 15, por conveniência dos tipógrafos, que recebiam o seu salário à inglesa, isto é, semanalmente e ao sábado. Do ponto de vista ideológico, era de inspiração monárquica, aliado ao sidonismo e à chamada “República Nova”, que se esfumara com o assassinato do presidente Sidónio Pais. O «Ecos do Arade» alinhava no integralismo lusitano, isto é, na facção conservadora da causa monárquica.

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁸ *Idem, ibidem.*

Gravura 14 – O «Ecos do Arade» nasceu no pós-guerra, sustentou a aliança monárquico-católica, e defendeu a causa sidonista, um ano após o assassinato do presidente-rei.

FERRAGUDO-LAGOA 5 de dezembro de 1919 Ano 1.º

Director—A. JAVIA DE ARAGÃO
Administrador—L. GONZAGA BRONZE

EDITOR—Caldano da Silva Junior
Secretario da Redacção—J. Rosa Aguiar

PUBLICAR-SE NOS DIAS 5 E 20 DE CADA MEZ
Assgaturar: por semestre \$60 avós. (Pagam. adelantado)
Avulso 5 centavos

Composição e impressão—**Typografia Tavirense—TAVIRA** Redacção e administração—**FERRAGUDO**

Aos nossos leitores

Na vovra que pretende avalar a humanidade lo mais terríveis choos que nos aponta a História, um lemmes poderoso lo, que tem orendo pode oppor-se a esse corrente desmoralisadora.—A imprensa, a organadora do opinião publico e um das principais factores da educação das sociedades. Actualmente porém, temeste modo de communição do pensamento humano, deviado do fim que tem em mira, isto é, incuti princípios honestos e exercir uma ação essencialmente educadora e moralista.

Contudo, vemos com profunda tristeza eia commisar pavoro aniquilamento mais completo das princípios honestos que dominam a sociedade, e a verdade, verificamos que hoje certa imprensa sob o ponto de vista educador, se assombrava, suspira irritado, apolige dos crimes mais torpes, das ações mais perversas, dos vícios mais asquerosos; inciamiento à vingança, ao odio cego aniquilamento de certos sectores de sociedade e achos trabalhos, em prol do levantamento d'uma raça, d'um povo.

Qual a causa deste facto, ninguém a ignora, certamente, sabido que em Portugal quas toda está o soldo dos diversos grupos políticos que enchem esta noite de ha muito deslucida Patria.

Para este imprensa factiosa, será honro que agradeço seus dnos ematros que lhes são paja, ou nadeem d'inhieno suficiente para pejar-se as mãos.

No sul d'esto Portugal, e f'este recanto Algarvo onde em siol beneficio d'algum d'os filletos d'ouro, sobre a simplicidade d'este desventurado português, todavia, onde campiam milites, os bom-estudantes remicioneiros legidos pelo novoso anpassados, em que ainda a lodoso corrente das idéas emuldas por certos politicos de inutilidade, e aburram contra o d'ique da moralisadora educação recibida surge agêra por entre d'bravos esculpidos por ignotas e f'edidos correpentes novoproprio da imprensa, c'ha r'itudo, além de educação e moralisador, tem d' d'ifficil f'evista regida para si que se encontrará sempre rejeitado de mais absoluta independência.

A nossa situação financeira

O sr. Thome de Barros Queiroz na sua conferencia feita ha dias fez as seguintes declarações:

No orçamento geral do Estado o deficit previsto pelo sr. Ministro das Finanças é de \$20.000.000. As despesas autorizadas para o actual ano economico sobem quasi a 38.000.000 contos o que eleva o deficit do mesmo ano a 18.000.000 contos. Isto é, as despesas do ano economico excedem em 140 % as receitas.

Gastaram-se durante a guerra 200.000 a 300.000 contos.

A nossa situação é esta: Uma divida publica de cerca de 1.400.000 contos que nos absorve praticamente 40 % das receitas e que em futuro proximo nos levará ao af.

Ferragudo deve passar para o concelho de Portimão?

É uma questão de ha muito debatida entre os habitantes de Ferragudo, em mudança de concelho.

Será injusto? Não será?

As causas que originaram de ha tempo a esta mara, são l'idas bastante variadas e a qual se tem reflectido de uma forma bem saliente no estado actual em que se encontra esta povoação. Uma das principais do Algarve. Assim, as mais causa territoriaes; no cemiterio não ha lugar para enterrar os que morrem, a ponte está quasi demolidora e a estrada quasi desolada, não ha iluminação publica nem agua, quando por terra o estado das esgarias.

A accumulacão d'estes factos, tem contribuido necessariamente este povo para um antagonismo enorme para com o município de Lagos, cujos reflectos, se manifestam pela apressado unanime na mudança de concelho.

Como este auditorio, tem evidentemente a povoação de Ferragudo razão. Quando passando para o concelho de Portimão, melhoraria por ventura a sua situação? Certamente não.

Se o l'uzamos stentamente para esta questão, verificamos que não isto é consequencia das emanações de comissões collegadas, por um atavismo que se pode muito bem expurgar.

Suponhamos todavia, que actualmte o municipio se compõe de honrosos competentes, conhecedores das suas devesas civicoas que parem esta de actualidade em que vegeta, inauguravel a época em que vivemos, postergando essa passada indolencia, reagim contra essa influencia collegada e, ordenado á tentacão vitema e material de applicabilidade da essencial necessidade, o engrandecimento de uma concelho, estritamente ligado com os seus actividade, para a effecacão dos interesses das colectividades que representam.

Não lucrara então Ferragudo muito mais? Qual a razão?

Exemplificaremos sumariando O concelho de Lagos, embora actualmente entrem de contos em diversos productos da região, usa como f'igo, amendoas e allanobros e de uns concelhos da Algarve, que mais vintu produz tem na sua area cerca de uma d'ozas de importes fabricos de conserva de peixe; o seu municipio não tem receitas algumas para fazer face a certas despesas ordinarias, comvado, tem uma f'regancia com um posto de primeira ordem.

Não sera logico deduzir, que amarcha' estas indolencias, vindo o que os seus recursos não vintu, ou se vintu, não pudermos melhorar, naturalmente a situação, uma compensacão absoluta dos seus deversos, a concessão de uns annos de importação e exportação, e concessão de uns receitas, que actualmte occupam e que contribuiriam para o levantamento de uns industrias, que por consequencia, para realisacão de tudo isto, bem popular e de mais honrosos actividade que estarem em a marcha actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

Os originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

FERRAGUDO DEVE PASSAR PARA O CONCELHO DE PORTIMÃO?

Polhas mortas, folhas mortas, Quem as quer, p'ra guardar, Como almas, batem as portas, Cantadas, quase a chorar!

Ólha sei, abandonadas, Quem os seus a murmurar, Quem as quer, p'ra guardar, Quem as quer, abandonadas...

Sem paragem, ao abandono, Andam tristes, desoladas, Quem as matou, foi o outono, São legrimas, descommodat!

Cabidos, folhas cabidos, O outono, d'altas as f'oras, E os bandos andam perdidos, E o tempo, quasi que chora.

Aguciaros, aguciaros, Quem os hade apurar, D'apressados, os vintus, Achaes, v'os-se acordar!

Tempo frio e borrascoso, F'ilo que chora, repellido, Quem os quer, p'ra guardar, Triz tristes, ao porado.

Apreco, p'las campinas, F'ra não se revolvam, Lem' grilos, das colinas, Das folhas, que não morrem...

A. Paiva e Aragão de (O Ouvido)

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em 1909.

NOTA DA REDACÇÃO

De originaes, que sejam os seus proprietarios, não se restituem e são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O FIM DO MUNDO

O Sr. Capitão da mar e guerra, Paulo da Costa, originario do Alentejo e da diocese de Portugal, que, sobre o presépio do fim do mundo, não ha razão para temores, porque até mais a uma fase do século actual, em que a actividade solar não deve ser de maiores actividade que até em uns a machas actualizadora das grandes actualizacões, na terra economicamente se deu, em

o regime presidencialista. Nele se agregavam os monárquicos e católicos. Após o assassinato de Sidónio Pais, emergiu nova crise económica suscitada pelo fim da I Grande Guerra, pela tentativa restauracionista conhecida por «Monarquia do Norte», sobretudo pelo recrudescimento da conflitualidade política entre Republicanos e Monárquicos. Apesar dos republicanos, em Março de 1919, terem voltado a assumir o controle do regime, o certo é que a união nacionalista entre católicos e monárquicos não baixou os braços enquanto não desferiu o golpe fatal na democracia a 28 de Maio de 1926.

O «Ecos do Arade», até pelo seu naipe de colaboradores, identificava-se com as ideias conservadoras e católicas dos monárquicos nacionalistas. O próprio fundador do jornal, Luís Gonzaga Bronze, que era proprietário do título, e com o n.º 6 acumulou o cargo de director, era sidonista e católico, com relações directas aos quartéis de Tavira e Beja. Os restantes membros dirigentes do jornal eram católicos, monárquicos e nacionalistas, com particular relevo para o director, Paiva de Aragão, para o redactor João Francisco Vieira (assumiu a direcção a partir do n.º 30), para o Luís do Carmo (que também foi redactor e administrador) e para o secretário da redacção, Jacintho Rosa Aguiar. Todos escreveram artigos e notas soltas de excessiva agressividade contra os republicanos afonsistas, não poupando os evolucionistas nem os moderados unionistas. O espírito político subjacente nas colunas do jornal era o da reacção, pura e dura, ao regime republicano. O sidonismo é o fio condutor de todo o jornal, que a partir de 1922 modera a sua hostilidade para alinhar num monarquismo nacionalista, que estará na base de apoio ao “Estado Novo”.

Alguns dos artigos assinados pelo João Francisco Vieira são premonitórios do que se viria a passar na Europa com a emergência do fascismo, a guerra-civil em Espanha e o próprio nazismo na Alemanha. Não tinha medo de apelar à insurreição popular para a restauração da monarquia, mas não de feição democrática e constitucionalista, débil e anárquica, nas mãos dos partidos, como

era antes. Há um momento, em que aquele redactor-director do jornal, refere o ressurgimento italiano numa força de coesão patriótica que muito bem se adequaria ao nosso país. Percebe-se que apoiava uma intervenção das forças nacionalistas europeias contra a nossa república maçónica e anarquista. Refere em síntese o sucesso e a credibilidade pública do fascismo italiano, acabado de emergir na década de vinte.

A Câmara Municipal de Lagoa era o alvo preferencial dos «Ecos», que acusava de ser a principal responsável por várias irregularidades, que colocavam em dúvida a integridade moral dos seus vereadores. Enfim, diatribes peculiares do tempo da República.

Quanto ao resto acresce dizer que não tinha tipografia própria (serviu-lhes de exemplo o que aconteceu com o padre Freitas Barros), sendo composto e impresso na tipografia Tavirense⁵¹, sita na

⁵¹ A Tipografia Tavirense surgiu em Tavira, nos primeiros dias de Agosto de 1915, pela mão de João Rodrigues Pinheiro Centeno, para editar a segunda série do jornal «Povo do Algarve», fundado em 2-8-1914, que se intitulava como “Semanário Republicano Democrático”, isto é, defendia as ideias do Dr. Afonso Costa e propagandeava as intenções do Partido Democrático. Este periódico era impresso na Tipografia Democrática, em Faro, cujo parque gráfico havia sido adquirido à antiga tipografia Burocrática de Tavira, pelo pintor Carlos Augusto Lyster Franco em sociedade com o advogado João Pedro de Sousa, que dali trouxeram também o semanário «O Heraldo», igualmente afonsista, que no princípio do séc. XX foi o melhor jornal do Algarve. A Tipografia Tavirense adquiriu duas máquinas de impressão, uma *Liberty*, de operação a pedal para trabalhos menores (vendida em 1917), e uma *Julien*, própria para impressão de jornais, pelo que sempre apelou na sua publicidade a este tipo de trabalho, de modo a rentabilizar o equipamento. A máquina Liberty foi inventada em 1855, e esta de Tavira era ainda de impressão em dois planos paralelos, que exercem pressão à distância de 23mm/56mm, o que se designa por altura tipográfica. Tinha pouco interesse para a impressão de jornais. Por isso, compraram a *Julien*, uma máquina do sistema plano sobre rolos, adequada à impressão de jornais. Com a extinção do «Povo do Algarve», em 16-11-1917, a Tipografia Tavirense tornou-se numa gráfica comercial, dedicada à edição de periódicos. Aí se imprimiram o «Ecos do Arade» de Lagoa (desde 5-12-1919 até 1-2-1921); o «Jornal de Anúncios» de Tavira (20-2-1921 a 10-4-1921); «O Combatente» de Faro, órgão do centro Socialista de Faro e “Defensor das Classes Trabalhadoras” (10-2 a 29-8-1920); «A Lyra» de Portimão (1-10-1919 a 1-8-1920), notável jornal-revista dedicada à

cidade de Tavira (rua da Liberdade, n.º 25-27), a qual fechou portas em 1921, passando por isso os «Ecos» para a Tipografia Reguenguense, em Reguengos, no Alentejo. Possuía um bom aspecto gráfico, e tinha boas secções semanais: os “sports”, com abundante noticiário sobre atletismo, motociclismo, boxe e futebol; as “Figuras e Factos” sobre cultura e literatura; as “Ferroadas”, crónicas de crítica política; etc. Para os historiadores interessados no estudo do integralismo lusitano no Algarve, e na oposição católica-monárquica ao republicanismo, aconselhamos vivamente a consulta deste jornal como relevante fonte de informação.

O terceiro órgão da imprensa lagoense intitulava-se também «Ecos», mas como tinha uma feição religiosa, espiritista, especulativa e, até mesmo, fantasista, optou por designar-se como «Ecos do Além», cujo título veio para Lagoa à procura de melhor ambiente social para o cumprimento da sua missão.

A sua fundação ocorrera em Faro, a 30-4-1916, por iniciativa de Manuel Caetano de Sousa, um bejense que seguindo a carreira militar veio a fixar residência na capital algarvia, onde granjeou prestígio, dignidade e honradez. A misteriosa capacidade mediúnica de certas pessoas para comunicarem com o “Além”, isto é, com as almas e a suposta vida para além da morte, era uma crença que vinha de séculos, numa mistura de superstição com paganismo, de adivinhação com bruxaria, vidência com charlatanismo. Mas o tempo, no princípio do século XX, era de mudança e curiosidade, que havia começado com uma enorme confiança no futuro, e daí a corrente futurista, mas que depressa acabou numa depressão colectiva de negativismo, e descrença religiosa nas forças divinas, suscitada pela eclosão da I Guerra Mundial. O espiritismo como porta de comunicação entre as almas presentes e as ausentes, por força da ligação consanguínea, parecia ser

cultura e à poesia, que em Tavira editou os números 7 e 8 (15-7-1920 a 1-8-1920), os derradeiros da sua efémera vida literária.

Gravura 15 – «Ecos do Além» foi o primeiro jornal espiritista do Algarve, e o de maior expansão regionalista do país. A sua longa duração ficou a dever-se à dedicação do seu fundador, o Prof. José Francisco Cabrita, e constitui a sua obra mestra no seio da imprensa algarvia.

Número 1 FARO, Domingo 30 de Abril de 1916 1.º Ano

ECOS DO ALÉM

Quinzenario de propaganda espirita e moralizadora

Gloria a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade. (I. TIM. III, 16)

<p style="text-align: center;">DIRECTOR E EDITOR Manuel Caetano de Sousa Colaboração e Imprensa MENEZES CORREIA, rua da República, 13 e 17 — LAGOA</p>	<p style="text-align: center;">Administrador e secretário de redacção JOSE FRANCISCO CABRITA Redacção e Administração Rua Filipe Alentejo n.º 53 — FARO</p>	<p style="text-align: center;">ADMINISTRAÇÃO (PAGAMENTO ADANTADO) Por 12 números — 100 Réis e semestral — 1200 A ANNUALIDADE No respectivo preço — 100 Réis — Prazos para o contrato expira</p>
---	--	---

APRESENTAÇÃO

Éis mais um jornal lançado á publicidade com os elevados intuitos de moralizar, apresentando novas doutrinas, e indicando novos horizontes ás almas de debéis convicções.

Será mais um jornal que a vogação da descrença e da indifferença desafiará em mil pedaços lançando-o depois ao espinhadoriro da via publica?

Muito embora.

Mas cremos que tal não sucederá. O nosso fim é nobre, e as nossas intenções bastante sérias, o que nos parece ser garantia bem sufficiente do exito a que supomos ter direito o nosso arrojado empreendimento.

E não diemos tambem original, porque muitas publicações desta natureza tem sido levadas a effecto, mas que infelizmente tem passado despercebidas por entre o tumultuar caotico da humanidade.

Umas succumbiram no meio do tumulto, outras, mas poucas, ainda lutando contra a grossa corrente dos preconceitos religiosos e do fanatismo scientifico.

Pois é em tão desvantajosa occasião que nós, ignorados pigmeus, albergando no nosso intimo o sagrado desejo de ver sobre a Terra uma humanidade mais perfeita na sua constituição moral, abalancamo-nos a propagar, ou antes, a auxiliar com os nossos mínguados recursos, a propaganda das doutrinas que por nós são consideradas as bases unicas sobre que deve assentar a verdadeira edificação da human: a doutrina espirita, e a doutrina christa pura e simples, como a encerra o Evangelho.

A primeira é nada menos do que um complemento da segunda, ou antes uma continuação da segunda, continução evidentemente adequada ao progresso moral que a humanidade tem sofrido desde ha 1916 anos.

Porque claramente se compreende que as doutrinas propoas por Cristo no tempo em que andou na Terra tinham de ser doutrinas apropriadas ao adiantamento moral daquide tempo, e sim de poderem ser facilmente assimiladas.

Aquelas doutrinas foram sufficientes até a este seculo.

Confissão expontanea

Eu vivia, como a grande maioria dos individuos que povam o orbz terrae, completamente alheio a tudo quanto se relaciona com a existencia da alma.

Tinha uma vaga ideia de Deus, e não ligava importancia ás religioes porque as considerava produto da imaginação humana, e crêndice especulativa das que se dizem ministros e representantes de Deus.

A leitura falsa de livros materialistas reforçava esta indifferença, e, se não era um ateu propriamente tal, era um indifferente a tudo quanto deve preoccupar os ho mens, e com que infelizmente a maioria deles meos se preocupa.

E neste amfaldade se passaram sessenta annos da minha existencia, sem creança sem um ponto fixo no horizonte do meu destino, como um baxel sem bussola á mercê dos ventos da vida.

Umas fatid! E assim passaria o resto dos meus dias se Deus todo Poderoso me não proporcionasse a occasião de conhecer as verdades do Espiritismo.

Tive um dia a felicidade de ser apresentada ao cidadão Caetano de Sousa, um bravo militar, que aus horas que o serviço o dispensa se entrega bibliometricamente aos estudos psicologicos, sendo mesmo um bom medium de encorporação.

Devid á sua amabilidade e fé, assai pela primeira vez a uma sessão espirita.

Confesso que fui na intenção de me tirar do caso, por julgar que tudo não passaria duma forte suggestão do meu amigo Sousa, e que me seria facil deslindá-lo.

Engano-me. Sai da sessão intrigado.

Não havia duvida: tratava-se duma coisa serio, e por isso resolvei estudar por todas as formas possiveis.

Fiz muitas experiencias, assai a s vezes assustos, li varios livros espiritas, entre elles os de Allan Kardec, chegando, enfim, a convencer-me categoricamente de que existere, em condições para nós desconhecidas, intelligencias livres e agnatas ao plano material do Universo.

Oporo-se então uma transformação completa em todo o meu modo de pensar.

Vi com desgosto que errado tinha a minha e quanto enganoso estivo os sabios da terra, e finalmente compreendi, com commoção, a grandiosidade de Deus.

Tudo me deslumbrou.

Estava devenidado o misterio para mim: a razão já não existia, e qual o fim para que soffia. E a explicação de tudo isto deida-me a convicção de que o mundo ainda allia ao que mais lhe devia interessar.

Não desviando fazer monopólio dos meus estudos, confessei a toda a gente que me falou no assunto, os resultados da minha experientia.

Não me foi dado conhecer o bem que faz com a minha bella ignorância, ou que me procuraram. O que sei é que, mal compreendido por muita gente, dei margem aos maltrataes e politicos finabios para me lançarem num ridiculo forçado.

Não faltaram sarcasmos algo infelizes, vias, insultos directos, mactacrias allusivas, caricaturas pelas paredes, sermões de descaites ridiculos, assobios, pasquins, cartas anonimas, etc., etc.

Pois tudo isto soffri com a relativa resignação que me dava o meu recente conhecimento das verdades da vida do espirito.

Do intimo da minha coração dou graças a Deus Omnipotente por terme concedido a facilidade de compreender as verdades do Evangelho, e ter-me dado coragem para resistir nos muitos dias meus irmãos inconscientes e fanaticos.

E apesar de ter sido por eles tão injustamente perseguido, tudo lhes perdoo, e continuo a dizellos bem alto que o espiritismo é um facto.

Não estou suggestivo, nem hypnotizado, nem fanatizado. Estou no pleno uso dos meus sentidos perfeitos, não maniacal, raciocinando mais livremente, e gritando por toda a parte: que o Espiritismo é uma doutrina filosofica, que tem consequencias religiosas como toda a filosofia capitalista, e por isso mesmo toca forçosamente as bases de todas as religioes: Deus, a alma e a vida futura.

Aos que me ridicularizaram só me resta dizer-lhes: estudem o assunto, e venham depois falar comigo.

Lagoa, Março de 1916.
FRANCISCO NUNES LEAO.

NOTAS

Pedimos aos prezados leitores que desajarem assinar este jornal o obsequio de nos lo communicarem no mais curto prazo, assim de saberemos com que meios podemos podermos continuar, pois que, não sendo nós acanhados capitalistas, fatalmente teremos que nos virar das cotizações das pessoas que nos honram com as suas assinaturas, para mantermos a regular publicação deste jornal.

So faremos sair o segundo numero deste jornal quando tivermos um numero de assinaturas que nos permitta a maxima regularidade na sua publicação. Por isso pedimos que se nos dirijam nos termos do aviso que vem na terceira pagina, e o mais brevemente possivel.

Chamamos a attenção dos prezados leitores para o artigo intitulado *Considerações sobre a existencia da alma*, que vem na secção de critica.

A quem remetemos varios exemplares deste jornal pedimos o favor de o enviar aos seus conhecidos.

possível, na perspectiva dos mais cultos e instruídos, através da intermediação de uma mente predestinada, isto é, a do médium. É claro que tudo isto hoje gravita em torno da fraude, da burla e da trapaça. Porém, naquela época confundiu-se espiritualismo com espiritismo, e pessoas instruídas e socialmente muito conceituadas, como o Manuel Caetano de Sousa e o José Francisco Cabrita, fundadores e principais obreiros dos «Ecos do Além», acreditavam que quando os espíritos dos entes queridos quisessem estabelecer contacto com os seus familiares usariam a mente de um médium, o qual podia transmitir as mensagens de diferentes modos: oral, designada por psicofonia; escrita, ou psicografia; e visível, unicamente pelo médium, ou vidência. Existia ainda outra forma de comunicar, aliás muito usada nos finais do século XIX, que era a psicometria, isto é, o médium ao tocar com as mãos em objectos pessoais da alma em transe, transmitia recordações, frases íntimas, impressões e até supostos segredos para serem revelados depois da morte. Havia também casos, mais relacionados com os videntes da própria igreja católica, que curavam os doentes através da imposição das mãos sobre a moléstia, invocando a intercepção das forças divinas. Alguns sacerdotes católicos exploraram a crença e a fé cega do povo ignorante, usando supostas relíquias de santos para curar transtornos de personalidade, depressões nervosas e outras doenças do foro psiquiátrico, sob a capa de exorcismos para expulsar o diabo do corpo, geralmente das mulheres, esposas e mães vilipendiadas pelos maridos, maceradas pelos desgostos da vida, que as faziam perder o rumo da consciência e a noção da realidade.

Era precisamente essa a mensagem que os «Ecos do Além» pretendiam fazer passar para os seus leitores, alertando-os para o embuste dos falsos videntes, e exortando-os a não se deixarem subjugar pela crença religiosa, que só contribuía para a escravatura mental do povo. Este periódico, que iniciou a sua publicação sediada em Faro, desde 30-4-1916 até aos finais de outubro de 1918, passando depois para Silves em 1919, onde permaneceu

até 1921, seguindo em Outubro desse ano para Portimão, onde ficou até julho de 1923, após o que se fixou em Lagoa no mês de Novembro de 1923, até se extinguir nos finais de 1934. Todas estas alterações da sede dos «Ecos do Além» ficaram a dever-se ao facto do seu redactor principal e mentor espiritual, digamos assim, ser professor primário e como tal sujeito a transferências, sempre que a direcção escolar assim entendesse. Ora para onde fosse transferido levava consigo o jornalinho, em cuja produção ocupava todo o tempo disponível. E, como vimos, a transferência de escola foi uma constante na vida do cidadão José Francisco Cabrita⁵², vítima

⁵² José Francisco Cabrita foi professor primário, mas acima de tudo era um livre pensador que se dedicou de alma e coração ao espiritismo e ao jornalismo. Nasceu na cidade de Lagos, a 16-9-1892, e faleceu em Lisboa a 2-6-1978, com 85 anos de idade. Quando jovem interessou-se pelas teorias espiritistas de Allan Kardec, de quem se tornou um seguidor para a vida, a tal ponto que ainda hoje é considerado como um dos primeiros espíritas acreditados no nosso país. Também é verdade que desde 1896 existia oficialmente em Faro uma associação espírita, cujas reuniões eram marcadas a esparso de acordo com as conveniências de deslocação do médium, cuja identidade era mantida em segredo. Estudou em Faro na Escola Normal Primária, onde concluiu a sua habilitação para a docência. Aqui conheceu o tenente Manuel Caetano de Sousa, figura distinta do foro militar, que o apoiou na fundação do semanário «Ecos do Além», no qual ocupou os cargos de administrador, de secretário e de redactor principal, deixando sempre o lugar de director para o seu amigo militar. Ao longo da sua longa vida conheceu e participou activamente nas diferentes fases do movimento espírita português, quer nos anos da República, em que sofreu a perseguição dos seus adversários políticos, quer durante o consulado salazarista, em que levou uma existência de tranquilo apagamento cívico. Além de ter sido a *alma mater* e principal obreiro do jornal-revista «Ecos do Além», desde Faro, em 1916-18, até Lagoa, em 1923-34, a ele se ficou devendo também o principal papel na organização dos Congressos Espíritas Algarvios, que foram decisivos para o êxito da implantação do Espiritismo no Algarve. Foi no «Ecos do Além», e por seu alvitre, que surgiu a ideia de realizar o I Congresso Espírita Português, sugestão tornada realidade por iniciativa do seu amigo Dr. António Joaquim Freire, em 1925. Acresce dizer que o prof. José Francisco Cabrita foi o fundador e grande dinamizador da União Espírita Algarvia, que passa por ser a primeira associação espírita regional no país, cujo exemplo serviu de modelo a várias outras que se criaram no país.

das más vontades e perseguições político-religiosas que lhe eram movidas pelos adversários do espiritismo e do livre-arbítrio. Em face das dificuldades económicas, sobretudo da falta de colaboração de qualidade, o jornal passou da antiga periodicidade quinzenal para a edição mensal, o que aconteceu no tempo em que esteve sediado na cidade de Portimão. O mais importante dessa sua fase intermédia, foi ter conhecido novos aderentes à propaganda dos postulados Kardecistas, que o ajudaram na colaboração escrita e na administração do jornal. Essas duas novas personagens – imprescindíveis à sobrevivência do jornal, e que se mantiveram unidas mesmo quando a sede se transferiu para a vila de Lagoa- foram o Hermenegildo Costa⁵³, no cargo de secretário da redacção, e João de Freitas na administração, cuidando das assinaturas, da publicidade, dos donativos, em suma das receitas e despesas da empresa. Num rasgo de génio e oportunidade, o prof. Cabrita conseguiu convencer o seu amigo Augusto de Mira Leal⁵⁴ a fazer uma sociedade por quotas, para criar a Empresa

⁵³ Hermenegildo Costa, nasceu na aldeia piscatória de Ferragudo em 1892, e faleceu em Portimão a 18-3-1948. Foi uma figura que passou incólume na sociedade do seu tempo, mas que, pelo contrário, poderia ter-se distinguido e marcado uma posição de relevo, em face do esforço desenvolvido em prol da imprensa e da religião católica no Algarve. Foi aluno no seminário de São José, em Faro, e embora não tivesse feito os votos sagrados, manteve-se toda a vida fiel a Deus e à mensagem de Cristo, seguindo escrupulosamente os preceitos em que foi educado na Santa Madre Igreja. O Prof. Cabrita encontrou-o em Portimão a trabalhar na Capitania do Porto, onde durante vários anos desempenhou as funções de Cabo do Mar, na vigilância das boas práticas ambientais e de segurança na Praia da Rocha. Em 1932 deixou as funções de administrador dos «Ecos do Além» porque tendo regressado temporariamente a Faro, aproveitou a disponibilidade e as boas condições da tipografia União, propriedade da diocese, para fundar em 29-6-1932 um novo semanário regionalista, a que deu o sugestivo título de «O Baluarte», no qual defendeu e propagou as ideias humanistas do ecumenismo e da Igreja Católica, evidenciando uma forte sintonia com o conservadorismo nacionalista, afecto ao “Estado Novo”, defendendo com entusiásticos encómos a honestidade de Salazar.

⁵⁴ Augusto de Mira Leal, foi um dos mais notáveis empresários das artes gráficas no Algarve. Embora não fosse algarvio (nasceu em Lisboa, na freguesia de S. Vicente,

Tipográfica Lumen. Ld.^a, sediada na rua Machado Santos, n.º 10, destinada à edição de jornais e outros trabalhos gráficos. Investiu o capital social da firma na aquisição de equipamento gráfico, o que lhe permitiu abrir portas a 1-10-1926, e ainda hoje manter-se em laboração.

O «Ecos do Além» passou então a ser composto e impresso na Tipografia Lumen Ld.^a, a mais moderna de Portimão, o que permitiu remodelar a qualidade gráfica da sua edição, que desde Março de 1926 até Abril de 1933, assumiria o formato de revista. Nos últimos meses antes da suspensão, voltou ao formato de jornal, substituindo na administração o Hermenegildo Costa pelo seu amigo Ricardo Lino Correia, funcionário em Silves do Banco Ultramarino, que apesar dos seus conhecimentos não logrou obter financiamentos para salvar o mais antigo jornal espírita do país. Em todo o caso, importa referir que a sua extinção se ficou a dever a uma ordem superior do Ministério da Instrução, por considerar as matérias expendidas naquele periódico desaconselhadas à educação e sossego público, razão pela qual encerrou portas com a edição n.º 244 de Julho de 1934.

em 1898), o certo é que se dedicou de corpo e alma à cidade de Portimão, sobretudo à promoção das potencialidades turísticas da Praia da Rocha. Em 1924, vemo-lo já instalado em Portimão, a constituir com outros sócios a Empresa Tipográfica Lúmen, Lda., que ainda hoje labora, e na qual se editaram os primeiros folhetos de divulgação turística da costa vicentina, assim como vários jornais algarvios, nomeadamente «O Jornal de Portimão» (2-8-1925 a 27-6-1926), «A Cidade Nova» (2-8-1925 a 22-10-1925), «Comércio de Portimão» (11-7-1926 a 1975), «O Povo de Silves» (29-11-1925 a 23-6-1927), «Jornal de Cinema» (1-1-1932 a 10-7-1932), «Asas Brancas» (Lagoa, 31-12-1932 – 15-6-1934), e os «Ecos do Além» (Lagoa, Nov. de 1923 a Julho de 1934). Foi casado com D. Elvira da Conceição Leal, nascida em 1900, na freguesia de S. Miguel, concelho de Lisboa, de quem teve três filhos, e herdeiros da empresa Lúmen: Alberto da Conceição Leal (que em 1960 deixou o negócio de família para fundar a sua própria gráfica); Octávio da Conceição Leal, e Orlando Mira Leal. Em Novembro de 1955, Augusto de Mira Leal, foi de urgência para Lisboa, a fim de ser submetido a uma intervenção cirúrgica, da qual não resistiu. Tinha 57 anos de idade e ainda muitos projectos por concluir.

Em suma, o «Ecos do Além» foi um dos mais peculiares e especializados periódicos de toda a história da imprensa algarvia, tendo inclusivamente sido responsável pela realização no Algarve de dois congressos espíritas, em 1923 e 1924, tendo neles comparecido os mais proeminentes seguidores de Allan Kardec, oriundos de todo o país e até do estrangeiro. O mais notável é que conseguiu sobreviver dezoito anos em publicação, em grande parte devido ao esforço e patrocínio do Prof. José Francisco Cabrita, notável figura ligada à instrução primária, que o Algarve deixou obliterar debaixo da poeira dos tempos.

O periódico que se lhe seguiu, e coexistiu, em Lagoa intitulava-se «Progresso Algarvio» e foi fundado em 1-8-1925, igualmente por iniciativa do prof. José Francisco Cabrita. Apresentou-se a público com o seguinte subtítulo: “*Semanário Noticioso e Regionalista – independente em política, eclético em doutrinas e liberal em ideias*”. Com esta álea estava tudo dito em matéria jornalística, porque tudo cabia nas colunas deste jornal, franco, leal e democrático. Aliás, este desígnio era o espelho da personalidade do seu director, José Francisco Cabrita, de cujos princípios morais também comungavam os que o auxiliavam na redacção, nomeadamente o Joaquim Guerreiro Pereira, como secretário; e o seu amigo João da Cruz Simões, como editor e administrador.

Era composto e impresso na Minerva Comercial, em Évora, tendo um formato inicial de tipo médio (género tabloide), passando logo depois à dimensão “Times” (45x28cm), com quatro páginas, que mais tarde passaram a ser apenas duas, sendo a última inteiramente preenchida por anúncios de Estômbar, Lagoa e Portimão. São de muito interesse os artigos que publicou, de modo insistente, sobre a autonomia económico-administrativa do Algarve, desiderato semelhante ao que hoje designamos como Regionalização. Sempre foi essa, aliás, a suprema aspiração dos algarvios, confirmada e legitimada pela histórica desta região, a exemplo do que aliás foi concedido na I República aos Açores e à Madeira. É

Gravura 16 – «Progresso Algarvio», fundado por José Francisco Cabrita, arvorou a bandeira da autonomia económico-administrativa do Algarve.



curioso que ainda conheci alguns algarvios, apoiantes de Salazar, uns monárquicos e outros católicos conservadores, que durante a ditadura do “Estado Novo” acalentavam a esperança de ver

reconhecida a autonomia do Algarve, um princípio que contrariava o espírito autocrático do próprio fascismo, que é visceralmente centralista. Não se percebe como é que essas pessoas, que eu conheci como intelectuais e homens de subida honra, foram capazes de acreditar nessa possibilidade de descentralização do poder, e de atribuir às populações o destino das suas próprias regiões. O Fascismo é sinónimo de centralismo, de controlo da vontade nacional através da concentração do poder político num governo sediado na capital. O centralismo é a essência do fascismo, como o é do comunismo. Mas como Salazar falava insistentemente em regionalismo, em espírito regional, pensavam que a nação seria a soma das regiões nacionais, quando politicamente era o contrário. Como o jornal teve uma vida efémera, pois extinguiu-se com o n.º 47 de 3-7-1926, não se pode dizer que tenha sido um jornal de suma importância para o concelho de Lagoa. Em todo o caso, merece realce o facto de ter sido um órgão de pendor literário, inserindo sempre poemas e contos de autores lusos, que por vezes se repartiam pelos números seguintes. Nesse aspecto permita-se-me realçar a secção “Impressões” da exclusiva colaboração literária de Carlos Augusto Lyster Franco, pintor, escritor e professor, figura de primeiro plano na sociedade farenses durante toda a primeira metade do séc. XX.

O «Progresso Algarvio» apesar de ser um órgão de Lagoa, contou com a colaboração de muitos publicistas de inspiração republicana e oriundos de Faro, que detinham, aliás, uma posição de destaque da imprensa algarvia, nomeadamente Cruz Azevedo, Adelino Lobo, Álvaro Duarte Gomes, J. Brack Lamy, Carlos Pedro Cabrita e vários outros. Nas suas colunas deu-se também destaque ao que de mais importante ia acontecendo em toda a província, através das secções “Crónicas de Portimão”, “Por Silves”, “Crónica de Loulé”, “Carta de Faro”, e “Por Estombar”. A capital estava representada em duas secções: “Carta de Lisboa” e “Crónica de Lisboa”, nas quais se fazia referência ao êxito dos algarvios residentes na capital, sendo que já nessa altura se falava também na necessidade de

criar uma Casa do Algarve em Lisboa, para reunir os comprovincianos e, sobretudo, prestar o melhor apoio aos jovens estudantes que se matriculavam na universidade.

Embora o «Progresso Algarvio» não tivesse sido um jornal brilhante, do ponto de vista jornalístico, e não constitua hoje uma fonte de grande interesse para o estudo da vila de Lagoa, não posso, porém, deixar de elogiar o sacrifício e a dedicação do seu director, o muito digno e honrado Prof. José Francisco Cabrita, um dos maiores obreiros da imprensa regional algarvia do seu tempo, que só não logrou obter um mais durável sucesso com este periódico por falta de apoios financeiros, quer da publicidade, quer dos assinantes, que se “esqueciam” e, às vezes até recusavam, cumprir o pagamento anual do jornal que a cada quinzena lhes batia à porta.

Da sua edição inaugural respigamos um breve excerto, no qual identificava não só os seus objectivos jornalísticos, como sobretudo, a sua índole e carácter moral, fazendo da justiça e da honestidade a sua bandeira crítica:

«Mas quem praticar actos contra a razão e o bom senso, terá que sofrer o peso da nossa crítica, onde pretenderem impor critérios injustos, aí se fará sentir a dureza dos nossos protestos, e onde houver desleixo e incúria não faltarão as indicações e os concelhos deste periódico a fim de que por estímulo ou por pressão dos nossos argumentos, sejam dadas as providências precisas e consentâneas (...) e se o nosso objectivo principal é o progresso do Algarve, saibam quantos nos quiserem auxiliar que esse progresso é por nós encarado sob o triplo aspecto: material, moral e intelectual»⁵⁵.

O quinto periódico, que cronologicamente se publicou em Lagoa, foi o «Asas Brancas», um quinzenário que se autodesignava como

⁵⁵ Cf. MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da Imprensa do Algarve*. 2 vols., Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve e da Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1988-1989, vol. 1, p. 553.

Gravura 17 – «Asas Brancas», o primeiro e mais antigo órgão infantil do Algarve, de índole educativa e ético-moralista, incitando as crianças à prática do Bem – uma louvável iniciativa do Prof. José Francisco Cabrita.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Ano I Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 1932 N.º 2

Asas Brancas

Quinzenário noticioso, instrutivo, e de incitamento à prática do Bem

Propriedade da Biblioteca Escolar de Lagoa, e demais Bibliotecas Escolares do Algarve

Director — José Francisco Cabrita Editor — António dos Reis Administrador — António Barbosa Sá Faria Redacção e Administração: LAGOA (Algarve) Composto e impresso: EDITORA OLHANENSE L.ª-OLHÃO	Director artistico — Manuel Teles Sampaio Assinatura por cada n.º (pagamento adiantado) Professores e quem mais se interessar pelo jornal — \$25 ESCOLAS Por cada exemplar de cada número que requisitem para os alunos \$10
---	---

ASAS BRANCAS

Às nossos leitores

Neste lugar do jornal é intenção nossa tratar, sómente, de assuntos da maior actualidade, tirando deles as conclusões educativas que podemos tirar.

Ora, como este jornal continua sendo a última novidade para os nossos pequenos leitores, dêe vamos falar ainda.

E' com satisfação que damos a saber que os alunos de muitas escolas do Algarve, e mesmo muitas famílias de alunos, receberam com muito entusiasmo e interesse o nosso primeiro número.

E' preciso que esse interesse se estenda a todas as crianças que sabem ler, e que assim possamos conseguir os seguintes fins:

- 1.º — Despertar nos nossos alunos o gosto e o hábito pela leitura;
- 2.º — Incutir no espírito da criança uma educação moral, social e cívica sólida e profícua;
- 3.º — Interessar, desde já, a juventude pelas actividades da vida moderna que a rodeia;

Alguns senhores professores, sem dúvida por desconhecerem as intenções deste jornal, devolveram os exemplares que lhes enviamos para distribuírem pelos seus alunos. Ainda um dia há de compreender a utilidade destas leituras, e então, nessa altura, serão novos assinantes que *Asas Brancas* tem como certos.

Este e os números seguintes são enviados apenas a quem pediu para assinar e enviou a importância da assinatura, salvo os que enviamos para amostra ou como oferta.

Sobre isto de pagamentos de

Pelo Algarve fóra

NOS DIAS 15 a 18 do corrente visitou o sr. Presidente da República quasi todas as terras importantes do Algarve, sendo recebido em toda a parte com muitas manifestações de regozijo, deixando, nessas manifestações, as crianças das escolas as impressões mais agradáveis.

* * *

EM QUARTEIRA, no dia 3 do corrente, faleceu a menina Irene Viêgas, aluna da 4.ª classe da escola feminina daquela localidade. Foi acompanhada ao cemitério pelas duas escolas oficiais dali, tendo as suas condiscípulas da 4.ª classe oferecido uma linda corôa de flores.

Aos pais da menina Irene Viêgas, a sua professora e ás suas condiscípulas, apresentamos os nossos pêsames.

* * *

NO MÊS PASSADO reuniram-se os alunos das classes adiantadas da escola masculina de Lagoa para fazerem a eleição dos seus condiscípulos para a Direcção da Caixa Escolar.

Preenchidas as listas e feito em seguida o escrutínio, verificou-se que fóra eleito Presidente o aluno da 4.ª classe, António Gonçalves Seixas Barçadas, e Secretários os alunos José Fernandes Henrique e Arnaldo Boal Eusbio.

* * *

NO DIA 17, em que o sr. Presidente da República passou por Lagoa, foram os alunos e professores das duas escolas desta vila, a convite da Câmara Municipal e da Inspeção Escolar, assistir, em almas, á passagem do cortejo presidencial. Esperaram, impacientes, desde as 11 horas até depois das 13.

Ficaram depois desgostosos porque o cortejo passou muito depressa.

mantem-se as condições publicadas anteriormente.

Contudo, os alunos de quem os srs. professores recebem apenas 5 centavos por cada jornal, lêem-nos da mesma maneira, e no dia seguinte entregam-nos ao professor que os passou os outros que também se pagaram \$05, e assim sucessivamente até lerem todos os que pagam desta forma, pelo que não podem ficar com um jornal para cada.

Mas os que quiserem o jornal só para si, pagam \$10 por cada jornal a receber.

Como se vê, aquelle processo é o pagamento a mais, e que permite, facilmente, todos lerem as *Asas Brancas*.

assinaturas, temos que fazer uma pequena alteração, pois, para facilitar a escrita da administração, em face do que a experiência tem indicado, e ainda porque o plano de pagamentos, exposto no primeiro número, apresentou-se a alguns leitores um tanto confuso, passamos a adoptar a assinatura por números nas condições seguintes, em vez de ser por meses:

Assinaturas por cada número (Pagamento adiantado):
 Professores e quem mais se interessar pelo jornal. \$25;
 Escolas: Por cada exemplar que requisitem para os alunos, de cada número. \$10

Para os pagamentos já feitos

«Noticioso, Instrutivo, e de incitamento à prática do Bem», mas que, na realidade, pelo género de textos que deu à estampa, foi mais do tipo recreativo, educativo-infantil, ético-moralista.

O título foi registado em nome da Biblioteca Escolar de Lagoa, mas na realidade tratou-se de mais uma das realizações jornalísticas do Prof. José Francisco Cabrita, desta feita destinada à educação dos mais jovens, especialmente na faixa etária dos seis aos dez anos.

Este curiosíssimo periódico surgiu à luz da estampa em 31-1-1932, e era impresso na tipografia Olhanense Ld.ª, em Olhão, transitando com o n.º 10 de 31-12-1932 para a nova e remodelada Tipografia Lúmen, em Portimão. Era de tamanho pequeno (22x33cm), adequado ao manuseamento das crianças, com 4 páginas apenas e profusamente ilustrado com fotografuras e linóleos, que julgo da autoria do director artístico do jornal, Manuel Teles Sampaio.

Como editor deste jornalinho figurava no cabeçalho do mesmo o nome de António dos Reis, e da gestão dos custos responsabilizava-se o administrador, António Barbosa Sá Faria. Os colaboradores eram os próprios jovens, crianças de várias idades, cujos artigos revelavam a inocência da sua idade e dos seus horizontes sociais.

O seu incansável director, foi um dos mais prestigiados professores primários do Algarve, cuja vida dedicou sempre ao bem comum, à divulgação dos valores da ética e da moral, à educação e segurança das crianças, e, de forma mais recatada, à sua paixão superlativa: o espiritismo.

O título «Asas Brancas», personificava os anjos da vida, isto é, as crianças, na sua pureza e virginal inocência, que não sabendo destrinçar o interesse das conveniências, dizem sem reboço a verdade, sobre o que veem e o que sentem, sem os filtros da hipocrisia, sem a imposturice, fingimento ou dissimulação, tão peculiar dos adultos⁵⁶. Este jornalinho foi o arauto natural dessa inocência

Como editor deste jornalinho figurava no cabeçalho do mesmo o nome de António dos Reis, e da gestão dos custos responsabilizava-se o administrador, António Barbosa Sá Faria. Os colaboradores eram os próprios jovens, crianças de várias idades, cujos artigos revelavam a inocência da sua idade e dos seus horizontes sociais.

O seu incansável director, foi um dos mais prestigiados professores primários do Algarve, cuja vida dedicou sempre ao bem comum, à divulgação dos valores da ética e da moral, à educação e segurança das crianças, e, de forma mais recatada, à sua paixão superlativa: o espiritismo.

O título «Asas Brancas», personificava os anjos da vida, isto é, as crianças, na sua pureza e virginal inocência, que não sabendo destrinçar o interesse das conveniências, dizem sem reboço a verdade, sobre o que veem e o que sentem, sem os filtros da hipocrisia, sem a imposturice, fingimento ou dissimulação, tão peculiar dos adultos⁵⁶. Este jornalinho foi o arauto natural dessa inocência

Como editor deste jornalinho figurava no cabeçalho do mesmo o nome de António dos Reis, e da gestão dos custos responsabilizava-se o administrador, António Barbosa Sá Faria. Os colaboradores eram os próprios jovens, crianças de várias idades, cujos artigos revelavam a inocência da sua idade e dos seus horizontes sociais.

⁵⁶ Em todo o caso, na edição inaugural do jornalinho o seu director, Prof. José Francisco Cabrita, explica o sentido metafórico do seu baptismo jornalístico nos seguintes termos: «O título *Asas Brancas* quer dizer que este jornalinho, ao se espalhar por essas escolas fora, e ao esvoaçar nas mãos de cada menino,

e ingenuidade. E como a ideia da sua criação era mais uma das nobres iniciativas do Prof. José Francisco Cabrita, cabia-lhe redigir no jornal das suas crianças algumas secções destinadas à leitura e informação dos pais, intituladas “Pelo Algarve Fora”, uma súmula dos factos e eventos mais importantes, ocorridos no Algarve, nessa quinzena, “Do que vai pelo Mundo”, com notícias diversas do estrangeiro sobre a educação e escolaridade, e sobretudo “Bons Exemplos”, uma coluna moralista sobre as atitudes éticas e de solidariedade que os adultos devem transmitir à crianças. É claro que havia outras secções que as crianças se encarregavam de redigir, certamente com o auxílio dos professores e talvez dos próprios pais, como era o caso de “Para Rir”, curiosa secção de anedotas e ditos hilariantes, “Notas Várias”, interessantes relatos das dificuldades que os alunos tinham, por vezes, de enfrentar na sua vivência escolar, e até na laboração do seu pequenino jornal.

Os seus colaboradores foram em grande número, e não sei se algum desses imberbes jornalistas chegaram algum dia a singrar na ribalta da imprensa. Os textos com autoria firmada, provinham de todas as escolas do Algarve, e os seus criadores não excediam os dez anos de idade. Algumas dessas crianças evidenciavam na sua colaboração escrita uma forte propensão para as letras, sendo muito provável que alguns desses alunos tivessem seguido a carreira docente. O objectivo fundacional deste jornalinho, propalado pelo seu director no próprio cabeçalho do mesmo, foi plenamente alcançado, porque estas crianças, em boa verdade, seguiram o caminho do Bem, tornaram-se úteis à sociedade e prestaram um enorme contributo no desenvolvimento e progresso do Algarve.

Tratou-se, no fundo, de um órgão escolar, para crianças de tenra idade, muito curioso e até bastante interessante do ponto de vista pedagógico, com bom aspecto gráfico e sentido artístico, para

faz lembrar as pombinhas brancas, de asas abertas, tão lindas e tão inocentes, como as bandadas de meninos e meninas ao saírem da escola, ou ao brincarem nos seus recreios escolares». Cf. MESQUITA – *Op. Cit.*

atrair a atenção dos mais novos. Não foi um caso único, porque na minha *História da Imprensa do Algarve* refiro vários outros órgãos escolares, editados nas escolas de Faro («O Pintassilgo»), de Olhão («O João Ratão») de Vila Real de Santo António («O Pinto Calçudo»), e outros, que agora não me ocorrem. Não obstante, este «Asas Brancas» tem uma posição especial em relação a todos os outros, porque é o primeiro jornal editado no Algarve, cujo público-alvo são as crianças do ensino primário. Existiram anteriormente muitos outros órgãos estudantis, nomeadamente os vários títulos de «A Mocidade», editados pelos alunos do Liceu de Faro, mas tinham a grande diferença de se destinarem a um público adulto, com uma temática jornalística muito semelhante à dos outros periódicos que se editavam na região, à excepção do carácter cultural e literário em que se inspiravam os seus jovens promotores.

Que bom seria ver hoje replicado este exemplo na escola básica de Lagoa. Certamente já o foi, e até por diversas vezes, mercê dos métodos modernos de edição que temos hoje ao nosso dispor. Porém, o jornalismo que foi no passado uma escola de virtudes, tem sido ultimamente bastante descurado, como método de fomento educativo e intelectual, para a formação das nossas crianças e jovens, nas escolas básicas e secundárias do Algarve. Hoje os miúdos de todas as idades, e até confrangedoramente os próprios adultos, não descolam a atenção do telemóvel, do tablete ou do notebook (computador portátil), que metem na pasta escolar, muitas vezes desapossando dela os livros necessários ao seu próprio sucesso escolar.

O sexto periódico da imprensa lagoense foi uma espécie de arauto bifronte, sediado em simultâneo na cidade de Faro e na freguesia de Ferragudo, intitulado «O Baluarte», fundado em 29-6-1932, pela mão de Hermenegildo Costa. Já aqui dissemos que esta mal conhecida figura, nascida na aldeia de Ferragudo em 1892, passou incólume na sociedade do seu tempo, mas o seu esforço

Gravura 18 – «O Baluarte», fundado em 1932, por Hermenegildo Costa, foi um dos arautos do ecumenismo católico no Algarve.



na sua honra e dignidade, que lhe espoliou os bens, encerrou-lhe as casas religiosas e expulsou os jesuítas. Este Hermegildo Costa foi uma das muitas vítimas desses exacerbados tempos da revolução republicana, pois que tendo estudado no seminário de Faro não chegou a celebrar os votos sagrados. Mas não perdeu a sua relação com a Igreja e a liturgia, nem com a palavra de Deus, que seguiu de uma forma exemplar até ao fim da vida, enfrentando nos derradeiros dias o atroz sofrimento de uma doença incurável, que durante meses o reteve no leito da sua modesta residência, falecendo a 18-3-1948. Serviu durante décadas a Capitania do Porto de Portimão onde desempenhou as funções de Cabo do Mar, ocupando as horas de ócio com a escrita e a exegese da doutrina católica. O público-alvo deste humilde arauto da mensagem de Cristo era naturalmente o povo católico que frequentava as igrejas de Faro, Ferragudo e Portimão, onde o pequeno «Baluarte» era distribuído como um simples boletim paroquial.

A sua inspiração jornalística era visceralmente anticomunista, militando no bastião do nacionalismo católico, com indistigável simpatia política por Salazar e o “Estado Novo”. Em todo o caso, no artigo de fundo da sua edição inaugural, intitulado “Pelo Algarve, Pela Verdade e Pela Justiça”, que é uma bela peça jornalística, hasteava a bandeira dos pobres humilhados e subjugados trabalhadores, criadores da riqueza dos patrões, dos industriais e dos proprietários agrícolas, que exploram e quase escravizam os operários e os assalariados rurais:

«A sorte de todos os desgraçados que passam a vida no trabalho, rodeados de filhos e vivendo na miséria, sempre explorados pela cobiça insaciável de patrões sem escrúpulos que lhes compram o trabalho por um preço mínimo irrisório, confrange-nos o coração e revolta-nos. (...) O Baluarte levanta-se do amor acendrado que temos ao Algarve por entre os excessos dos patrões e as reivindicações injustas dos assalariados. É necessária a nossa acção? Os interesses da Província, quer na parte agrícola, quer na parte industrial, hão-de ressentir-se fatalmente, da falta de harmonia entre

trabalhadores e patrões; e da boa índole do nosso povo, sóbrio, trabalhador, ordeiro, corre o perigo de perverter-se com doutrinas que estão a ser propagadas nos centros mais industriais, criando ódios e atijando as paixões ruins».

O humilde «Baluarte», apesar da perspectiva conservadora e nacionalista que impregnava o espírito jornalístico das suas colunas, tinha, porém, algumas secções de combate pela verdade e pelo humanismo cristão a que dava a agressiva designação de “Granadas”, com artigos de peleja política contra os ricos proprietários que exploravam os camponeses e os operários; assim como merece referência uma outra intitulada “Tiros de Pistola”, na qual se divulgam ideias e pensamentos político-filosóficos, estranhos à sua visão cristã, submissa ao Estado e às organizações sociais. Persistiu com muitas dificuldades até ao n.º 24 de 12-2-1933, data em que suspendeu a edição por falta de meios de subsistência económica, isto é, do pagamento das assinaturas, da publicidade e de donativos dos fiéis.

O periódico que se lhe seguiu, por ordem cronológica foi o «**Jornal de Lagoa**», que em meu entender foi o melhor que se deu à estampa naquela vila algarvia. Nasceu pela mão de Gentil Marques, que foi toda a vida um jornalista e escritor de invulgar inteligência, com enorme visão do futuro, o que lhe permitiu estar sempre na crista do tempo.

A sua vida dava um romance ou um filme semelhante àqueles que escreveu para a editora Romano Torres, ou que produziu para o cinema, na velha Tobis, no Lumiar em Lisboa. Conheci-o bem, embora já na fase da velhice, ao lado da sua Mariália, igualmente uma jornalista de mérito, senhora muito educada, sensível e culta, que precedeu o marido na morte, causando-lhe enormíssimo desgosto.

Este quinzenário, que tinha por subtítulo «Um Jornal do Algarve para os Portugueses de todo o mundo», surgiu a 1-8-1966, em

Gravura 19 – O «Jornal de Lagoa» foi o primeiro órgão da imprensa turística e municipalista do Algarve, e também o melhor jornal da imprensa de Lagoa.



plena época balnear, quando o Algarve começava a despontar para o turismo. Como sempre o Gentil Marques, inteligente e bem informado nos meandros do poder, percebeu que era o momento azado para lançar um periódico numa vila desprovida de imprensa,

cujas praias eram nessa altura, como ainda agora, as mais paradisíacas do Algarve. A aldeia piscatória de Porches, tradicional praia de acesso do contrabando marroquino, tornou-se por essa altura no ponto de encontro de artistas, músicos, cineastas, intelectuais de todos os quadrantes da cultura internacional. Já por aí andava o artista Lima de Freitas a perscrutar as belezas naturais e a possibilidade de poder estabelecer um atelier de cerâmica artística, que revitalizasse a olaria local, de que apenas restavam dois artífices. Conseguiu-o dois anos depois, em 1968, quando em parceria com Patrick Swift fundou a Olaria Algarve, que ainda hoje existe em Porches, no mesmo sítio e nas mesmas instalações originais.

O jornalista, escritor e cineasta Gentil Martins, como mantinha em Lisboa a sua residência principal, entregou a composição e impressão do «Jornal de Lagoa» à Tipografia de São José, em Lisboa, pertencente à ordem dos Salesianos cujos proventos revertiam a favor da instrução e educação profissional das crianças pobres, abandonadas pela sociedade, recolhidas com amor e caridade nos colégios fundados por S. João Bosco. A congregação religiosa da Sociedade de S. Francisco de Sales, vocacionada para a educação de crianças desvalidas fundou o seu primeiro colégio-oficina na cidade do Porto, pátria da Liberdade, em 1883, onde, entre outras actividades, instruíam os jovens, dos 6 aos 21 anos de idade, nas artes gráficas.

Curiosamente a sede da redacção e administração do «Jornal de Lagoa» era em Lisboa, na Praça dos Restauradores n.º 58, 3.º, o que só não é um contracenso porque se tratava da morada de residência do seu director. Um órgão algarvio sediado na capital parece um absurdo, mas talvez fosse essa a solução para convencer o Gentil Marques a assumir o cargo de director. A propriedade do jornal pertencia à Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Lagoa, que assim patrocinava as despesas (e dívidas se as houvesse), o que deixava o jornalista Gentil Marques mais descansado face a um possível fracasso. A seu lado, figurava como editor o Dr. José Cândido Rocha Trindade, cidadão de primeiro plano no

Algarve, que servia de charneira de ligação entre o poder político e o jornal, no sentido de evitar que pisasse terrenos considerados inapropriados para o regime.

O naipe de colaboradores foi notável, repleto de figuras de grande prestígio da cultura e do jornalismo algarvio, nomeadamente o Dr. Luís António dos Santos⁵⁷, autor do famoso livro *Barlavento* (recentemente reeditado pela C. M. Lagoa); o prof. José Francisco Cabrita, figura omnipresente na imprensa lagoense; o Dr. Maurício Monteiro, um dos grandes obreiros da Casa do Algarve em Lisboa; a Mariália, esposa do director, fazendo jus ao anécdotico de que por detrás de um grande homem está sempre uma grande mulher; o visconde de Lagoa, um dos mais célebres historiadores dos Descobrimentos Portugueses, e vulto de proa na cultura nacional; o João Brás, inspirado poeta e um dos raros imortais da cultura algarvia; o José António Madeira, professor universitário e famoso geógrafo, autor de numerosa obra científica; o Dr. Virgílio Passos, que foi professor, crítico de arte, publicista e escritor; o Dr. Herlander

⁵⁷ O Dr. Luís António dos Santos, nasceu em 1889 na aldeia piscatória de Ferragudo, e faleceu em 1974. Após os seus estudos liceais, transferiu-se para Coimbra, em cuja universidade se licenciou em Direito. Fez a tropa e foi alferes miliciano nos anos conturbados da primeira guerra. Na vida civil, começou por desempenhar durante a vigência da República, os cargos de delegado do governo e de administrador de Concelho em Portimão. Circunstâncias diversas, em geral de cariz político, levaram-no a apoiar a causa católica-conservadora que esteve na formação do Estado Novo, optando então pela carreira pública em detrimento do exercício da advocacia para a qual estava vocacionado. Assim, começou por exercer as funções de conservador do Registo Civil no Barreiro, passando depois para o mesmo cargo, mas na bela e saudável vila de Sintra, onde se aposentou. O regime salazarista, aos cidadãos aposentados pelo Estado, tinha o hábito de os nomear para funções públicas, sem que para isso tivesse que lhes pagar vencimento, sendo por essa razão nomeado presidente da Câmara Municipal de Lagoa, cargo que desempenhou com a honradez que o caracterizava, desde 1962 até 1970. No decorrer do exercício autárquico desenvolveu algumas obras importantes na vila e freguesias de Lagoa. A rua onde nasceu, em Ferragudo, tem hoje, e muito justamente, o seu nome. No campo das letras escreveu um livro de contos, intitulado *Barlavento*, em homenagem à cultura e tradições populares da zona ocidental do Algarve.

Machado, o José Carneiro de Almeida, o Jerónimo Gregório Marques, o António da Encarnação Mourinho e muitos outros publicistas de prestígio regional, cuja nomeação seria fastidioso elencar.

O «Jornal de Lagoa» tinha bom aspecto gráfico, em tamanho grande, a cinco colunas, impresso em azul e negro, em bom papel e excelente paginação. No título, do lado direito, apresentava o brasão da vila de Lagoa, e como nas suas colunas dava conhecimento das deliberações da Câmara, com a resenha das próprias actas de vereação, podemos de algum modo considerar que foi o primeiro Boletim Municipal da imprensa autárquica algarvia. Nas suas páginas sucediam-se várias secções, de entre as quais permitia-se-me destacar “Da Nossa Tribuna” (com breves artigos de crítica social), “De Todo o Concelho” (uma espécie de agenda social, noticiando simplesmente casamentos, baptizados, aniversários, visitas à redacção, etc), “Lendas de Portugal” (respingos da obra com o mesmo título da autoria de Gentil Marques), “Cartas ao Director” (queixas e reparos curiosos), “História Romântica do Concelho de Lagoa” (interessantes artigos de Gentil Marques), “Eira – Página de Divulgação Literária e Artística”, “Informação Literária”, etc.

Apesar do Gentil Marques ser o director do jornal, foi o Dr. Luís António dos Santos, ao tempo o autarca presidente, quem traçou o programa do jornal, definindo-o como um órgão regionalista, virado para o turismo e para o progresso, mas assentando as suas raízes na tradição e no passado, isto é, no nacionalismo do «Estado Novo», embora considerasse que a luz inspiradora dos seus objectivos jornalísticos residisse nas encíclicas papais que vinham na esteira da «*Rerum Novarum*», que se traduz por “Das coisas novas”. Portanto, aquele eminente nacionalista, como homem culto que era, também achava que já era tempo das coisas mudarem – mas de vagar e sem cair nos excessos republicanos⁵⁸.

⁵⁸ Respingamos a propósito das intenções programáticas e da inspiração político-filosófica do «Jornal de Lagoa» a seguinte e muito ilustrativa passagem: «Na propaganda dos princípios fundamentais porque deve reger-se uma sã ordem económica social, este jornal seguirá os doutos ensinamentos das encíclicas «*Rerum*

Como se constata por esta breve relação das secções e conteúdos deste notável periódico, que foi premonitório no sentido de ter aberto caminho a duas novas vias na imprensa algarvia: a turística e a municipalista. Por essa razão é que constitui uma boa fonte de pesquisa e de informação para os historiadores da nova geração, sobre estas importantes áreas de actividade económica e política, a primeira das quais, o turismo, começou nesses esquecidos anos sessenta do séc. XX, em que o país aguentou, quase em silêncio, a guerra colonial em África, e ao mesmo tempo divertia-se com o turismo internacional que vinha desfrutar do sol, das praias e do mar do Algarve, até então uma região praticamente ignorada do mundo. Nesses resplandecentes anos inaugurais do turismo algarvio, surgiram várias revistas de divulgação das potencialidades naturais da região, para oferecer a quem nos quisesse visitar uma estadia de sonho. Lembro-me, assim de repente, que no ano de 1968 surgiram nas bancas duas revistas dedicadas à divulgação do turismo algarvio: o «*Algarve Ilustrado*» fundado por Vitoriano Rosa com um notabilíssimo naipe de colaboradores, mas de forte inspiração política, contestando a ditadura e o nacionalismo salazarista; e «*O Sol do Algarve*», de Gentil Marques, num sentido mais colaboracionista com o regime, mas bem-intencionado na divulgação turística. Em todo o caso, estas duas revistas tinham objectivos diametralmente opostos: a primeira mais genuinamente regionalista, muito esperançada no sucesso do turismo algarvio, mas em franca oposição à situação política então vigente; enquanto a revista do Gentil Marques era mais comercial e de propaganda dos êxitos socioeconómicos do regime. Tanto uma como outra não tiveram o sucesso que melhor esperavam, a primeira por ser

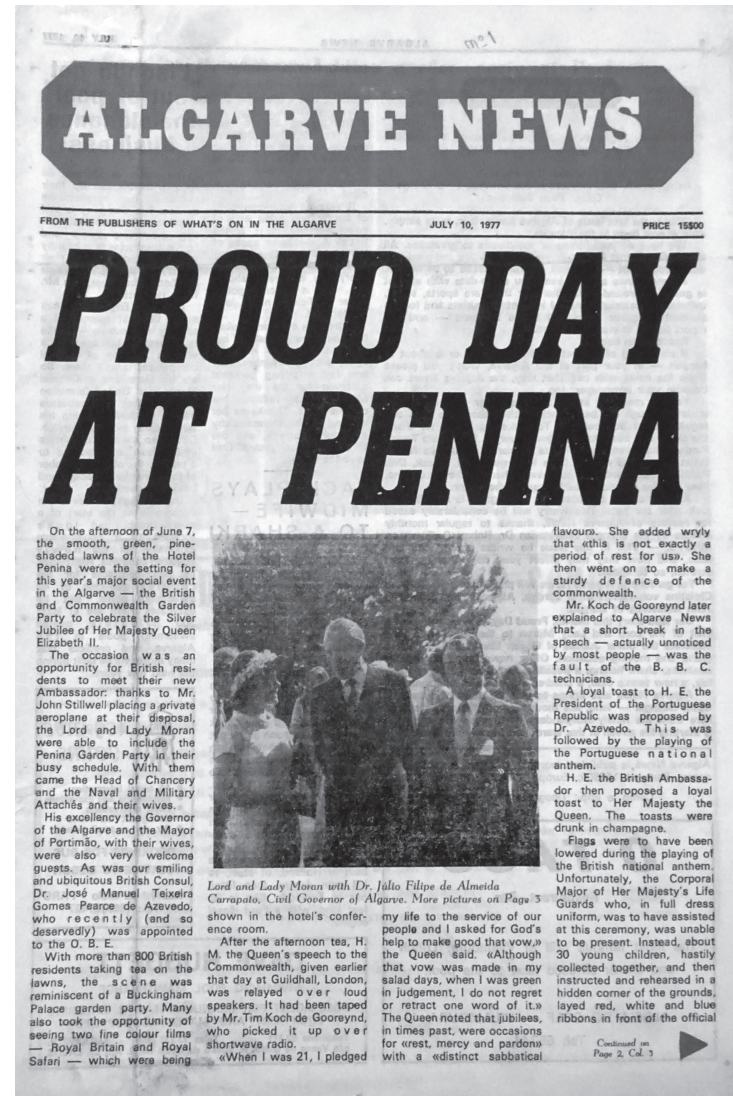
«*Novarum*», «*Quadragésimo Anno*» e «*Mater Magister*», que possuem os elementos necessários para conjurar os males de que sofre a sociedade e ensinam os meios de tornar numa fonte de vida aquilo que é hoje um antro da morte.» Percebe-se deste modo que o Dr. Luís António dos Santos, autarca-mor de Lagoa, era um homem crente e submisso à Igreja, supondo que o futuro político do país deveria seguir à luz de Roma. Quanta inocência...

compulsivamente suspensa pela censura, enquanto a segunda por falta de apoio comercial, quer nas vendas quer na publicidade. Também o «Jornal de Lagoa» viria a suspender com o n.º 44 de Setembro de 1969, pelas mesmas razões, isto é, falta de meios económicos de sobrevivência, o que já era previsível quando com o n.º 35, de Janeiro de 1968, passara de quinzenário a mensário. Mas, tendo conhecido toda a imprensa algarvia dessa época, posso afirmar, sem sombra de exagero, que o «Jornal de Lagoa» do ponto de vista estético, e no discurso jornalístico, foi o mais moderno, mais evoluído e mais inovador de todos os seus congéneres. Foi, claramente, um jornal que marcou a diferença, e pode até dizer-se que o seu exemplo, nomeadamente na estrutura e design gráfico, na temática, acentuadamente virada para o turismo, para a divulgação artística e literária, deu o mote e serviu de modelo a muitos outros jornais que se fundaram nos anos seguintes. Nesse aspecto, Gentil Martins, por ser um homem culto e bem-intencionado, foi um precursor e um modelo a imitar na imprensa portuguesa, pelos jovens plumitivos, que assim se consciencializaram da necessidade de instrução superior para abraçar uma carreira tão exigente e cansativa, como é a de jornalista.

O oitavo periódico da imprensa lagoense foi o «Algarve News» o primeiro a editar-se em língua inglesa no Algarve. Fundou-se a 10-7-1977, na cidade de Faro, como mensário, por iniciativa da «Argus Publicidade», uma agência ligada ao comércio da publicidade estática, que depois enveredou pelos negócios do imobiliário.

Tinha como director Peter Buckland, como editor Jim Player, e como administrador Fred Phillips, todos cidadãos britânicos, ligados ao sector turístico, à prática do golfe e à construção de imóveis, que não deixaram especial memória, ou relevante referência, que mereça particular destaque. É curioso que nas suas colunas existia mesmo uma secção sobre a construção de casas ao estilo

Gravura 20 – «Algarve News», foi o primeiro a editar-se em língua inglesa no Algarve, para promoção do turismo e do sector imobiliário. Teve audiência e sucesso comercial, devendo-se-lhe a divulgação de um modelo de construção de vivendas turísticas, que ficou conhecido como “estilo algarvio”.



algarvio, num modelo arquitectonicamente inventado pela agência proprietária do jornal.

Era composto e impresso na Tipografia União, em Faro, a duas cores (vermelho e preto), tamanho tabloide canadiano, com uma paginação moderna para a época, impresso em bom papel e profusamente ilustrado. Enfim um periódico ao estilo europeu e de boa estética gráfica. O mais diferenciado era o facto de se apresentar em inglês, o que na época indicava o cosmopolitismo cultural que então se vivia no Algarve. Confesso que ainda conheci a redacção do jornal, ao cimo da Rua Tenente Valadim, n.º 36, sita numa pequena casa velha, que hoje já não existe. Nessa altura, em 1978, pareceu-me que estaria em transição para outro local, com aspecto de encerramento definitivo. E não me enganei, porque em Julho de 1979, com a sua edição n.º 25, mudou a sede para a estrada de Burgau na Praia da Luz, em Lagos, de onde não tardaria a mudar-se novamente para a Rua 25 de Abril em Lagoa, mas já com novo director, uma senhora de nome Christine Allen-Luckman, passando o Peter Buckland para subdirector, figurando como editor a empresa Travelpress Europe Ld.^a, sediada na Ilha de Man, o que é surpreendente. Nesta nova série, digamos assim, relativa a Lagoa, o «Algarve News» cresceu de tamanho, mas piorou no aspecto gráfico, passando a ser impresso em offset, mas a uma só cor. Não me pareceu também que do ponto de vista jornalístico tivesse melhorado, porque diminuiu o noticiário local e regional para crescer exponencialmente nas secções de informação básica e de publicidade comercial, sobretudo relacionada com as agências de viagens e as empresas de venda de imóveis. O investimento no Algarve ainda não era considerado seguro, e, por isso, pouco apetecível, devido à fraca estabilidade política que se vivia no país. A partir de meados da década seguinte, com a entrada de Portugal na CEE (hoje UE), tudo mudou, não só no sector da construção civil, como na hotelaria e turismo, que teve um *boom* assinalável.

Em 3-2-1984, com a sua edição n.º 80, acrescentou um novo cargo técnico: director de noticiário, desempenhado por Jane Cunliffe, que dava especial atenção aos artistas locais e muito em particular à Olaria Algarve, em Porches. A partir daí o «Algarve News» sofreu um acentuado crescimento de qualidade, tanto do ponto de vista jornalístico, como na paginação e aspecto gráfico do jornal, que aumentou de tamanho e melhorou a estética através das numerosas gravuras e na destrição a duas cores na paginação. Apresentava-se profusamente ilustrado, impresso em bom papel e com grande diversidade na temática abordada nas suas páginas, que passou a ser mais cultural e artístico, sem perder de vista os seus objectivos primaciais: o comércio de publicidade e a transação imobiliária. Em todos os sentidos o «Algarve News» foi, durante décadas, o melhor jornal que se publicou em inglês no Algarve. Nesse aspecto, beneficiou em particular o concelho de Lagoa, e, em geral, a imprensa algarvia. Como o seu público-alvo era a comunidade britânica aqui residente, embora também tivesse numerosos assinantes no Reino Unido, o certo é que a existência do «Algarve News», como órgão de imprensa passou incólume e ignorada aos olhos dos leitores algarvios. O grau de instrução nacional era ainda muito insuficiente, pelo que a imprensa estrangeira, mesmo a que se editava na região, passava despercebida aos algarvios.

O periódico que se seguiu a este mensário inglês foi o «**Boletim Municipal**», cuja edição experimental saiu com o n.º 0 em Abril de 1981, após o que veio a público a edição inaugural datada de Maio-Junho desse ano. Anunciava-se com uma periodicidade mensal, mas foi saindo a esparsos e conforme as necessidades que a autarquia tinha de informar publicamente os seus munícipes, acerca de eventos e ocorrências de maior importância e utilidade pública. Tratava-se obviamente de um órgão muito particular, com o objectivo de propagandear as iniciativas da estrita responsabilidade da

Gravura 21 – O «Boletim Municipal» foi um importante elo de ligação da autarquia com os municípios, na divulgação das iniciativas de benefício local.



BOLETIM MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA
(ALGARVE)

Edição e Direcção: Câmara Municipal de Lagoa – Mensário – No. 1 – MAIO / JUNHO / 81



editorial

Surgiu o Boletim Municipal. Este viu a luz do sol num dia radiante e de alegria. Distribuído em todo o Concelho num dia de festa (25 de Abril), em que a cada mão que era chegado independentemente da atenção ao que o motivava, nesse momento o Boletim constituiu surpresa e todas as atenções se voltavam para ela.

Críticas eram feitas de imediato. Por sorte do destino e de todos os que nele colaboraram foram todas elas construtivas. Resações das mais diversas foram proferidas. Entre elas, ouvimos: "Finalmente aparece um trabalho digno que há muito os Lagoenses desejavam"; "Finalmente sabemos o que se passa nas autarquias do concelho"; "Finalmente e pela primeira vez são públicas as contas municipais".

A Câmara está de parabéns! Neste sentido todos os esforços serão poucos para darmos continuidade a um trabalho sério de divulgação da acção e coragem das Autarquias Locais ao serviço deste digno e progressivo Concelho que é Lagoa.

— 8

O Governo decidiu...

O Algarve tem menos 1 milhão e Quinhentos mil contos

CÂMARAS PROTESTAM NA ASSEMBLEIA

➔ 8

Os eleitos representantes do povo deste Concelho terão que ser dignificados e apoiados por aqueles que confiaram neles com o seu voto. A tarefa não é fácil. Precisam grangear a colaboração inestimável que têm sentido de todos os sectores de actividades que contactam no dia-a-dia, se bem que, nem sempre são compreendidos por alguns. Mas não desanimarão, o saldo é positivo!

Muitos problemas afligem o município de Lagoa desde a habitação ao saneamento básico, passando pela cultura, electricidade, turismo, e outros, deparando com imensas barreiras de vária ordem que pensamos ultrapassar. A experiência já nos ensinou que tudo não poderemos fazer num mandato, num ano e muito menos num dia.

Numa apreciação muito rápida aos sectores e sub-sectoros onde o investimento para 1981 deverá ser aplicado, sectores estes emergentes que passamos a citar em termos percentuais para uma

FATACIL 81

II Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa

De 18 a 26 de Julho

➔ 5



poupe HOJE para ter AMANHÃ

autarquia, para informação e, sobretudo, para memória futura da acção camarária no concelho de Lagoa.

Como era propriedade da autarquia tinha a sede da redacção nas próprias instalações da Câmara Municipal, que o mandava compor e imprimir na gráfica Costa & Silva Ld.ª, no sítio do Calvário, em Estômbar. O director do boletim era por inerência o presidente da Câmara, Abel Silva Santos, que foi o primeiro presidente eleito após a revolução do «25 de Abril» para liderar a edilidade de Lagoa, mantendo-se no exercício dessas funções desde 1976 até 1985. Lembro-me bem dele, como autarca socialista, numa época em que muito estava por organizar e reformar na vida politico-socioeconómica do Algarve. E a vila de Lagoa deve-lhe muito, nomeadamente a criação da FATACIL, em que me recordo de ter estado presente no dia da sua inauguração, a 21-6-1980, cuja declaração de abertura foi pronunciada de viva voz pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

O «Boletim Municipal» de Lagoa tinha mais ou menos o tamanho A4, impresso em bom papel, a duas cores que variavam de edição para edição, com quatro páginas a duas colunas, profusamente ilustrado, como aliás é hábito neste género de imprensa. A sua distribuição era gratuita e tinha uma tiragem de alguns milhares de exemplares. Dentre as secções mais importantes, merece destaque o «Editorial», da autoria do presidente, «Algumas Deliberações Tomadas nas Últimas Sessões de Câmara», «Plano de Actividades para 1981», que mudava conforme os anos, «Assembleia Municipal» com o resumo das reuniões plenárias, «Legislação de interesse autárquico», «Freguesias em Foco» notícias sobre as actividades e melhoramentos camarários em Estômbar, Ferragudo e Porches, «Cultura e Desporto», «Fatacil» realçando a riqueza do certame em artesanato, agricultura, indústria e turismo no concelho de Lagoa, etc.

Posso dizer que no contexto de vários outros órgãos municipais, que se editaram nos anos oitenta em todo o Algarve, o «Boletim Municipal» de Lagoa foi o que me pareceu mais honesto no exercício informativo dos seus municípios, e também o menos

propagandístico do partido a que pertencia o elenco autárquico. Não posso negar que eram abundantes os encómios dirigidos ao presidente da edilidade, mas isso fazia parte dos seus objectivos.

Gravura 22 – A «Tribuna do Algarve» foi o primeiro e o mais importante de entre os vários outros órgãos fundados por Arthur Ligne na comunicação social algarvia.

TRIBUNA do Algarve

MENSAL – 24 PÁGINAS – 15\$00
N. 1 – 7 de Dezembro de 1982 – Ano I
MAGAZINE REGIONALISTA ALGARVIA
Director: Ana Maria Sousa Santos J. L.

17-36 82

EDITORIAL

Não é a primeira vez que sentimos a falta, no Algarve, de um Órgão de Comunicação Social que traduza, por si só, a profunda realidade algarvia; que transporte — para o grande público — os seus anseios, as suas realizações, os seus magnos problemas, sem produzir quezifia, difamação ou injúria.

Pensamos que a problemática, quando tratada com tacto, autenticidade e idoneidade não pode produzir efeitos negativos; antes pelo contrário, provocará o interesse dos responsáveis e o consequente saneamento da situação ou, pelo menos, o estudo da sua solução.

Salvo honrosas excepções, o Algarve não tem jornais independentes da esfera política que, sem «cachinchalar», sejam úteis aos problemas da região, uma das principais zonas turísticas do país.

Houve, em 1977, uma salutar e arrojada tentativa de «tratar» o Algarve com o carinho e isenção ideológica tão do agrado das suas gentes: Jornal ABC, Semanário do Sul. Foi uma promessa e um princípio que o Algarve merecia. A guerrilha ideológica desu cabo dessa boa intromissão jornalística a favor dos algarvios.

E assim, na peugada dessa tentativa de dotar o Algarve de um Jornal totalmente aheito a suas políticas e profundamente interessado — apenas e só — na divulgação da temática algarvia, vamos tentar criar um Jornal

Continua na página 2

ESTATUTO DA REDACÇÃO

«TRIBUNA DO ALGARVE», que se publica pela primeira vez com a data de 7 de Dezembro, deverá ser considerada uma publicação mensal de carácter regionalista de total influência algarvia, a publicar a 15 de cada mês, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- 1) — Manter-se totalmente desviada do poder político e religioso;
- 2) — Garantir o livre acesso às suas páginas de quantos as procurem para a divulgação de trabalhos que, por qualquer forma ou força de razão defendam ou divulguem o Algarve e seus problemas e cujo conteúdo garanta um mínimo de idoneidade e não favoreça quaisquer forças políticas;
- 3) — Não atacar nem defender nenhum tipo de tendências políticas e religiosas protegidas pelas convenções nacionais e internacionais, mantendo a sua total neutralidade jurídica em relação a dogmas religiosos e políticos;
- 4) — Não aceitar — em qualquer circunstância — publicidade política;
- 5) — Não transgredir, através dos textos inseridos, a Constituição, os Códigos Penal e Civil e os Direitos de Autor.

AOS ARDINAS E VENDEDORES

As dardmos início à nosta actividade, como jornal especificamente algarvio, com periodicidade mensal, vimos pedir a todos quantos nos vendam o favor de nos manterem expostos nos seus escaparates durante todo o mês a que diz respeito a nosta edição, dispondo, inclusivé, junto das suas habituais clientes e só procedendo à devolução dos exemplares não vendidos no final de cada mês.

Manhã de Inverno no Algarve

Entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de Lagos

— O PORTO DE PORTIMÃO... PERTENCE A LAGOA...
— LAGOA: SÉTIMO CONCELHO TURÍSTICO DO ALGARVE

Ler no interior

REPORTAGEM EM OLHÃO

PARAPSIQUELOGO
OTÍLIO NETO:
UMA INTELIGÊNCIA
ESCONDIDA, PORQUÊ?

— As carnes de porco e de coelho devem ser consideradas "alimentos assassinos"...

Ler no interior

Entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de Portimão

— ... AS RECLAMAÇÕES SÃO RESPEITANTES A UM OU OUTRO BURACO NAS RUAS, DEFICIÊNCIA NA ILUMINAÇÃO E EXISTÊNCIA DE CÃES VADIOS...

Ler no interior

O QUE AINDA PODE LER NESTA EDIÇÃO:

- Rotary Clube de Portimão Página 2
- O que falta no Turismo do Algarve Página 3
- Congresso dos Clubes de Aviação "WACA" Página 10
- Recortes da Imprensa Regional:
"O Algarve" — "Comércio de Portimão" — "Barlavento"
"Lest Algarve" — "A Voz de Loulé" Página 11
- Entrevista com o Director do Jornal
"Comércio de Portimão" Página 21
- Conversa com o Naturópata
Professor Wondemberg Página 23

Todavia, em comparação com os seus congéneres da imprensa municipalista algarvia, não me pareceu que esses encómios fossem excessivos ou exagerados. Do seu programa editorial, respigamos um excerto sobre as suas intenções:

«Pretende-se com ele [Boletim] informar os municípios acerca da forma como a Câmara está a ser gerida, para que possam de uma forma mais fundamentada, julgar a actual gestão. Este Boletim pretende, pois, ser um marco basilar para o Concelho na defesa dos valores democráticos, contribuindo para o reforço da História da liberdade em Portugal de todos nós que somos o Povo Português».

O décimo órgão da imprensa lagoense intitulou-se «Tribuna do Algarve», e surgiu a público em 7-12-1982, pela mão de Arthur Ligne, um dos mais inteligentes e talentosos jornalistas da imprensa e da rádio no Algarve, desde meados dos anos oitenta, no século passado, até ao presente. A «Tribuna» foi o primeiro de vários outros órgãos que fundou na comunicação social algarvia. Foi uma espécie de baptismo, ou de rampa de lançamento para mais elevados voos, inclusivamente como escritor, com vasta obra publicada, sobre diferentes épocas e acontecimentos políticos, em que se envolveu como protagonista, por exemplo na guerra colonial, sobre os povos de Angola e a exploração soviética, a sobrevivência de Timor, a emigração portuguesa em África, o turismo no Algarve, etc.

Este jornal, em formato de magazine, com óptimo aspecto gráfico, tinha a periodicidade mensal. Foi composto e impresso na Tipografia Monarca, na Reboleira, Amadora, mas o Arthur Ligne, como homem empreendedor que era, tratou de montar em casa um atelier onde fazia a maquetagem do jornal, diminuindo assim as despesas de edição. Do ponto de vista jornalístico, foi um órgão estritamente regionalista, cultural e turístico. Digamos que veio ocupar, quase vinte anos depois, a vaga deixada pelo «Jornal de Lagoa» do Gentil Marques. Só que desta vez, o tempo era outro, imperava a liberdade, o jornalismo como o pensamento era livre,

num espírito de combate e de crítica acerada contra os políticos e a partidocracia, acusando o oportunismo e a desonestidade dos negócios que envolviam as autarquias e as empresas privadas, denunciando, em suma, a inépcia e a inaptidão de certos políticos para os cargos que desempenhavam.

A sede da redacção situava-se no lugar dos Alqueives, em Porches, onde residia a sua esposa, directora e proprietária do título, Ana Maria Sousa Santos Jesus Linha. O formato do jornal era tipo revista, com três colunas p/p., impresso em bom papel, com destriça a duas cores (azul e preto), imprimindo-se algumas páginas em quadricromia, isto é, a cores. Quando veio a público, apresentava um grafismo elegante, de boa estética, com a surpreendente tiragem de 24.800 exemplares, o que deveria ser um recorde na imprensa algarvia, porque nenhum outro órgão editava tantas cópias. Mostrava-se bem paginado, e profusamente ilustrado, às vezes com gravuras a cores. Inseria um grande caudal de publicidade sobre turismo, comércio e indústria, proveniente de empresas sediadas no barlavento algarvio. Alguns desses anúncios eram do tamanho da página e a cores, bastando apenas um para patrocinar toda a edição.

O mentor e principal obreiro da «Tribuna do Algarve» era o jornalista Arthur Ligne, um homem que no seu tempo nem sempre foi bem compreendido, devido ao seu carácter de antes quebrar que torcer. Tinha um temperamento insubmisso, e como não era algarvio teve de arcar com a inveja alheia, e a maledicência dos seus adversários, quer da política, quer da imprensa. Houve uma altura em que foi alvo de querelas constantes, algumas das quais tomaram o rumo dos tribunais, umas pelo crime de abuso de imprensa, outras por razões pessoais, que lhe causaram despesas financeiras e imensos desgostos. Lembro-me que a certa altura, estabeleceu amizade com o António Marques – um minhoto com uma personalidade forte, marcado pela descolonização em África, que se revelou muito activo e empreendedor no jornalismo e na

imprensa algarvia⁵⁹. Não sei porquê, zangaram-se e envolveram-se numa desgastante concorrência de interesses, com acusações mútuas e pejeas judiciais, em que ambos saíram prejudicados. O António Marques, uma figura mal-amada, diria até odiada entre os seus pares, por causa do seu feitio aguerrido, teve de arranjar outros meios de subsistência fora do jornalismo, promovendo imensas iniciativas de carácter associativo, quer na imprensa quer no turismo. Criou então uma Associação de Amizade Algarve-Macau, através da qual promoveu várias excursões de algarvios à nossa antiga concessão no oriente, onde era bem-recebido pelo governador de Macau, general Vasco Rocha Vieira, um estimável lagoense, educado, simpático e generoso, com quem mantinha laços de amizade. O infeliz António Augusto Fernandes Marques, faleceu a 26-1-2011, com 74 anos de idade, vítima de doença incurável.

O que mais importa aqui e agora salientar é que a «Tribuna do Algarve» veio prestar ao turismo na região um forte apoio na pro-pagação das suas potencialidades internacionais, na divulgação

⁵⁹ Confesso que já não me lembro ao certo quantos jornais e títulos fundou o António Marques no seio da imprensa regional algarvia. Talvez uns oito ou nove, sediados em Albufeira, Lagoa, Silves, Loulé, não sei se também em Olhão e Faro. Assim, de repente, recordo-me dos seguintes títulos: «Correio Meridional», que era a menina dos seus olhos, «Notícias de Albufeira», «Brisas do Sul», «Gazeta de Lagoa», «O Jornal de Almancil», «A Gazeta de Salir», «Distrito de Faro», «A vila de Estômbar», etc. Lembro-me que a determinada altura, tendo visitado a minha biblioteca particular, reparou nuns volumes encadernados, relativos ao semanário fareense «Distrito de Faro», do século XIX. Depois de folhear uns quantos, disse-me logo ali que iria refundar aquele título, e se eu não estaria disposto a ser o director. Obviamente recusei por não ter disponibilidade para assumir essa responsabilidade. Mas, quando em 1998 me convidou para fundar a AJEA – Associação dos Jornalistas e Escritores do Algarve, a que anuí com a maior boa vontade, não esperava que no cartório notarial fosse lido e citado o meu nome na escritura fundacional como presidente daquela agremiação. Senti-me melindrado porque se me tivesse pedido autorização prévia eu recusaria o lugar. Com a fundação da Casa do Minho no Algarve, cuja escritura também aceitei subscrever, já não aconteceu o mesmo, porque recusei liminarmente qualquer cargo que exigisse o tempo e a disponibilidade que eu, na verdade, não possuía.

da qualidade do serviço prestado aos turistas nacionais, e na profusão de notícias sobre os eventos e as obras autárquicas, que contribuíram para o progresso social e desenvolvimento económico do barlavento algarvio. Uma das características mais notáveis deste periódico eram as entrevistas mensais, com as figuras responsáveis pelas entidades mais importantes dos diversos quadrantes em que se movia a sociedade algarvia e se geria a economia. nos sectores da agroindústria e dos serviços ligados ao turismo. E isso permitiu-lhe aumentar o número de leitores e o volume de vendas na publicidade comercial, a tal ponto que passou de mensário a quinzenário, cuidando de melhorar a sua imagem gráfica e o leque de colaboradores, de entre os quais saliento o João Leal, actual decano dos jornalistas algarvios; o Luís Monteiro Pereira, prosador audaz e corajoso no tablado da crónica política, e talentosíssimo poeta de numerosa obra publicada, que num dia de negra desilusão pôs termo à própria vida; o Geleate Canau, velho professor que no ócio da aposentação se entreteve com a militância na política socialista, fazendo da escrita um hobby de que beneficiaram vários jornais da imprensa regional: o Adérito Vaz, cujos artigos sobre história e etnografia algarvia eram, e ainda são, de leitura muito proveitosa e de grande utilidade para os estudiosos do passado, autor de numerosa obra que hoje constitui uma referência de valor acrescentado na cultura algarvia; e tantos outros cuja nomeação esgotaria o espaço disponível e a paciência de quem nos lê.

Uma das características mais louváveis deste jornal era o seu afastamento dos partidos, a sua independência política, a sua liberdade de pensamento e a ética jornalística que sabia transmitir aos leitores, rejeitando os radicalismos que na época envenenavam a vida social dos algarvios. Apenas estranhei a colaboração do general Kaulza de Arriaga, que não era personalidade afectada ao regime de Abril, mas talvez isso se tivesse ficado a dever à antiga convivência de Arthur Ligne com as nossas possessões em África. De resto, o magazine-jornal de Lagoa foi um órgão pluralista, que

entrevistou os autarcas e políticos de todos os quadrantes partidários dessa época, dando espaço e liberdade de opinião a todos, que nas suas colunas puderam trocar ideias e divulgar projectos para o futuro do Algarve. E, volto a realçar, que o principal factor de credibilidade da «Tribuna do Algarve» estava na sua tiragem mensal: mais de vinte mil exemplares, que se enviavam para os assinantes do país, mas também para os que se repartiam por sessenta países do mundo. Só isto dá para perceber o êxito deste jornal, que mercê da sua expansão universal constituía uma espécie de embaixador jornalístico do Algarve no mundo. Não creio que existisse nesse tempo, e hoje muito menos, um jornal com estas características e este espectro de audiência, razão pela qual considero que foi o mais internacional de todos os órgãos da nossa imprensa regional. Dos seus objectivos e programa jornalístico, respigamos algumas afirmações que nos pareceram mais elucidativas sobre as intenções originais:

«Salvo honrosas excepções, o Algarve não tem jornais independentes da esfera política que, sem «achincalhar», sejam úteis aos problemas da região, uma das principais zonas turísticas do país. (...) vamos tentar criar um Jornal onde tudo caberá menos a injúria, a difamação, a ideologia, o ataque barato e inconsequente, a incoerência, a intolerância. É necessário unir os homens. É preciso dar as mãos. É urgente divulgar o que fazem de bom, e criticar o mau, ajudando-os e mostrando-lhes o caminho da compreensão: é necessário que os homens se entendam!»

No ano de 1983 surgiram em Lagoa dois periódicos. Começamos pelo primeiro, intitulado «O Remexido», dado à luz da estampa em 23-2-1983, que se identificava como sendo de “Tendência Monárquica”, mas que com o n.º 4 passou a denominar-se como “Semanário Regional Algarvio”, o que era mais simples, concreto e conveniente. Em todo o caso, foi o primeiro e único órgão da imprensa lagoense a identificar-se e a defender efectivamente a causa monárquica. A concepção deste projecto jornalístico partiu

Gravura 23 – «O Remexido», foi o único órgão de imprensa que após o 25 de abril defendeu a causa monárquica no Algarve. Era de inspiração nacionalista.



de um casal, a Adélia Pinto Marques dos Santos e o Carlos Peres Sarmento, que me foram apresentados pelo pintor Júlio Amaro num qualquer evento promovido pelo «Diário de Notícias», em que ambos colaborávamos. Lembro-me desse encontro ter ocorrido em Faro, nos meados de 1983, só já não me recordo a que propósito.

A jovem Adélia Pinto Marques dos Santos, figurava como proprietária do título e assumia também o cargo de Directora do jornal, tendo como Administrador José António Alvarez, como Directora comercial Madalena Peixoto Costa Pereira e como Chefe da Redacção o Carlos Peres Sarmento, e, como Secretária da Redacção, Maria Júlia de Jesus. Tinha sede na Rua João Lúcio, n.º 25, r/c em Lagoa, possuindo curiosamente duas delegações, uma em Lisboa e outra em Faro. Apresentava-se a público como semanário, mas teve uma periodicidade muito inconstante, por vezes, mensal. Creio que mesmo após suspender a edição, com o n.º 8 de 2-9-1984, ainda se publicou um ou dois números para manter o título, que era, sem sombra de dúvida, muito atraente e historicamente estimulante.

Nessa altura, enfim logo após o 25 de Abril, surgiu no palco da vida política nacional um novo partido, até aí ignorado do povo português, designado PPM, Partido Popular Monárquico. Tinha como figura de proa o arq.º Gonçalo Ribeiro Teles, um prestigiado académico, cujo ideário político gravitava na órbita do socialismo democrático, tentando concitar o apoio popular dos pequenos proprietários rurais, dos agricultores instruídos, da classe média urbana e das famílias tradicionais ligadas à monarquia por laços de sangue. No conceito da geografia política, era um partido do centro que disputava o apoio eleitoral ao PPD de Francisco Sá Carneiro. No final dos anos setenta, os três partidos do centro-direita, CDS, PPM e PPD, juntaram-se para formar a AD – Aliança Democrática, com o objectivo de vencerem eleitoralmente o PS – Partido Socialista, de Mário Soares. De facto, obtiveram duas retumbantes vitórias nas duas eleições legislativas de 1979 e 1980, estabelecendo pela primeira vez na nossa história democrática uma maioria parlamentar.

Com a morte de Sá Carneiro a 2-12-1980, no desastre aéreo de Camarate, a coligação ficou sem líder e não tardou a desfazer-se em 1983, para desilusão de milhões de eleitores que acreditavam no projecto político, nomeadamente na reforma agrária proposta

pelo arq.º Ribeiro Teles, cujo espírito económico não se confundia com as ideias monárquicas, que os seus adversários políticos usavam como ameaça de um possível restauracionismo da causa real. Foi no seguimento desses acontecimentos, e no rescaldo da desagregação da AD, então liderada por Francisco Pinto Balsemão, que surgiu «O Remexido» como arauto da causa monárquica na vila de Lagoa. Aparentemente tinha boas perspectivas de sucesso, mas acabaria por se revelar num projecto jornalístico muito inconsequente, sobretudo pela sua irregular periodicidade, o que talvez justifique a sua extinção. O fracasso deste curioso periódico deve estar relacionado com a falta de recursos económicos, por escassez de assinantes e falta de publicidade comercial, porque o jornal em si era bastante apelativo do ponto de vista gráfico, artístico e cultural. Além disso dispunha de meios técnicos muito evoluídos para a sua edição, por ser composto e montado nos estúdios «Novo Eco», em Lagoa, nos laboratórios fotográficos J. Grão, em Portimão, e impresso nas modernas oficinas do «Jornal do Comércio», em Lisboa. Percebe-se que a sua edição passava por muitas mãos e dependia de diferentes apoios gráficos, entre Lagoa-Portimão e Lisboa. As despesas que daí decorriam deveriam ser muito significativas para a sustentabilidade de um projecto, que embora esperançoso acabou por se esvaziar nas circunstâncias políticas do tempo.

Lembro-me que editou, com o n.º 3 e o n.º 4, dois suplementos sobre Monchique muito importantes, e que nas edições n.º 5 e n.º 6, procedeu de igual modo sobre Lagos e Silves. Nas suas colunas inseriram-se secções muito interessantes, nomeadamente o «Editorial» e «Real, Real por el-Rei de Portugal» (ambas de comentário político, por Carlos Peres), «Página de Lagoa», «Página de Faro» (ambas de noticiário local), «Filatelia», «Poesia», «Fotografia», «Artes», enfim, todo o jornal teve um profundo semblante de cariz cultural e artístico, raro e difícil de manter num mercado comercial tão competitivo e tão escasso de receitas publicitárias.

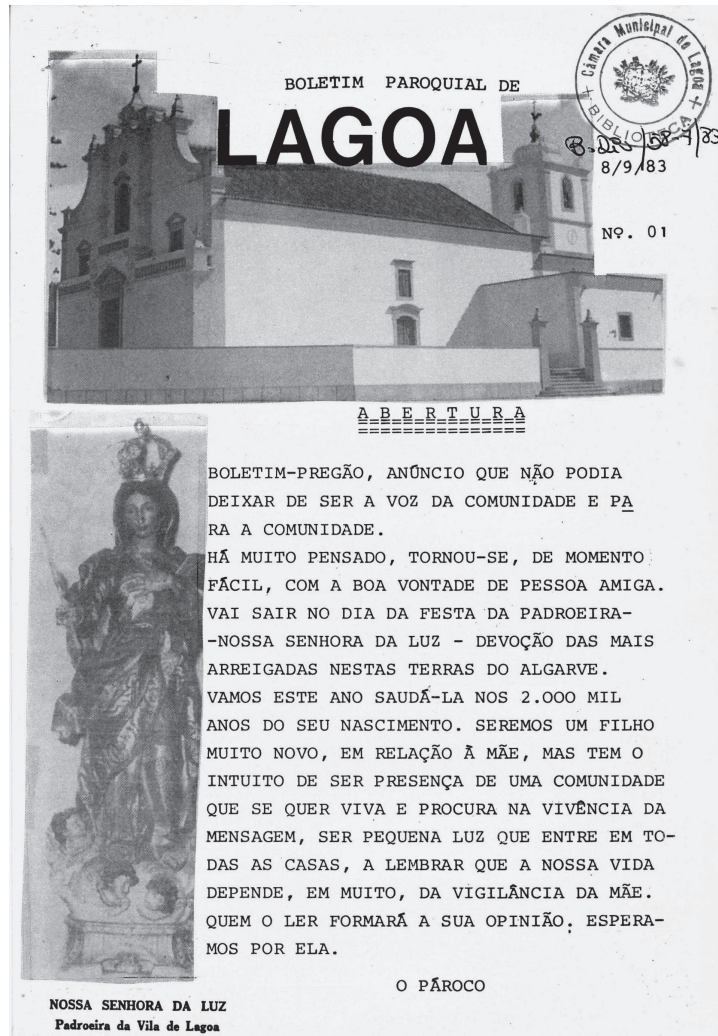
Em suma, tratou-se de um semanário de periodicidade irregular, fundado em Lagoa pelo facto do Remexido⁶⁰, que lhe serviu de título, ser natural da freguesia de Estômbar. Pela análise dos seus conteúdos jornalísticos, identificam-se facilmente as suas ideias e o seu discurso, conservador, católico e anticomunista, insurgindo-se aqui e ali contra a ascensão política do socialismo soarista, que identificava como uma máquina política de domínio do poder em todos os quadrantes da sociedade. Como o jornal não identificava os seus colaboradores, é possível que não existissem, ou que temessem identificar-se. Em todo o caso, presumo que na íntegra ou na maioria, os textos e artigos de opinião publicados nas sua colunas eram da autoria do casal Adélia Pinto e Carlos Sarmento. O objectivo final seria transmitir as ideias monárquicas e os principais objetivos políticos sustentados pelo PPM. O eleitorado algarvio, sendo dos mais cosmopolitas do país, não deve ter achado muito interesse, tanto nas ideias como no jornal, gorando-se assim um projecto que muito embora fosse culturalmente atraente, estava, porém, fora das cogitações políticas e opções eleitorais dos algarvios. Do seu primeiro editorial respigamos algumas elucidativas ideias e afirmações políticas, que identificam os seus objectivos com a direita nacionalista:

«E ao iniciar a Edição deste Jornal declaramos, desde já, que estamos dependentes dos valores que defendem Deus, a Pátria e a Família. Que não pactuamos nem de perto, como não acreditamos nas boas intenções das doutrinas que vêm das fontes do outro lado da cortina. Se nos quiserem apelidar de direita que o façam! O que não somos é de esquerda. (...) Não pretendemos fazer deste Jornal um arauto das doutrinas monárquicas. Nós pensamos é que em Monarquia, tudo seria diferente, com vantagem para todos».

⁶⁰ Para quem não sabe quem foi o Remexido, e sinta curiosidade em esclarecer o assunto, remetemos os possíveis interessados para a leitura do nosso trabalho «A Resistência Miguelista no Algarve – A guerrilha do Remexido». In *Lagoa, Poder Local e Municipalismo, 245 anos de criação do concelho de Lagoa (1773-2018) – Atas do Colóquio*. Lagoa: Município de Lagoa, 2021, pp. 81-160.

Nesse ano de 1983, formou-se o chamado Bloco Central, uma convergência política ao centro, entre o PS e o PSD, ou mais concretamente entre Mário Soares e Mota Pinto, que governou o país até Fevereiro de 1985. Foi nesse período, antecâmara da entrada

Gravura 24 – «Boletim Paroquial», arauto da comunidade católica de Lagoa.



do nosso país na CEE, que ocorreu o aparecimento, a 8-9-1983, do «Boletim Paroquial de Lagoa» que se anunciava como mensário religioso, católico e ecuménico, e órgão da paróquia de Lagoa. A sua sede era na residência paroquial, e a propriedade pertencia à “Fábrica da Igreja Matriz de Lagoa”. O director e editor do Boletim era o padre António Martins de Oliveira, uma figura verdadeiramente benemérita da educação e da cultura algarvia, e um dos presbíteros mais respeitados da diocese algarvia do seu tempo.

No auxílio ao director merecem destaque o chefe da redacção, José Carneiro de Almeida, o paginador Pedro Oliveira e na fotografia o Inácio Gravanita. Entre os colaboradores, permita-se-me destacar os nomes de dois grandes amigos do Padre Martins Oliveira, que foram ambos bispos do Algarve: D. Ernesto Gonçalves Costa e D. Júlio Tavares Rebimbas (então bispo do Porto); a que se juntaram outros padres, e seus dilectos companheiros na missão ecuménica, Clementino de Brito Pinto, Vítor Milícias e Firmino Dias Ferro. De entre os leigos, o meu destaque vai para algumas figuras de proa na vida político-socioeconómica do Algarve e da vila de Lagoa, nomeadamente o brilhante jornalista João Leal (actual decano da imprensa algarvia), o Luís Filipe Madeira (deputado e político socialista) e os presidentes da edilidade Abel Silva Santos e o Jacinto Manuel Correia, de saudosa memória.

O tamanho do «Boletim» era um pouco inferior ao A4, mas em 1986 alterou para esse formato. Tinha quatro a doze páginas, com uma ou duas colunas, impresso a duas ou mais cores. Possuía um grafismo elegante e no título inseria uma gravura da Matriz de Lagoa. Sei que foi impresso em Lisboa, mas ignoro o nome da tipografia. A sua distribuição era gratuita. Repartia a sua paginação em diferentes secções, todas relativas à vida religiosa como «Os Nossos Horários» (das missas e da catequese); «O Mundo dos Homens e a Boa Nova de Cristo» (notícias da Igreja no estrangeiro), «Amigos do Boletim» (dávias para a edição do jornal), «A Nossa Vida em Comunidade» (notícias do cartório paroquial e das reuniões com

os leigos), e a «Página Jovem», que foi a mais interessante por revelar a criatividade literária das crianças e jovens do concelho. Em suma, foi um excelente órgão paroquial, obviamente de cariz religioso, o melhor no seu género que se publicou no Algarve. E foi de tal modo notável que serviu de modelo a outros, que lhe sucederam em diferentes paróquias, imitando o gesto do Padre António Martins de Oliveira em prol da divulgação da palavra de Deus, da mensagem ecuménica da Igreja, e sobretudo do jornalismo entre os mais jovens. Basta dizer que, nessa altura, o concelho de Lagoa tinha apenas o «Boletim Municipal» como órgão de comunicação social, que por ter uma periodicidade algo irregular, deu espaço ao «Boletim» do Padre Martins Oliveira para servir de arauto do povo lagoense, numa relação de salutar amizade entre o poder temporal e o poder espiritual.

Não posso asseverar ao certo, mas julgo que o «Boletim Paroquial» não resistiu ao final de vida do seu criador. De realçar o facto de ter publicado nas suas colunas uma secção intitulada «Algumas Linhas de História», na qual publicou uma visita paroquial do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar à vila de Lagoa, para se inteirar dos estragos provocados pelo Terramoto de 1755, e das necessidades de revitalização daquela paróquia em 1790.

Em Junho de 1984, o jornalista e investigador da etnografia musical algarvia, Arménio Aleluia Martins, que todos conhecem no mundo da imprensa algarvia como empresário da comunicação social, fundou um mensário, que em breve passou a publicação eventual, intitulado «Hora de Lagoa», que se apresentava como noticioso e cultural, para advogar os interesses do concelho.

Teve a sede da redação no Bairro Municipal dos Vales, bloco A, 2.º eq.º em Lagoa, e era propriedade da Edigarbe – Sociedade Editora do Algarve, em cujas instalações foi composto, montado e julgo que também impresso. Na verdade, era um jornal da exclusiva iniciativa do jornalista Arménio Aleluia Martins, que mantinha em Paderne com enorme sucesso a edição do

Gravura 25 – «Hora de Lagoa», humilde suplemento do órgão hospedeiro «A Avezinha», para advogar os interesses do concelho. Não teve sucesso.



ideia de que apenas pretendia assegurar um lugar e um título, para evitar que outros se lhe antecipssem na ocupação do espaço editorial e jornalístico.

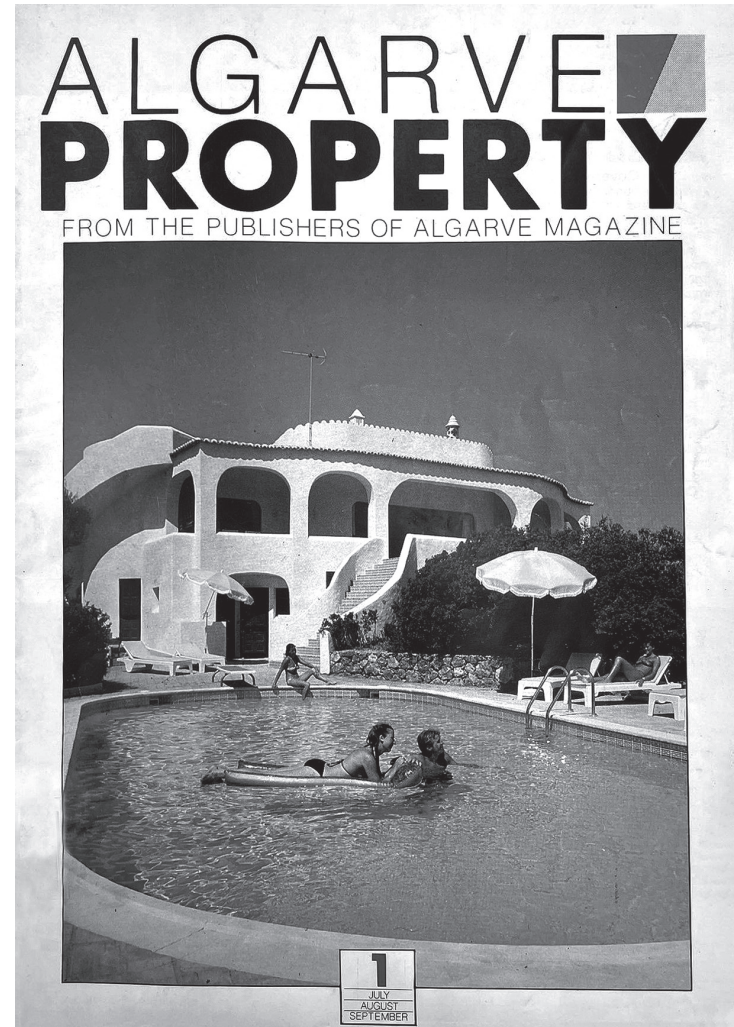
Não passou, por isso, de um projecto sem futuro, e de um pseudo-jornal, no sentido de que não chegou a ser um órgão independente, e nem muito menos serviu os interesses dos lagoenses, que viam, como aliás todos os algarvios, a «Avezinha» como um jornal da vila de Albufeira, sem qualquer relação ou interesse com Lagoa. Só faz parte deste elenco sobre a imprensa da vila de Lagoa, porque invoca o nome do concelho no seu cabeçalho, pois que, na realidade, não teve autonomia editorial nem circulou nas bancas ou por assinatura, como publicação autónoma e independente.

No ano de 1986 surgiram, praticamente em simultâneo, dois jornais em língua estrangeira sediados em Lagoa. Não era estranho porque, como já dissemos, com o desenvolvimento do turismo, e o início da democracia em Portugal, vieram residir para o Algarve milhares de pessoas, atraídas pela segurança, pelo clima e sobretudo pelo baixo custo de vida, pois que a maioria desses novos habitantes eram casais aposentados à procura do sol, do mar e da serenidade que se desfrutava no sul do país.

Começamos por ordem alfabética, sem ter a certeza se terá tido ou não precedência a ver a luz da estampa. «Algarve Property» assim se designava esse jornal, em língua inglesa, de periodicidade trimestral, que veio a público em Julho de 1986, como irmão de um quinzenário já existente em Portimão, com o mesmo título, e os mesmos corpos gerentes.

Em confirmação dessa origem, incluía no cabeçalho, em jeito de subtítulo a seguinte álea: «From de publishers of Algarve Magazine», ou seja, eram gémeos. Nasceram na mesma data e eram filhos dos mesmos pais, servindo concelhos diferentes. Estas coisas eram possíveis de acontecer por causa da falta de regulação, de ética e de controlo legislativo. Nos anos que se sucederam ao

Gravura 26 – «Algarve Property» foi a melhor revista internacional que se editou no Algarve, relacionada com o sector turístico e imobiliário.



25 de Abril a noção de liberdade roçou em muitos aspectos as fronteiras da anarquia, e então quem tivesse um olho era rei, quem não tivesse escrúpulos enriquecia, quem fosse oportunista tomava

o poder. Na imprensa repercutiam-se as diferentes estratégias de obter benefícios pessoais, resultantes de atitudes, de actividades e negócios, através dos quais os seus promotores recolhiam lucros ou vantagens pessoais. Esta atitude oportunista, em muitos casos evoluiu para o nepotismo, directo ou cruzado, não só no campo da política como também na justiça, usando a maçonaria como charneira e até como regulador do poder político-judicial.

Mas, no mundo empresarial, o oportunismo traduziu-se em cartelização, isto é, na concertação entre empresas do mesmo ramo que para impedirem a concorrência e o desgaste mútuo combinavam preços, controlavam a produção e garantiam as vendas. Na imprensa local e regional sucederam-se pequenos exemplos de “cartelização” para domínio e partilha do negócio da publicidade, através da replicação de títulos em concelhos vizinhos, como aconteceu no Algarve com o «Algarve Magazine», que editou vários jornais em Portimão e Lagoa, para controlo do mercado estrangeiro, de expressão inglesa. Algo semelhante ocorreu também no Algarve, relacionado com o controlo da publicidade institucional em concelhos com igual predominância política, isto é, onde a autarquia fosse dominada pelo mesmo partido. Estão neste caso os jornais editados pelo António Marques, mas também por outros oportunistas da informação algarvia, que fundavam títulos em diferentes concelhos, com edição eventual (geralmente um número por ano), deixando-os incubados à espera das eleições para reaparecerem a apoiar o seu candidato, que caso saísse vencedor concedia publicidade ao jornal principal do grupo, que não era o que oficialmente tinha apoiado a sua candidatura. Isto aconteceu um pouco por todo o país, até que o governo mandou restringir a publicidade oficial, não para acabar com o apoio político à imprensa regional, mas tão somente para acabar com a própria imprensa regional, por ser a única com espírito de resiliência para lutar contra o poder político e impedir o emburrecimento

nacional⁶¹. A imprensa, quer seja escrita, falada ou televisiva, é hoje submissa e acéfala, sem qualquer expressão crítica. Mas nos tempos da velha tipografia era combativa e livre. É claro que, como dizia Camões, tudo muda para nosso espanto, mas já nada como antes: «*Continuamente vemos novidades / Diferentes em tudo da esperança; / Do mal ficam as mágoas na lembrança, / E do bem, se algum houve, as saudades*».

O objectivo, deste «Algarve Property», tal como se depreende pelo seu título, era a divulgação comercial, sobretudo do sector imobiliário, isto é, a venda de apartamentos e vivendas aos estrangeiros, quer fosse através de time-sharing para turistas ocasionais, quer fosse através da transacção da propriedade plena a novos residentes. Esse serviço da venda de propriedades competia à empresa a que pertencia o jornal, porque nas suas colunas não só se publicavam anúncios de imobiliárias, como também de agências de turismo e de tudo o que lhe andava adstrito, como viagens nacionais e internacionais, aluguer de viaturas, estadias em hotéis,

⁶¹ O emburrecimento da população mundial tem sido denunciado, pelos teóricos da conspiração universal, como sendo uma velada intenção do Grupo Bilderberg, espécie de elite global da política e da economia, que se reúne anualmente debaixo do maior secretismo para decidir o futuro da humanidade. Em todo o caso, o fenómeno do emburrecimento, isto é, a diminuição da inteligência humana, é um dado científico incontornável, designado no meio universitário como “fertilidade disgénica”, resultante da diminuição do número de filhos dos casais inteligentes (com um QI médio de 111), em detrimento do aumento de filhos nos casais menos inteligentes (com um QI médio de 86). Ora como hoje é ponto assente que a inteligência é uma herança genética, percebeu-se que do século XIX para o século XXI tem-se assistido a uma quebra dos níveis de interpretação, de compreensão, julgamento, criatividade e decisão, resultantes do abaixamento dos níveis do QI na chamada classe média, que per si tem também decrescido de número e de influência social. O fenómeno do emburrecimento tem-se agravado no mundo ocidental, considerado o mais rico e o mais evoluído, talvez por ter baixado o nível económico, mas também por ter diminuído a exigência no sucesso escolar. Enfim... o certo é que quanto mais estúpida, ou menos instruída, for a população, mais submissa se torna no trabalho e na opção política, tornando-se facilmente dominável pelas elites que se vão formando aparte da normalização.

restaurantes, além das actividades relacionadas com o lazer e o entretenimento de quem nos visita. É em toda essa envolvimento, quer de serviços, quer de bens de consumo, que se insere o fulcro comercial do turismo. E este «Algarve Property», como o seu gémeo «Algarve Magazine», ou os seus filhos «2 Weeks in Algarve» e «Algarve News». Estes títulos tinham a mesma radícula, a família Luckman, mas outros houve em língua inglesa que se editaram, desde meados da década de setenta até aos finais da seguinte, em língua inglesa e quase sempre a explorarem, como marca comercial, o nome do Algarve. Assim, de repente, lembro-me, para além dos já citados, do «The Billboard – What’s Best in the Western Algarve», «News of the West», «Discover Lagos», todos de Lagos, «Vale do Lobo News», de Loulé, «Algarve Gazette», «Algarve Presse», «Two Weeks», todos de Portimão, «The Best of Algarve» e «Why Not Algarve» de Tavira. Todos estes órgãos publicados em língua inglesa, destinavam-se ao turismo e à comunidade britânica residente no Algarve, sendo alguns distribuídos de graça, porque o seu único interesse era arrebanhar a publicidade das imobiliárias e das empresas do turismo internacional sediadas no Algarve. Do ponto de vista jornalístico, ou seja, com interesse para a formação de uma opinião pública, e vocacionalmente noticiosos, foram raros, senão inexistentes, os jornais estrangeiros editados no Algarve, que mereçam ser hoje considerados como fontes para o estudo do turismo na região.

Para terminar, este breve apontamento sobre o jornal «Algarve Property», resta-me acrescentar que tinha sede na Rua 25 de Abril, em Lagoa; que foi composto e impresso na Lisgráfica, em Lisboa, e que era propriedade da Travepress Europa Ld.^a, sediada na Ilha de Man, no Reino Unido. O director era Paul Allen Luckman, o editor Jane Townson, o editor assistente era Beth Morris, tendo como director artístico João Nobre, e como administrador Maria Helena Punter, ambos portugueses. Esta equipa devia de tratar de toda a informação publicada nas suas colunas, porque não vi outros colaboradores. O seu formato do tipo magazine, com 52 páginas

a quatro colunas, muito ilustrado a cores, com óptima estética e grafismo de qualidade artística. Como o seu foco estava na angariação da publicidade comercial, é lógico que preenchia a maior parte das páginas com anúncios de empresas de serviços ligadas ao turismo e à construção civil, a par de restaurantes, hotéis e outros equipamentos de lazer e entretenimento social. Não publicou propriamente artigos de interesse jornalístico. A assinatura para a Europa custava dez libras esterlinas, o que, convenhamos, não era barato. Desconheço quando se extinguiu.

Em suma, foi um jornal destinado à comunidade britânica residente e aos turistas estrangeiros, interessados num tipo de informação básica sobre o mercado imobiliário e a oferta dos serviços turísticos na região. A única distinção, que aqui merece especial realce, é o seu aspecto gráfico, que foi verdadeiramente notável, podendo até dizer-se que foi a melhor revista internacional que se editou no Algarve relacionada com o sector turístico.

No mesmo âmbito, mas em língua alemã, fundou-se igualmente em Julho de 1986 a revista «**Blickpunkt Algarve**», que traduzido significa “Ponto de Vista do Algarve”, com periodicidade mensal, visando prestar aos turistas e à comunidade germânica residente na região, certas informações úteis para a sua vida quotidiana.

Em todo o caso, percebe-se claramente que o seu alvo era a publicidade comercial no sector do turismo, com principal enfoque no imobiliário, na hotelaria, na restauração e nas agências de viagens. Tinha sede, pasme-se, num apartado de correio, na Praia do Carvoeiro, concelho de Lagoa. Significa isto que fisicamente não existia. Mas, sabemos que pertencia à Portumédia – Sociedade Portuguesa de Meios de Informação Ld.^a, um grupo de empresas vocacionado para a produção de revistas de turismo, só para explorar a mina da publicidade comercial. Não admira, por isso, que esta revista tivesse um óptimo aspecto gráfico, com 24 a 32 páginas por edição, com quatro colunas p/p, a duas cores, profusamente ilustrado num grafismo elegante e artístico. Era composto

Gravura 27 – O «Blickpunkt Algarve», foi o primeiro jornal publicado em alemão na imprensa algarvia. Dedicou-se ao turismo e ao negócio imobiliário.



na Textype, em Lisboa, e impresso em óptimo papel na Printer Portuguesa, em Mem Martins. A distribuição era gratuita e fazia-se nos locais de afluência turística, isto é, nos hotéis, restaurantes e sobretudo no aeroporto de Faro.

Na ficha técnica da revista apresentava como seu director L. Bocksch, não constando a identidade de mais ninguém, sendo provável que na entidade reguladora das publicações periódicas – onde não havia grande rigor quanto à certificação e legitimidade no negócio dos meios de informação – também não constasse o nome de nenhum outro cidadão, português ou estrangeiro. Fundar um jornal era facilímo. Como pouco tempo depois estas publicações passaram a ser reguladas e escrutinadas, a maioria dos aventureiros, para não dizer embusteiros, da imprensa regional, desapareceram dos cabeçalhos, substituídos por uns testas de ferro, às vezes gente inocente que nem imaginava estar a pactuar com os oportunistas do negócio da informação publicitária.

Em suma, este magazine de carácter turístico, em língua alemã, não tinha colaboradores, sendo essa a razão porque não publicava artigos ou textos de inspiração jornalística, mas tão só breve notícia, de poucas linhas, certamente para informar os turistas alemães sobre eventos ou actividades de lazer e entretenimento. No fundo, a revista teria pouco interesse até mesmo para a comunidade residente, porque na sua quase totalidade era preenchida por anúncios sobre o negócio imobiliário, compra e venda de casas, equipamentos para o lar, e toda uma parafernália de publicidade relacionada com o turismo.

O único interesse que vejo na revista «Blickpunkt Algarve» é o facto de ter sido a primeira a ser produzida exclusivamente em língua alemã, cujo público-alvo terá sido o turismo, e o seu objectivo empresarial foi certamente a captação da publicidade comercial. Não me parece que se destinasse exclusivamente à comunidade germânica residente no Algarve, pois nessa altura era muito escassa. Foi apenas uma revista de bom aspecto gráfico, mas de reduzido valor e interesse jornalístico.

Tudo quanto ficou acima expandido reflecte o que foi a imprensa, desde as suas origens até à actualidade, tendo por enfoque final os títulos que tomaram a seu cargo a informação regional no

concelho de Lagoa, e de algum modo constituem uma fonte privilegiada para o estudo e compreensão da história contemporânea do Algarve. O espaço cronológico em que decorre a vida da imprensa regional lagoense, aqui analisada, situa-se entre 1912 e 1986, ficando para uma segunda oportunidade os jornais que se lhe seguiram, e que em boa verdade, também não foram muitos.

Como se constata, o concelho de Lagoa não teve uma imprensa numerosa, nem de grande pujança ou afirmação jornalística. Não obstante, teve alguns periódicos que marcaram a opinião pública do seu tempo, e outros que possuíram características jornalísticas muito particulares, como foi o caso do «Ecos do Além», um órgão espírita, ou o «Asas Brancas», um jornal infantil, os primeiros que no âmbito dessa temática jornalística se publicaram no Algarve. Do ponto de vista demográfico, o concelho de Lagoa, entre os que no índice populacional lhe estão mais próximos, foi o que teve a mais numerosa e qualitativa imprensa.

Fontes e bibliografia

Fontes

Actas que Contem as Despoziçoens Tomadas pela Comissão do Circulo de Lagos para dirigirem as Eleiçoens para Senadores, e Deputados ás Cortes que se devião reunir em Lisboa no anno de 1840. Lagos: Typographia de F. X. Baptista, 1840, 14 pp.

CASTRO, José Luciano – *Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa Seguida de Vários Acórdãos dos Tribunais Superiores e Precedida de Uma Introdução.* Porto: Tipografia F. Gomes da Fonseca, 1859.

COELHO, Eduardo – *Le Portugal et Gutemberg. Quelques Indications Agrègées Sur le Développement de la Presse Portugaise Offeres Aux Membres du 5ème Congrès International de la Presse.* Lisboa: Tipografia do Comércio, 1898.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *Diccionario Jornalístico Portuguez.* 13 vols., Manuscritos, Série Azul n.º 445-457, secção dos Reservados, Academia das Ciências de Lisboa, 1861-1889.

_____ – *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde os Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Diccionario Jornalístico Português.* Lisboa: Tipografia Soares, 1895.

_____ – *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correcta e aumentada.* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme – *Diccionario historico, chorografico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico.* 7 vols., Lisboa: João Romano Torres Edts., 1904-1915.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Presidência do Conselho de Ministros: Decreto Lei n.º 106/88. *Diário da República* [Em linha]. 1.ª série. Lisboa. N.º 76 (31 mar. 1988), pp. 1320-1321. [Consult. 10 mai. 2022]. Disponível na WWW: URL:<<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/106-1988-286309>>. Estabelecimento da Imprensa Regional

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Assembleia da República: Lei n.º 36/2021. *Diário da República* [Em linha]. 1.ª série. Lisboa. N.º 113 (14 jun. 2021), pp. 3-25. [Consult. 10 mai. 2022]. Disponível na WWW: URL:<<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/36-2021-165036155>>. Lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

SILVA, João Pereira – *Catálogo do Jornalismo Português Antigo e Moderno ou Publicações Periódicas, Científicas, Literárias, Religiosas, etc.* Lisboa: Livraria de João Pereira da Silva, 1892.

VAZ, Manuel Pires – *Discurso sobre a Liberdade de Imprensa.* Coimbra: Real Imprensa da Universidade. 1823.

Bibliografia

ALVES, José Augusto dos Santos – *O Poder da Comunicação. A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet.* Lisboa: Editorial Notícias, 2005.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *Proscritos, noticias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910.* Valladolid: Florêncio de Lara, Editor, 1911.

- BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a compreensão do pensamento português)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- BESSA, Alberto – *O Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro, 1904.
- CUNHA, Alfredo – *O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930 (separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, nova série, vols. I e II, pp. 358-371).
- FRANÇA, Borges – *A Imprensa em Portugal (Notas de um Jornalista)*. Porto: Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1900.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da Imprensa do Algarve*. 2 vols., Faro: Comissão de Coordenação da Região de Algarve, 1988.
- _____ – *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve (1826-1828) – Subsídios para o seu estudo*. 2 vols., Faro: Universidade do Algarve, 1988. Policopiado.
- _____ – A Imprensa Republicana no Algarve. In *José Mendes Cabeçadas Júnior e a Primeira República no Algarve*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé – Museu da Presidência da República, 2010, pp. 130-160.
- _____ – Loulé no contexto político e socioeconómico das Lutas Liberais. In *Atas do I Encontro de História de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, 2018, pp. 207-232.
- _____ – A Resistência Miguelista no Algarve – A guerrilha do Remexido. In *Lagoa, Poder Local e Municipalismo, 245 anos de criação do concelho de Lagoa (1773-2018) – Atas do Colóquio*. Lagoa: Município de Lagoa, 2021, pp. 81-160.
- MORAIS, Casimiro Augusto de – *Lourenço de Anvers, primeiro impressor da “Gazeta” cognominada da “Restauração.” Subsídio para a história da tipografia em Portugal, na passagem do tricentenário da sua publicação 1641-1941*. Lisboa: Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 1941.
- MORISON, Stanley – *Selected essays on the history of letter-forms in manuscript and print*. 2 vols., Cambridge: Cambridge University Press, 1980-1981.
- SOUSA, João Pedro de (coord.) et al. – *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974*. Covilhã: LabCom, vol. I, 2010.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália, 1965 (2.ª edição revista e aumentada, publicada em 1989 pela Editorial Caminho).
- _____ – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- VARGUES, Isabel Nobre – *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997.

ISSN 2795-5751



9 772795 576008